

AVALIAÇÃO EX ANTE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020

INSTRUMENTOS FINANCEIROS PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E GESTÃO EFICIENTE DA ÁGUA E DOS RESÍDUOS

RELATÓRIO FINAL

- Anexos -



Novembro 2015



AVALIAÇÃO *EX ANTE* DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020

LOTE 3 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E GESTÃO EFICIENTE DAS ÁGUAS E DOS RESÍDUOS

RELATÓRIO FINAL
(Anexos)



Coordenação

Heitor Gomes (Coordenador)
Luís Carvalho (Coordenador Adjunto)

Peritos

Miguel Barreto
Isabel Santos

Steering Committee

Jorge Gaspar
Vitor Escária
José Manuel Simões

Consultores

Jorge Moreira
Carla Figueiredo
Sónia Vieira

NOVEMBRO.15

A matéria de avaliação produzida vincula única e exclusivamente a Equipa de Avaliação, que agradece a todas as entidades – em particular à DGEG, à ADENE, à ERSE, à APESE, à ERSAR e à APA – que, através dos diversos mecanismos de auscultação, contribuíram para a realização do presente relatório.

Siglas e Acrónimos

€	Euros		
AA	Abastecimento de Água	IFRRU	Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas
AAC	Aviso de Abertura de Concurso	IMI	Imposto Municipal sobre o Imóvel
ACB	Análise Custo-Benefício	IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes
AD&C	Agência para o Desenvolvimento e Coesão	INE	Instituto Nacional de Estatística
ADENE	Agência para a Energia	IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
AG	Autoridade de Gestão	IRC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses	JEREMIE	<i>Joint European Resources for Micro to Medium Enterprises</i>
AP	Administração Pública	JESSICA	<i>Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas</i>
APA, IP	Agência Portuguesa do Ambiente	LIFE	<i>Financial Instrument for the Environment</i>
AREAM	Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira	M€	Milhões de Euros
BCE	Banco Central Europeu	MAOT	Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território
BEI	Banco Europeu de Investimento	MEI	Ministério da Economia e da Inovação
CCP	Código dos Contratos Públicos	OE	Objetivo Específico
CDE	Contratos de Desempenho Energético	ORPA	Operações de Refinanciamento de Prazo Alargado
CE	Comissão Europeia	PAEF	Programa de Ajustamento Económico e Financeiro
CEDRU	Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano	PAEL	Programa de Apoio à Economia Local
CEE	Comunidade económica Europeia	PEAASAR	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais
CIM	Comunidade Intermunicipal	PENSAAR 2020	Nova estratégia para o sector de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais
CM	Câmara Municipal	PF4FF	<i>Private Finance for Energy Efficiency</i>
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia	PI	Prioridades de Investimento
DREn	Direção Regional de Energia da Região Autónoma dos Açores	PIB	Produto Interno Bruto
DRT	Direção Regional dos Transportes	PME	Pequenas e Médias Empresas
ECO.AP	Programa de Eficiência Energética na Administração Pública	PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
EE	Eficiência Energética	PNAER	Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis
EG	Entidades Gestoras	PO	Programa Operacional
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos	POSEUR	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
ERSE	Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos	PPEC	Plano de Promoção da Eficiência no Consumo
ESB	Equivalente a Subvenção Bruta	QA	Questão de Avaliação
ESCO	<i>Energy Service Companies</i>	QPME	Qualificação de Pequenas e Médias Empresas
ESE	Empresas de Serviços de Energia	QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
EVALSED	<i>Evaluating Socio Economic Development</i>	RAA	Região Autónoma dos Açores
EVEF	Estudo de Viabilidade Económica e Financeira	RAM	Região Autónoma da Madeira
FAI	Fundo de Apoio à Inovação	RE	Regulamentos Específicos
FCGM	Fundo de Contra Garantia Mútuo	RFAI	Regime Fiscal de Apoio ao Investimento
FDU	Fundo de Desenvolvimento Urbano	SAA	Serviços de Abastecimento de Água
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	SAR	Saneamento de Águas Residuais
FEE	Fundo de Eficiência Energética	SEC	<i>Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais</i>
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento	SGCIE	Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia
FIN-EN	<i>Financial Engineering for Enterprises</i>	SI QPME	Sistema de Incentivos Qualificação de Pequenas e Médias Empresas
FPC	Fundo Português de Carbono	SIEG	Serviços de Interesse Económico Geral
FRCP	Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial	SIFIDE	Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial
GA	Grupo de Acompanhamento	SPV	<i>Special Purpose Vehicle</i>
GEA	Gestão Eficiente das Águas	tep	Tonelada Equivalente de Petróleo
HF	<i>Holding Fund</i>	TFUE	Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
I&D	Investigação e Desenvolvimento	UE	União Europeia
IF	Instrumentos Financeiros	VAB	Valor Acrescentado Bruto

Conteúdo

1. ELEMENTOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	9
1.1. Instrumentos Financeiros para a Eficiência Energética	9
1.2. Instrumentos Financeiros para a Gestão Eficiente das Águas.....	11
1.3. Dimensões e Questões de Avaliação	11
1.4. Critérios de Avaliação	13
1.5. Tipos de Instrumentos e Dotação Financeira por PO e por PI	14
1.6. Domínios de Intervenção e Dotação Financeira por PO e por PI	15
1.7. Beneficiários/Destinatários.....	17
1.8. Elementos de Contextualização na Resposta à QA1	18
1.9. Matriz de Apoio à QA14 (Indicadores de Realização e Resultado)	34
1.10. Matriz Síntese de Conclusões e Respetivas Evidências	34
2. ELEMENTOS METODOLÓGICOS.....	34
2.1. Entrevistas Semiestruturadas.....	48
2.2. Guião de Entrevistas Semiestruturadas	49
2.3. Inquérito aos Beneficiários	62
2.4. Inquérito a Potenciais Destinatários	66
2.5. Sessões <i>Focus Group</i>	90
2.6. Fichas Metodológicas para o Cálculo da Falha de Mercado e da Necessidade de Investimento (Setor e NUTS II)	95

Índice de Quadros

Quadro 1. Tipologias de IF, Instrumentos e Destinatários para a Eficiência Energética (Lote 3)	9
Quadro 2. Tipologias de IF, Instrumentos e Destinatários para a Gestão Eficiente das Águas e dos Resíduos (Lote 3)	11
Quadro 3. Identificação das Questões de Avaliação do Lote 3. Instrumentos Financeiros para a Eficiência Energética e Gestão Eficiente das Águas e dos Resíduos	12
Quadro 4. Tipos de Instrumentos e Dotação Financeira por Programa Operacional e por Prioridade de Investimento (Lote 3)	14
Quadro 5. Domínios de Intervenção e Dotação Financeira por Programa Operacional e por Prioridade de Investimento (Lote 3)	15
Quadro 6. Beneficiários/Destinatários de Instrumentos Financeiros por Programa Operacional e por Prioridade de Investimento (Lote 3)	17
Quadro 7. Matriz Síntese de Conclusões e Respetivas Evidências: Dimensão de Avaliação 1 – Análise das Falhas do Mercado e da Necessidade de Investimento	34
Quadro 8. Matriz Síntese de Conclusões e Respetivas Evidências: Dimensão de Avaliação 2 – Análise do Valor Acrescentado e Compatibilidade com os Auxílios Estatais	36
Quadro 9. Matriz Síntese de Conclusões e Respetivas Evidências: Dimensão de Avaliação 3 – Recursos Adicionais e Efeito de Alavanca	39
Quadro 10. Matriz Síntese de Conclusões e Respetivas Evidências: Dimensão de Avaliação 4 – Lições Adquiridas	40
Quadro 11. Matriz Síntese de Conclusões e Respetivas Evidências: Dimensão de Avaliação 5 – Estratégia de Investimento	43
Quadro 12. Matriz Síntese de Conclusões e Respetivas Evidências: Dimensão de Avaliação 6 – Resultados e Sistema de Monitorização	46
Quadro 13. Matriz Síntese de Conclusões e Respetivas Evidências: Dimensão de Avaliação 7 – Atualização da Avaliação <i>Ex Ante</i>	47
Quadro 14. Entrevistas Semiestruturadas (Entidades Auscultadas)	48
Quadro 15. Guião de Entrevistas Semiestruturadas	49
Quadro 16. Sessão <i>Focus Group</i> : Eficiência Energética - Entidades Convidadas (Lote 3)	90
Quadro 17. Sessão <i>Focus Group</i> : Gestão Eficiente das Águas - Entidades Convidadas (Lote 3)	91
Quadro 18. Sessão <i>Focus Group</i> : Estratégia - Entidades Convidadas (Lote 3)	92
Quadro 19. Sessão <i>Focus Group</i> : Eficiência Energética - Entidades e Participantes (Lote 3)	93
Quadro 20. Sessão <i>Focus Group</i> : Gestão Eficiente das Águas - Entidades e Participantes (Lote 3)	93
Quadro 21. Sessão <i>Focus Group</i> : Estratégia - Entidades e Participantes (Lote 3)	94
Quadro 22. Cálculo da Falha de Mercado e da Necessidade de Investimento: Administração Local	95
Quadro 23. Cálculo da Falha de Mercado e da Necessidade de Investimento: Administração Central	98
Quadro 24. Cálculo da Falha de Mercado e da Necessidade de Investimento: Habitação (particular)	101
Quadro 25. Cálculo da Falha de Mercado e da Necessidade de Investimento: Empresas (Eficiência Energética)	104
Quadro 26. Cálculo da Falha de Mercado e da Necessidade de Investimento: Empresas de Transportes Coletivos dos Açores (Eficiência Energética)	108
Quadro 27. Cálculo da Falha de Mercado e da Necessidade de Investimento: Entidades Gestoras de Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (Gestão Eficiente de Águas)	110

Índice de Figuras

Figura 1. Objeto de Avaliação <i>Ex Ante</i> – Eficiência Energética	10
Figura 2. Critérios de Avaliação Presentes nas Questões de Avaliação do Lote 3 – Instrumentos Financeiros para a Eficiência Energética e Gestão Eficiente das Águas e dos Resíduos	13
Figura 3. Crédito Interno	19
Figura 4. Aplicação e Obtenção de Fundos do Setor Monetário	19
Figura 5. PIB Anual (preços correntes, M€)	20
Figura 6. Estrutura do PIB na Ótica da Despesa (média anual 1995-2013, %)	20
Figura 7. Novas Operações de Empréstimos de Particulares	22

1. ELEMENTOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. Instrumentos Financeiros para a Eficiência Energética

1. De acordo com o Caderno de Encargos (Cláusulas Técnicas), os IF para a EE encontram-se enquadrados no POSEUR e nos PO Regionais do Norte, do Centro, de Lisboa, do Alentejo, do Algarve, dos Açores e da Madeira.
2. As tipologias de ação propostas nos documentos programáticos são as apresentadas no quadro seguinte.

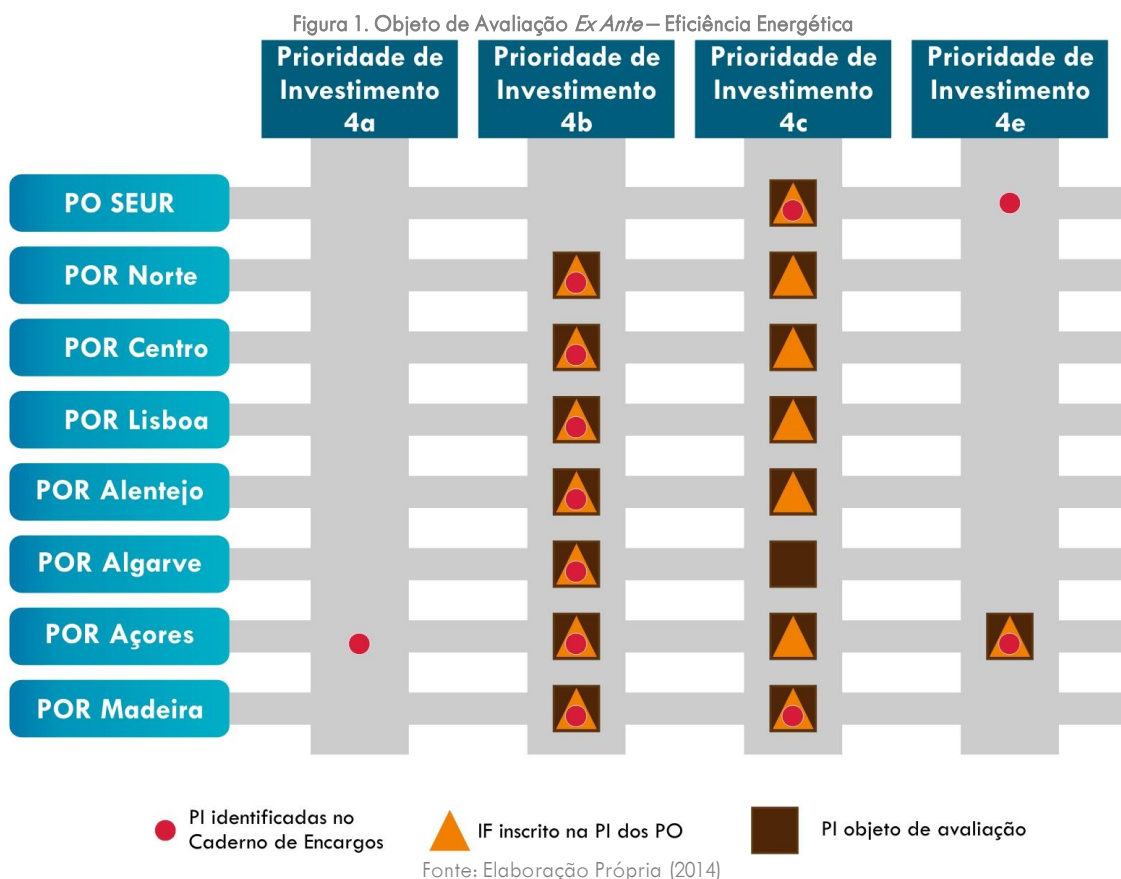
Quadro 1. Tipologias de IF, Instrumentos e Destinatários para a Eficiência Energética (Lote 3)

IF	Tipo	Dívida (empréstimos a empresas e/ou outras entidades), a criar
	Instrumento	<p>A1 Subscrição de fundos de contragarantia a garantias prestadas por entidades especializadas na emissão de garantias a financiamentos a conceder por bancos comerciais a empresas</p> <p>A2 Bonificação das taxas de juro de empréstimos a conceder por bancos comerciais a PME e de comissões de garantia prestadas a financiamentos a conceder por bancos comerciais a empresas</p> <p>A3 Apoio a financiamento de empréstimos comerciais a outras entidades, mobilizando conjuntamente fundos comunitários, com financiamento da banca comercial, em condições comerciais e potenciais aplicações previamente definidas</p>
	Objetivos	<p>Através do instrumento financeiro (que pode integrar a prestação de garantias, a bonificação de juros ou a mobilização de <i>funding</i>) pretende-se complementar os empréstimos concedidos por instituições financeiras, com vista a permitir uma alavancagem dos fundos disponíveis para eficiência energética. Procura-se assim, promover melhores condições de preço e de maturidades na mobilização de financiamentos bancários para as intervenções no âmbito da eficiência energética.</p> <p>Integra-se ainda, neste âmbito, o financiamento por via de Empresas de Serviços Energéticos com vista à sua intervenção em empresas e em entidades públicas por via de contratos de gestão de eficiência energética. Esta modalidade de contrato permite às empresas e entidades públicas reduzir os custos com a energia sem necessidade de recorrer diretamente ao crédito e com menor risco tecnológico. No entanto, a realização de contratos de gestão de eficiência energética apresenta um risco financeiro elevado para as empresas de serviços energéticos, que precisam de conjugar as maturidades do financiamento que necessitam de obter na banca comercial, com os períodos de retorno económico das intervenções.</p>
	Destinatários	<p>Empresas</p> <p>Entidades Públicas</p> <p>Empresas de Serviços Energéticos (ESE)</p> <p>Particulares</p>

Fonte: Cadernos de Encargos (2014)

3. O Caderno de Encargos identifica igualmente os setores previstos para apoios a investimentos na EE, designadamente:
 - A EE nas empresas, em que os investimentos a apoiar deverão alargar o acesso às ESE, num quadro em que se assumirão como "*veículos promotores de eficiência energética e através dos quais se concretizará a partilha de poupanças*". Previa-se que os IF suportariam todos os investimentos associados à 4a no PO Açores e os associados à PI 4b, no âmbito dos sete POR;
 - A EE na Administração Central do Estado, em que serão constituídos contratos de gestão de eficiência energética entre os organismos da Administração Central do Estado e as ESE, que enquadrarão as medidas de EE a executar (os IF deverão assumir-se como uma "*fonte de financiamento para as ESE financiarem os investimentos associados aos contratos de gestão de eficiência energética que celebrarem com os organismos da Administração Central do Estado*"). Previa-se que os IF suportariam os investimentos associados à PI 4iii, presentes no POSEUR e no PO Madeira;
 - A EE na habitação (particular), em que os investimentos a enquadrar nos IF deverão "*melhorar a eficiência energética do edificado, decorrente da sua vetustez e degradação*". Previa-se que os IF suportariam os investimentos associados à PI 4iii, presentes no POSEUR e no PO Madeira;
 - A EE na mobilidade urbana, em que os investimentos deverão apoiar a implementação de medidas de EE e a racionalização dos consumos nos transportes, bem como a promoção da utilização de transportes ecológicos e da mobilidade sustentável. Previa-se que os IF suportariam os investimentos associados à PI 4e, presentes no POSEUR e no POR Açores.

4. Contudo, da leitura da versão de Outubro dos PO que constituem o objeto da avaliação *ex ante*¹, observaram-se várias discordâncias nas PI que englobam IF face ao estipulado no Caderno de Encargos, decorrentes da evolução do processo de conceção dos PO, designadamente:
 - PI 4c – o PO Norte, o PO Lisboa, o PO Alentejo e o PO Açores preveem a mobilização de IF;
 - PI 4e – o POSEUR não prevê a mobilização de IF;
 - Por outro lado, o PO Açores mobiliza IF na PI 4a, cujo OE encontra-se centrado na produção e diversificação de fontes de energia renovável (e, deste modo, fora do âmbito de avaliação do Lote 3).
5. Após interação com a AD&C para a definição do objeto de avaliação no domínio da eficiência energética, considerando as discrepâncias entre o Caderno de Encargos e a mobilização de IF nos oito PO (versão de 21 de outubro) e, ainda, o processo negocial dos PO com a Comissão Europeia (CE), foi definido que:
 - A PI 4a, apesar de constar no Caderno de Encargos do concurso, na última versão do PO aquando da entrega do Relatório Inicial (posterior a 21 de outubro), não previa a utilização de IF, pelo que não foi considerada na avaliação;
 - A PI 4c, apesar de constar no Caderno de Encargos do concurso no âmbito do POSEUR e do PO Madeira, foi também considerada em todos os restantes PO regionais;
 - A utilização de IF na PI 4e restringe-se ao PO Açores, pelo que apenas esta região foi considerada no exercício avaliativo.
6. Deste modo, a figura seguinte sintetiza o objeto de avaliação *ex ante* no domínio da eficiência energética, identificando as PI dos PO que mobilizam IF e as alterações face ao disposto no Caderno de Encargos.



¹ Submetidos a 21 de outubro de 2014.

1.2. Instrumentos Financeiros para a Gestão Eficiente das Águas

7. De acordo com o Caderno de Encargos (Cláusulas Técnicas), os IF para a GEA encontra-se enquadrados no POSEUR.
8. As tipologias de ação propostas são as apresentadas no quadro seguinte.

Quadro 2. Tipologias de IF, Instrumentos e Destinatários para a Gestão Eficiente das Águas e dos Resíduos (Lote 3)

IF	Tipo	Dívida (empréstimos a outras entidades), a criar
	Instrumento	A1 Subscrição de fundos de contragarantia a garantias prestadas por entidades especializadas na emissão de garantias a financiamentos a conceder por bancos comerciais a PME A2 Bonificação das taxas de juro de empréstimos a conceder por bancos comerciais a PME e de comissões de garantia prestadas a financiamentos a conceder por bancos comerciais a PME A3 Apoio a financiamento de empréstimos comerciais a outras entidades, mobilizando conjuntamente fundos comunitários, com financiamento da banca comercial, em condições comerciais e potenciais aplicações previamente definidas
	Objetivos	Através do instrumento financeiro (que pode integrar a prestação de garantias, a bonificação de juros ou a mobilização de <i>funding</i>) pretende-se complementar os empréstimos concedidos por instituições financeiras, com vista a permitir uma alavancagem dos fundos disponíveis para a gestão eficiente das águas e resíduos. Procura-se assim, promover melhores condições de preço e de maturidades na mobilização de financiamentos bancários para as intervenções no âmbito da gestão eficiente das águas e resíduos.
	Destinatários	Entidades Gestoras dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Resíduos Urbanos

Fonte: Cadernos de Encargos (2014)

9. Os setores previstos para apoiar os investimentos para a gestão eficiente das águas e dos resíduos, previstos em sede de Caderno de Encargos, são os seguintes:
 - Investimentos promovidos pelas entidades gestoras de resíduos urbanos destinados a proporcionar ganhos de eficiência das infraestruturas existentes, bem como à promoção da valorização e escoamento dos subprodutos e refugos do tratamento de resíduos urbanos. Previa-se que os IF suportariam os investimentos associados à PI 6i presentes no POSEUR;
 - Investimentos promovidos pelas entidades gestoras de serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais com vista a proporcionar a otimização e gestão eficiente das infraestruturas existentes e a melhoria da qualidade dos serviços prestados por estas entidades gestoras. Previa-se que os IF suportariam os investimentos associados à PI 6ii presentes no POSEUR.
10. Da leitura da versão de 21 de outubro do POSEUR, verificou-se que apenas a PI 6ii previa a mobilização de IF.
11. Após interação com a AD&C para a definição do objeto de avaliação no domínio da GEA, considerando esta discrepância entre o Caderno de Encargos e a mobilização de IF no POSEUR (versão de 21 de outubro), foi definido que a PI 6i, não prevendo a utilização de IF, não deveria ser considerada na avaliação.

1.3. Dimensões e Questões de Avaliação

12. As questões de avaliação têm uma função central em qualquer exercício avaliativo, na medida em que permitem clarificar o propósito e a amplitude do exercício a ser desenvolvido pelo avaliador e a precisar os aspetos do desempenho que se pretendem analisar.
13. Tendo por referência os objetivos da avaliação *ex ante* de IF previstos nas disposições comunitárias e as várias dimensões que estes exercícios deverão conter, foram definidas, em sede de Caderno de Encargos, um conjunto de 18 Questões de Avaliação, distribuídas pelas sete Dimensões da Avaliação. O conjunto de questões que constitui o guião da avaliação é apresentado no quadro seguinte.

Quadro 3. Identificação das Questões de Avaliação do Lote 3. Instrumentos Financeiros para a Eficiência Energética e Gestão Eficiente das Águas e dos Resíduos

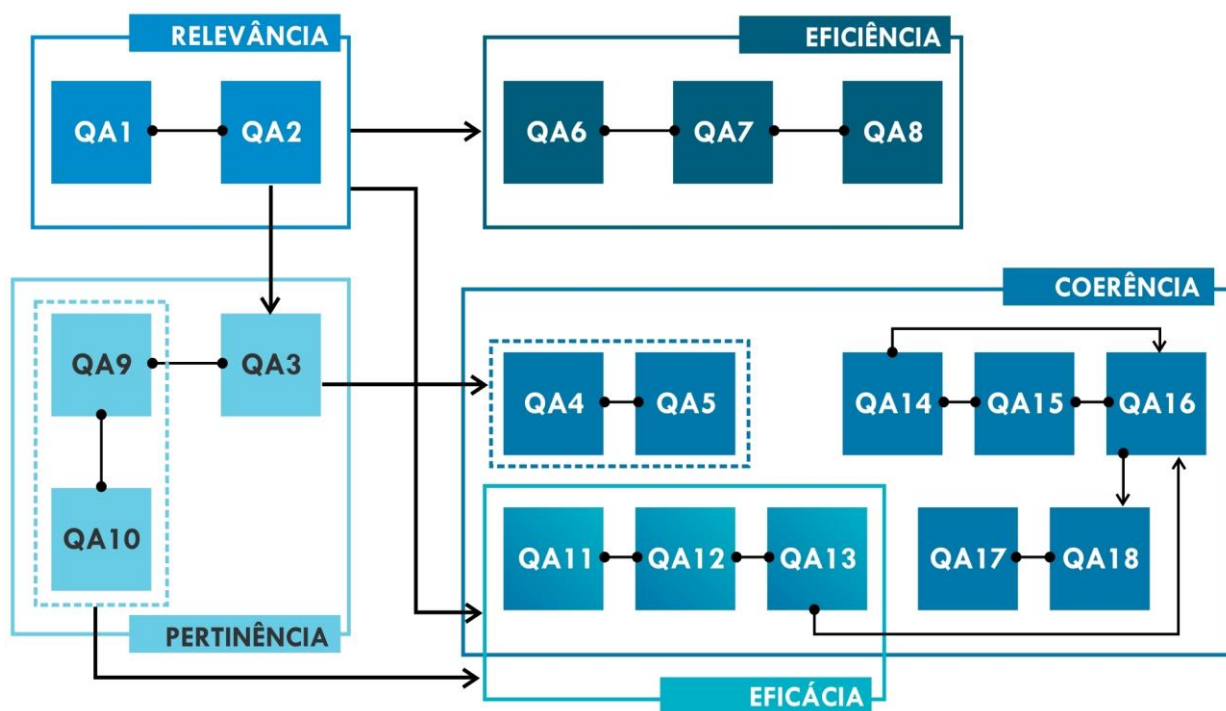
DIAGNÓSTICO E IDENTIFICAÇÃO DAS RESPOSTAS MAIS ADEQUADAS
Dimensão de Avaliação 1 – Análise das Falhas do Mercado e da Necessidade de Investimento
<ul style="list-style-type: none"> ▪ QA01. Existem falhas de mercado e/ou de investimento insuficiente para o qual o IF foi concebido? Essas falhas e/ou investimento insuficiente apresentam diferenciações relevantes em termos regionais e/ou setoriais? Se sim, qual o <i>gap</i> entre a oferta e a procura de financiamento e dimensão de subinvestimento identificada? ▪ QA02. Qual é a quantificação e o montante estimado de necessidades de investimento/financiamento para fazer face aos problemas de mercado anteriormente identificados?
Dimensão de Avaliação 2 – Análise do Valor Acrescentado e Compatibilidade com os Auxílios Estatais
<ul style="list-style-type: none"> ▪ QA03. Qual é o valor acrescentado do IF proposto (em termos quantitativos e qualitativos), comparativamente com o valor acrescentado de outras propostas alternativas? ▪ QA04. Existe coerência do IF proposto com outras formas de intervenção pública (inclusive subvenções e de intervenções de outros níveis estratégicos)? ▪ QA05. Com a intervenção delineada podem estar subjacentes auxílios de estado? Em caso afirmativo: (a) está acautelada a proporcionalidade entre os benefícios que serão alcançados com a intervenção e as distorções que a mesma irá introduzir no mercado? (b) está acautelada a proporcionalidade entre a intervenção que está a ser proposta e a falha de mercado que se pretende colmatar com essa intervenção? (c) está a intervenção limitada ao mínimo necessário para garantir a atração do financiamento, pelo mercado, a níveis suficientes para responder às necessidades de investimento a níveis identificados na avaliação da existência de falha de mercado?
Dimensão de Avaliação 3 – Recursos Adicionais e Efeito de Alavanca
<ul style="list-style-type: none"> ▪ QA06. Quais são os recursos adicionais (privados e de outros fundos públicos) potencialmente mobilizáveis pelo IF e qual o respetivo montante financeiro e sua alocação no período de implementação do IF? (se apresentadas propostas alternativas aos IF alvo da avaliação, a resposta a esta questão deve incluir igualmente essas propostas) ▪ QA07. Qual é a estimativa do efeito de alavancagem do IF proposto? Indique a metodologia de cálculo e as fontes de informação utilizadas. ▪ QA08. Quais os mecanismos previstos para atrair recursos adicionais privados? Esses mecanismos são coerentes com os objetivos do IF ou carecem de desenvolvimento?
Dimensão de Avaliação 4 – Lições Adquiridas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ QA09. Existe informação disponível relativa a anteriores estudos ou avaliações com relevância para o IF proposto? Se sim, indique quais e enumere os principais fatores de sucesso e de estrangulamento na implementação dos IF. ▪ QA10. Existem aspetos do IF proposto que reflitam a ponderação dos fatores de sucesso e de estrangulamento identificados na questão anterior? Se sim, indique quais, e fundamente a avaliação das propostas de melhoria da performance do IF.
ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO E RESULTADOS A ALCANÇAR
Dimensão de Avaliação 5 – Estratégia de Investimento
<ul style="list-style-type: none"> ▪ QA11. Existe um adequado nível de detalhe da estratégia de investimento proposta que permita, contudo, assegurar um grau de flexibilidade da implementação do IF? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento. ▪ QA12. Existe coerência regional e temática do IF proposto tendo em consideração os resultados da avaliação do mercado e do valor acrescentado (nomeadamente na seleção dos produtos financeiros a disponibilizar e dos beneficiários finais alvo)? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento. ▪ QA13. Existe adequação da estrutura de gestão proposta para a implementação do IF, tendo em consideração a disposição de implementação mais adequada e a combinação com outros apoios financeiros? Identifique os respetivos aspetos que merecem aperfeiçoamento.
Dimensão de Avaliação 6 – Resultados e Sistema de Monitorização
<ul style="list-style-type: none"> ▪ QA14. Quais são os indicadores de realização e de resultado, e respetiva quantificação, que permitem a adequada monitorização e avaliação dos IF? ▪ QA15. Como é que o IF proposto contribui para alcançar os objetivos do PO para o qual foi criado? ▪ QA16. Quais são as características do sistema de monitorização que permitem uma eficiente monitorização do IF, que facilite os requisitos de reporte e permita identificar áreas de melhoria?
Dimensão de Avaliação 7 – Atualização da Avaliação <i>Ex Ante</i>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ QA17. Quais as circunstâncias que suscitam a necessidade de revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação <i>ex ante</i>? ▪ QA18. Quais são os parâmetros verificados na evolução da quantificação dos indicadores do sistema de monitorização que evidenciam a necessidade da revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação <i>ex ante</i>?

Fonte: Cadernos de Encargos (2014)

1.4. Critérios de Avaliação

14. As questões a que os exercícios de avaliação devem responder dão corpo às denominadas componentes fundamentais da avaliação que, de acordo com os principais documentos de referência sobre metodologias de avaliação, se podem sintetizar em sete critérios de análise: relevância, pertinência, coerência, eficiência, eficácia, utilidade e sustentabilidade.
15. Neste contexto, os critérios de avaliação servem para ajudar a focalizar um exercício, tornando mais claros os objetivos da avaliação e o que se pretende com cada uma das QA. Servem também, quando se está perante um conjunto mais alargado de questões, para compreender a forma como partilham a mesma informação de base e, por essa razão, como se poderão conjugar os diversos métodos de recolha e análise.
16. Considerando tratar-se de uma avaliação *ex ante*, as questões relacionadas com a relevância, pertinência e coerência, interna e externa, eficácia (potencial) e eficiência (potencial) assumem uma evidente importância no quadro do presente processo avaliativo.
17. A figura seguinte apresenta uma leitura sistematizada dos critérios de avaliação que estão presentes em cada uma das 18 QA a que o estudo deverá responder. Na primeira fase, o leque de questões previsto tem uma maior amplitude visando a relevância (da utilização dos IF face às falhas de mercado), pertinência (valor acrescentado da solução para responder aos problemas), coerência (dos IF proposto face a outras formas de intervenção) e eficiência (capacidade de alavancar recursos adicionais) dos IF. A segunda fase da avaliação revela-se mais concentrada, incidindo sobre a coerência (interna) das opções face ao quadro analítico e na perspectiva de assegurar uma maior eficácia de execução e de gestão.

Figura 2. Critérios de Avaliação Presentes nas Questões de Avaliação do Lote 3 – Instrumentos Financeiros para a Eficiência Energética e Gestão Eficiente das Águas e dos Resíduos



Fonte: Elaboração Própria (2014)

1.5. Tipos de Instrumentos e Dotação Financeira por PO e por PI

Quadro 4. Tipos de Instrumentos e Dotação Financeira por Programa Operacional e por Prioridade de Investimento (Lote 3)

PO	PI	Tipo de Instrumento	Dotação Financeira (€)
SEUR	4iii	Empréstimo ou equivalente	115.000.000,00
		Garantias ou equivalente	110.000.000,00
	6ii	Garantias ou equivalente	150.000.000,00
		Bonificação de juros, prémios de garantias, apoio técnico ou equivalente	61.000.000,00
Norte	4b / 4c	Empréstimo ou equivalente	18.365.023,00
		Garantias ou equivalente	14.692.019,00
		Bonificação de juros, prémios de garantias, apoio técnico ou equivalente	15.916.354,00
Centro	4b / 4c	Empréstimo ou equivalente	13.666.667,00
		Garantias ou equivalente	14.666.667,00
		Bonificação de juros, prémios de garantias, apoio técnico ou equivalente	13.666.666,00
Lisboa	4b / 4c	Empréstimo ou equivalente	6.400.000,00
		Garantias ou equivalente	6.400.000,00
		Bonificação de juros, prémios de garantias, apoio técnico ou equivalente	6.400.000,00
Alentejo	4b / 4c	Empréstimo ou equivalente	11.635.524,00
		Garantias ou equivalente	1.551.403,00
		Bonificação de juros, prémios de garantias, apoio técnico ou equivalente	2.327.104,00
Algarve	4b / 4c	Empréstimo ou equivalente	1.500.000,00
		Garantias ou equivalente	1.250.000,00
		Bonificação de juros, prémios de garantias, apoio técnico ou equivalente	1.250.000,00
Açores	4b / 4c / 4e	Empréstimo ou equivalente	2.845.000,00
		Garantias ou equivalente	2.845.000,00
		Bonificação de juros, prémios de garantias, apoio técnico ou equivalente	2.845.000,00
Madeira	4b / 4c	Empréstimo ou equivalente	2.000.000,00
		Garantias ou equivalente	2.000.000,00
		Bonificação de juros, prémios de garantias, apoio técnico ou equivalente	2.592.250,00
TOTAL			580.814.677,00

Fonte: Programas Operacionais (2015)

1.6. Domínios de Intervenção e Dotação Financeira por PO e por PI

Quadro 5. Domínios de Intervenção e Dotação Financeira por Programa Operacional e por Prioridade de Investimento (Lote 3)

PO	PI	Domínio de Intervenção (Código)	Dotação Financeira (€)
SEUR	4iii	013. Renovação energeticamente eficiente de infraestruturas públicas, projetos de demonstração e medidas de apoio	200.000.000,00
		014. Renovação energeticamente eficiente do parque habitacional existente, projetos de demonstração e medidas de apoio	200.000.000,00
	6ii	020. Abastecimento de água para consumo humano (extração, tratamento, armazenagem e infraestruturas de distribuição)	18.000.000,00
		021. Gestão de água e conservação de água potável (incluindo gestão de bacias fluviais, fornecimento de água, medidas específicas de adaptação às alterações climáticas, medição por consumidor e zona, sistemas de carga e redução de fugas)	196.000.000,00
		022. Tratamento das águas residuais	403.000.000,00
		023. Medidas ambientais destinadas a reduzir e/ou evitar emissões de gases com efeito de estufa (incluindo tratamento e armazenagem de gás metano e compostagem)	17.000.000,00
Norte	4b / 4c	013. Renovação energeticamente eficiente de infraestruturas públicas, projetos de demonstração e medidas de apoio	74.913.668,00
		068. Eficiência energética e projetos de demonstração nas PME e medidas de apoio	15.443.942,00
		070. Promoção da eficiência energética em grandes empresas	8.315.969,00
Centro	4b / 4c	013. Renovação energeticamente eficiente de infraestruturas públicas, projetos de demonstração e medidas de apoio	45.000.000,00
		068. Eficiência energética e projetos de demonstração nas PME e medidas de apoio	20.000.000,00
		070. Promoção da eficiência energética em grandes empresas	20.000.000,00
Lisboa	4b / 4c	013. Renovação energeticamente eficiente de infraestruturas públicas, projetos de demonstração e medidas de apoio	12.000.000,00
		068. Eficiência energética e projetos de demonstração nas PME e medidas de apoio	12.000.000,00
		070. Promoção da eficiência energética em grandes empresas	6.000.000,00
Alentejo	4b / 4c	013. Renovação energeticamente eficiente de infraestruturas públicas, projetos de demonstração e medidas de apoio	38.785.079,00
		068. Eficiência energética e projetos de demonstração nas PME e medidas de apoio	7.726.779,00
		070. Promoção da eficiência energética em grandes empresas	2.575.593,00
Algarve	4b / 4c	013. Renovação energeticamente eficiente de infraestruturas públicas, projetos de demonstração e medidas de apoio	9.000.000,00
		068. Eficiência energética e projetos de demonstração nas PME e medidas de apoio	3.500.000,00
		070. Promoção da eficiência energética em grandes empresas	1.500.000,00

PO	PI	Domínio de Intervenção (Código)	Dotação Financeira (€)
Açores	4b / 4c / 4e	013. Renovação energeticamente eficiente de infraestruturas públicas, projetos de demonstração e medidas de apoio	6.000.000,00
		043. Infraestruturas e promoção de transportes urbanos limpos (incluindo equipamento e material circulante)	3.000.000,00
		068. Eficiência energética e projetos de demonstração nas PME e medidas de apoio	5.735.000,00
		070. Promoção da eficiência energética em grandes empresas	2.000.000,00
Madeira	4b / 4c	013. Renovação energeticamente eficiente de infraestruturas públicas, projetos de demonstração e medidas de apoio	1.284.000,00
		068. Eficiência energética e projetos de demonstração nas PME e medidas de apoio	3.428.000,00
		070. Promoção da eficiência energética em grandes empresas	1.482.000,00

Fonte: Programas Operacionais (2015)

1.7. Beneficiários/Destinatários

Quadro 6. Beneficiários/Destinatários de Instrumentos Financeiros por Programa Operacional e por Prioridade de Investimento (Lote 3)

PO	PI	Beneficiários/Destinatários
SEUR	4iii	Organismos da administração pública central e organismo que implementa o instrumento financeiro ou o fundo de fundos
	6ii	Entidades gestoras de serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais e organismo que implementa o instrumento financeiro ou o fundo de fundos
Norte	4b	Empresas, IPSS e organismo que implementa o instrumento financeiro ou o fundo de fundos
	4c	Administração pública local e organismo que implementa o instrumento financeiro ou o fundo de fundos
Centro	4b	Empresas, IPSS e organismo que implementa o instrumento financeiro ou o fundo de fundos
	4c	Administração pública local e organismo que implementa o instrumento financeiro ou o fundo de fundos
Lisboa	4b	Empresas, IPSS e organismo que implementa o instrumento financeiro ou o fundo de fundos
	4c	Administração pública regional e local e organismo que implementa o instrumento financeiro ou o fundo de fundos
Alentejo	4b	Empresas, IPSS e organismo que implementa o instrumento financeiro ou o fundo de fundos, preferencialmente as grandes consumidoras (PME e não PME)
	4c	Administração pública local e organismo que implementa o instrumento financeiro ou o fundo de fundos
Algarve	4b	Empresas, IPSS e organismo que implementa o instrumento financeiro ou o fundo de fundos, preferencialmente as grandes consumidoras (PME e não PME) e as empresas do setor do turismo com consumos acima da média do setor
	4c	Administração pública local e central desconcentrada
Açores	4b	Empresas, IPSS e organismo que implementa o instrumento financeiro ou o fundo de fundos
	4c	Administração pública regional e local e organismo que implementa o instrumento financeiro ou o fundo de fundos
	4e	Empresas de transporte público coletivo de passageiros e organismo que implementa o instrumento financeiro ou o fundo de fundos
Madeira	4b	Empresas, IPSS e organismo que implementa o instrumento financeiro ou o fundo de fundos
	4c	Administração pública e organismo que implementa o instrumento financeiro ou o fundo de fundos

Fonte: Programas Operacionais (2015)

1.8. Elementos de Contextualização na Resposta à QA1

Um contexto adverso: principais obstáculos à oferta de financiamento e à capacidade de investimento e financiamento da procura...

A crise económico-financeira que afetou o país nos últimos anos teve como principais consequências a dificuldade de acesso a crédito bancário/disponibilidade de financiamento (falta de liquidez da banca comercial), sobretudo relevante no período 2009-2013

18. Nos últimos anos, observou-se, ao nível internacional, uma melhoria do enquadramento financeiro, contrastando com uma contínua deterioração da conjuntura económica. Esta aparente perda de correlação entre as finanças e a economia pode justificar-se pelas medidas e ações empreendidas pelos Bancos Centrais – com o objetivo de recuperar, ainda que parcialmente, a confiança dos investidores – não terem tido o impacto esperado sobre o crescimento real. O crédito e o financiamento da economia real não foram eficientes nem muito ativos, num contexto de desendividamento dos agentes privados (procura) e de um processo de desalavancagem das entidades financeiras (oferta). Ou seja, em boa parte, o suporte dos Bancos Centrais centrou-se (foi canalizado) nas necessidades de financiamento das entidades financeiras e da dívida pública. Releve-se, igualmente, que o impacto da crise financeira e, sobretudo, o seu prolongamento temporal colocaram em evidência a vulnerabilidade dos sistemas financeiros europeus, quando forçados a absorver choques geradores de instabilidade nos mercados. Vulnerabilidade que, em grande parte, decorre da relevância dos mercados bancários (na Europa são responsáveis por cerca de 70% do financiamento da atividade económica). Em algumas economias periféricas, como a portuguesa, o predomínio do crédito bancário reflete-se, por exemplo, na estrutura financeira da maioria das PME e nos baixos rácios de poupança das famílias, tornando-as mais frágeis e muito expostas a alterações nos mercados de crédito.
19. Por outro lado, o desempenho da economia portuguesa no período 2008-2013 foi muito condicionado pelo compromisso de cumprir as metas do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) e, particularmente, pelo processo de consolidação orçamental, no sentido de reduzir o défice e estabilizar a dívida pública. Neste período, os ajustamentos externos e orçamentais foram progredindo, os riscos para a estabilidade financeira foram reduzidos e algumas reformas estruturais foram realizadas. No entanto, a necessidade de reduzir o gasto público estrutural foi, e continua a ser, uma das dimensões principais deste processo de ajustamento. Concomitantemente, o ajustamento que Portugal tem vindo a realizar num contexto de fortes restrições ao financiamento e de recessão na “Zona Euro” tem resultado em significativos custos para a sociedade portuguesa. As medidas de austeridade e as reformas estruturais – cortes nos salários dos funcionários públicos, aumento da pressão fiscal direta e indireta – assumiram uma expressão e um impacto muito significativo no rendimento disponível das famílias. Acresce que, neste período, apesar do arrefecimento da economia, a tensão sobre os preços manteve-se, alimentada sobretudo por fatores exógenos, como o aumento do preço da energia e aumento da fiscalidade indireta.
20. Acresce que, entre 2009 e 2013, observou-se um impacto significativo do contexto económico e financeiro no desempenho do sistema bancário português: i) a procura e a oferta de crédito no setor bancário foram bastante reduzidas, refletindo uma política de desalavancagem dos agentes económicos privados – condicionada, em larga escala, pelo agravamento do contexto económico e político – e das entidades financeiras; ii) os mercados financeiros internacionais estiveram fechados durante longos períodos para qualquer emissão de dívida não garantida pelo Estado, elevando a dependência das entidades do setor bancário para com a liquidez disponibilizada pelo Banco Central Europeu (BCE); iii) o sistema bancário teve que responder à necessidade de reforço das imparidades para crédito e para ativos financeiros (o que, juntamente com as novas regras de capitalização impostas no Memorando de Entendimento e pelo Banco de Portugal, conduziram algumas entidades bancárias a recorrer à linha pública de recapitalização da banca).
21. Segundo informação do Banco de Portugal, em 2014, e pelo quarto ano consecutivo, reduziu-se o crédito interno concedido pelo setor bancário. No final desse ano, o crédito interno foi de 312 mil M€ (decrécimo de 18,7 mil M€ face a dezembro de 2013). Este comportamento traduziu-se em taxas de variação anual negativas (-5,6%, em dezembro de 2014).
22. Para a contração do crédito, concorreram todos os setores (com exceção das administrações públicas), registando-se diminuições no crédito a sociedades não financeiras (14,1 M€), instituições financeiras não monetárias (2,5 mil M€) e particulares (4,2 mil M€). No crédito concedido às administrações públicas, observou-se um acréscimo de 2,1 M€ (face aos valores de 2013). O *stock* de empréstimos a particulares tem

vindo progressivamente a reduzir-se, sobretudo na dimensão habitação – redução de 3,9 mil M€ face ao final de 2013. Estas taxas de variação têm-se mantido negativas, quer na habitação (-3%), quer na dimensão de consumo e outros fins (-2,2% e -2,9%, respetivamente).

Figura 3. Crédito Interno

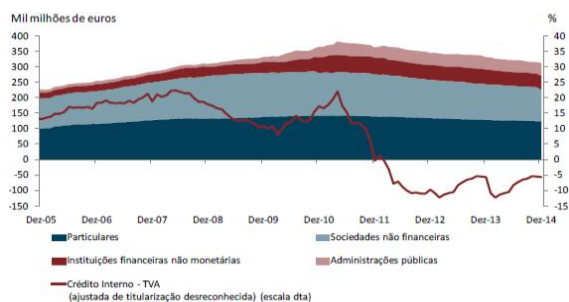
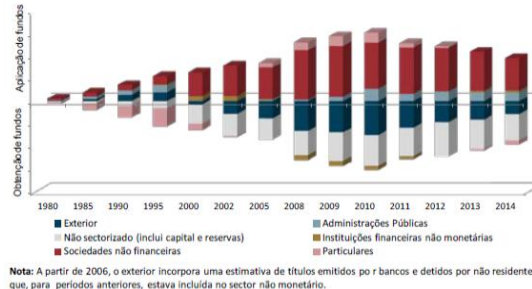


Figura 4. Aplicação e Obtenção de Fundos do Setor Monetário



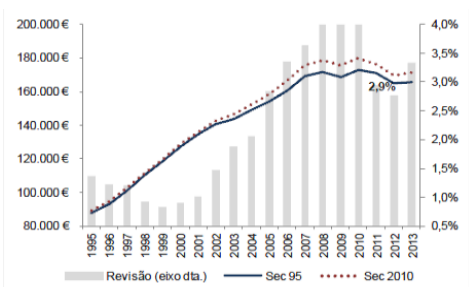
Nota: A partir de 2006, o exterior incorpora uma estimativa de títulos emitidos por bancos e detidos por não residentes, que, para períodos anteriores, estava incluída no sector não monetário.

Fonte: Banco de Portugal, Informação Estatística (fevereiro, 2015)

No período 2012-2014, observou-se uma forte contração do investimento e consumo, público e privado, decorrente do agravamento das condições de financiamento e dos elevados níveis de endividamento, sobretudo do Estado

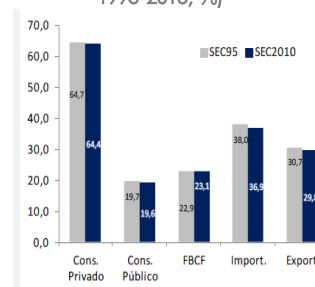
23. Em Portugal, o sistema bancário possui um papel central na satisfação das necessidades de financiamento da economia e dos particulares, compensando a insuficiência da poupança interna com o recurso ao financiamento externo. Com a integração na “Zona Euro”, Portugal passou a beneficiar de taxas de juro significativamente mais reduzidas (e menos voláteis) e o sistema bancário passou a dispor da possibilidade de aceder a um mercado de financiamento mais vasto, estável e sem qualquer risco cambial. Este enquadramento gerou um crescimento do crédito muito acima do acomodável face aos rácios de depósitos (os excedentes externos de liquidez eram canalizados para a satisfação das necessidades internas de financiamento). Neste quadro, de “aparente” ampla liquidez, gerou-se a perceção nos principais atores que as menores restrições de financiamento poderiam perdurar durante muitos anos. Com o despoletar e avolumar da crise financeira internacional, registou-se uma diferenciação importante do prémio de risco soberano em várias economias, incluindo a portuguesa. A conjugação de acréscimos substanciais e não antevistos dos défices e da dívida pública, a que se adicionaram constrangimentos de natureza estrutural, agravaram de forma acentuada o endividamento externo e bloquearam o crescimento da economia.
24. Assim, e face à deterioração das perspetivas dos mercados financeiros internacionais sobre a sustentabilidade da situação das finanças públicas portuguesas, observou-se um acréscimo significativo do prémio de risco da dívida soberana, com consequências negativas sobre o acesso e as condições de financiamento do sistema bancário português nos mercados internacionais de dívida por grosso. Acresce que, neste período de crise internacional, a banca nacional foi chamada para “auxiliar” o Estado, mediante a concessão de empréstimos. Em maio de 2010, com a operacionalização do resgate à Grécia e o agravamento das condições de financiamento de Portugal nos mercados internacionais, os empréstimos ao Estado passaram de 814 M€ para 4,4 mil M€ (apenas num mês). Estas linhas de crédito atingiram o seu maior volume em abril de 2011, com o resgate a Portugal, atingindo os 12,5 mil M€.
25. Neste contexto, de necessidade de diminuir a dívida pública/equilibrar as contas públicas (imposição de limites ao endividamento) e de cumprir o Programa de Ajustamento Macroeconómico, acordado com a *Troika*, registou-se uma forte contração do investimento, sobretudo público. Releve-se que a dívida direta do Estado aumentou ao longo dos últimos anos, mas de forma particularmente acentuada desde 2009. Em fevereiro de 2012, o valor da dívida direta do Estado era de 180.711 M€ (105,1% do PIB), o que representava um aumento de 17,5% face ao período homólogo. No final de 2013, a dívida direta do Estado ascendeu a 204.252 M€ (119,3% do PIB), enquanto a dívida das Administrações Públicas, atingiu os 219.225 M€ (128,0% do PIB), segundo a revisão do Reporte ao Eurostat, de 30 de setembro de 2014. Em 31 de janeiro de 2015, o saldo da dívida direta do Estado cifrou-se em 225.885 M€.

Figura 5. PIB Anual (preços correntes, M€)



Fonte: INE, Relatório do Orçamento de Estado (2015)

Figura 6. Estrutura do PIB na Ótica da Despesa (média anual 1995-2013, %)



26. Por outro lado, a inclusão de 268 entidades públicas no défice orçamental provoca uma nova pressão para o Estado, uma vez que as empresas incluídas deixam de poder financiar-se junto do sistema financeiro (o Estado passa a ser o seu financiador, através do Orçamento do Estado)². Registe-se que, no ano de 2015, o Estado necessitará de injetar 2,6 mil M€ para estas empresas pagarem empréstimos à banca.
27. Durante o período de ajustamento, segundo dados do INE, o peso do consumo privado no PIB diminuiu em termos reais, corrigindo em parte a trajetória de subida registada anteriormente. Simultaneamente, o endividamento das famílias diminuiu (atualmente em 116% do rendimento disponível, traduzindo um decréscimo de -12 %, face ao máximo registado em 2009). Acompanhando o aumento da taxa de poupança dos particulares, observa-se igualmente um acréscimo do consumo privado durante o ano de 2014 (associado à aquisição de bens duradouros).

As dificuldades de liquidez do sistema bancário e a necessidade de cumprir os limites ao endividamento condicionaram os investimentos da Administração Local, demasiado dependentes de empréstimos bancários, com a acentuada redução das receitas (forte quebra de licenciamentos das atividades de construção e imobiliário)

28. A partir da segunda metade dos anos oitenta, com a adesão de Portugal à UE (então CEE) e a fase de expansão do crédito pessoal e à habitação, observou-se um forte acréscimo da construção e da aquisição de casa própria, cristalizando-se um modelo de financiamento dos municípios em torno de três categorias/tipo de receita: licenciamento das atividades de construção e imobiliário (que representavam cerca de 45% das receitas); transferências da Administração Central (próximas dos 45%); cobrança de taxas e emolumentos próprios (10%). Neste contexto, o orçamento dos municípios encontrava-se muito condicionado pelo crescimento económico, sendo que em anos de crise, de conjuntura adversa a redução de receitas próprias é acentuada (diminuição do pagamento de impostos, resultante da quebra de confiança – sem investidores/investimentos, gera-se uma redução da receita fiscal). Assim, o recurso ao crédito assumiu-se como a alternativa principal utilizada pelos municípios para a concretização de investimento (o que não seria gravoso se recorressem ao crédito de uma forma sustentável, o que muitas vezes não se verificou).
29. Nos últimos anos, com a crise/estagnação do mercado imobiliário (incapacidade da procura satisfazer a oferta, forte quebra do licenciamento da atividade imobiliária) e o processo de ajustamento estrutural (redução significativa das transferências da Administração Pública central, imposição de limites ao endividamento), os orçamentos de gestão e, conseqüentemente, a capacidade de investimento dos municípios foram reduzidos de uma forma bastante acentuada. Na ausência de novos paradigmas e soluções de financiamento da administração local e face ao avolumar dos empréstimos contraídos, muitos entraram em situação de insolvência. Esta situação esteve na origem da criação do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). Dos 308 municípios portugueses, 110 foram contemplados pelo PAEL. Em 2014, o Estado injetou cerca de 1.000 M€, ao abrigo deste Programa, de modo a auxiliar as autarquias a responderem às dívidas para com os fornecedores. Segundo os últimos dados públicos, 30 municípios encontram-se à beira da rutura (6 entraram em falência técnica).

² “A entrada em vigor do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), envolveu a reclassificação adicional de um conjunto de empresas públicas, o que implica que estas entidades, que não operem em concorrência, não poderão contrair nova dívida junto do sistema financeiro (com exceção de instituições multilaterais)”. Fonte: Relatório que acompanha a proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2015.

30. A juntar às dificuldades financeiras dos municípios, a relação com o sistema financeiro deteriorou-se nos últimos anos. As maiores dificuldades de liquidez da banca comercial ocorreram entre 2011 e 2013. Neste período, sendo do conhecimento ou existindo essa perceção, os municípios, em termos gerais, reduziram ao mínimo as solicitações de empréstimos, tentando encontrar alternativas internas ou restringindo os investimentos. Os municípios que solicitaram empréstimos neste período apenas conseguiram determinadas taxas de financiamento (em média, de 40% a 50%) e com *spreads* muito elevados (em alguns casos, os empréstimos eram recusados ou nem eram apreciados). Numa situação-tipo, em que a autarquia possui estabilidade financeira e o risco de incumprimento é diminuto, os empréstimos concedidos representaram valores próximos dos montantes solicitados.

Num quadro de elevada dependência do crédito bancário, as PME enfrentaram como principais desafios a desalavancagem bancária e a redução da assimetria de informação, para desenvolver investimentos e promover o crescimento produtivo

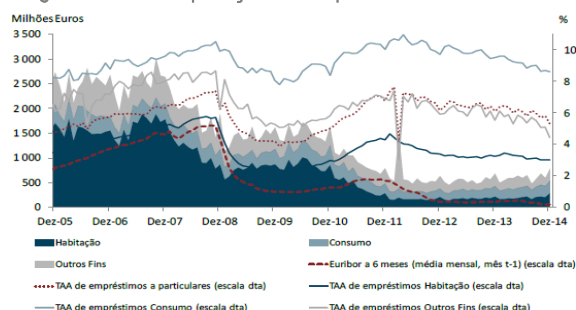
31. O tecido empresarial português está geograficamente concentrado em três NUTS II: Norte, Centro e Lisboa (84% das sociedades, 88% do emprego, 90% do VAB). A relevância das PME nesta estrutura é muito significativa (99% das empresas, 65% do VAB, 62% do investimento). Nos últimos anos, registou-se, na maioria das PME e micro empresas, uma acentuada contração da atividade e do investimento (sobretudo no Algarve e na Madeira). Acresce que as características económico-financeiras relevam o enviesamento excessivo do financiamento de curto prazo, num contexto de reduzida retenção de resultados e de um excessivo recurso a linhas de crédito, subvenções e empréstimos subsidiados.
32. Geralmente, as assimetrias de informação assumem um papel central nas falhas de mercado no financiamento e capitalização das empresas. Estas assimetrias são resultado da incapacidade ou da dificuldade das instituições bancárias avaliarem o risco das operações, sendo bastante penalizadoras para as PME, uma vez que não é economicamente viável para o potencial financiador (elevados custos associados) acumular a informação base para uma avaliação informada da empresa e dos projetos. Por outro lado, as PME possuem, de um modo geral, históricos financeiros limitados e reduzidas competências para produzir relatórios e planos de negócios precisos (observa-se, igualmente, que na fase inicial, de lançamento da ideia/projeto inovador, existe alguma relutância em fornecer informação completa, de modo a garantir a confidencialidade e reduzir o risco), condicionando a obtenção de crédito e de capital. Para limitar estes problemas, as empresas poderiam proceder à prestação de garantias, mas geralmente não conseguem apresentar o colateral necessário que permita desbloquear os financiamentos que carecem.
33. De acordo com a auscultação realizada (processo de inquirição e entrevistas a *stakeholders*), as falhas de mercado no financiamento às empresas e as situações de investimento insuficiente resultam sobretudo do desajuste dos custos de financiamento perante a rentabilidade e risco dos projetos, do insuficiente volume de crédito concedido face às necessidades de investimento (volume solicitado) e à reduzida/insuficiente capitalização do tecido empresarial (PME e micro empresas, dado que as grandes empresas possuem uma maior capacidade para garantir os financiamentos e oferecem informação mais robusta e rigorosa e, conseqüentemente, associa-se-lhes um menor risco nas operações).
34. Segundo um estudo recente³, realizado com o objetivo de avaliar restrições ao financiamento das PME e identificar os fatores que concorrem para a evolução dos novos empréstimos concedidos às PME, "*a oferta de crédito depende positivamente do montante de colateral disponível e negativamente do endividamento da empresa (...) a procura de crédito depende negativamente da taxa de juro e da disponibilidade de financiamento interno e positivamente das necessidades de capital circulante*". Por outro lado, este estudo aponta para que "*cerca de 15% das PME portuguesas com crédito foram afetadas por restrições parciais de financiamento e cerca de 32% das empresas que não obtiveram crédito neste período tinham uma procura de crédito latente positiva. As empresas com capacidade de apresentar garantias na negociação de um novo empréstimo têm acesso a mais crédito.*" Neste contexto, as empresas com maior peso relativo da dívida possuem uma menor capacidade de gerar rendimento e, deste modo, garantir o pagamento da dívida (maior risco de crédito associado), assumindo uma importância acrescida o colateral na decisão de concessão de crédito pela banca.

³ Farinha, L. & Félix, S. (2014): *Uma análise de restrições de financiamento às PME portuguesas.*

Nos últimos dois anos, observa-se uma melhoria, ainda que insuficiente, da capacidade do mercado bancário para responder às necessidades de investimento, sobretudo privado, traduzida em taxas de juro tendencialmente mais reduzidas (as taxas de juro médias para novos empréstimos, a empresas e às famílias estão a descer, mas continuam a apresentar-se bastante superiores à média da “Zona Euro”)

35. Conforme referido anteriormente, algumas mudanças contextuais observadas na economia portuguesa influenciaram estruturalmente as condições de financiamento da globalidade dos destinatários finais das dimensões estruturadoras dos IF: i) a crise económico-financeira europeia; ii) a exigência de disciplina e consolidação das finanças públicas; iii) a existência de um programa de assistência externa (condicionador do apoio ao crescimento económico e ao investimento); iv) a incapacidade do setor financeiro responder às exigências normais dos *players* (dificuldade de obtenção de financiamento direto no mercado); v) uma maior aversão ao risco e afastamento de investidores estrangeiros.
36. Com a melhoria do quadro contextual internacional e as sucessivas avaliações positivas ao Programa de Assistência, a aversão ao risco, muito forte no período 2009-2012, tem vindo a reduzir-se nos últimos dois a três anos. As medidas adotadas no âmbito do Programa de Ajustamento Macroeconómico permitiram, globalmente, melhorar a base de capital do setor bancário. Contudo, alguns desafios continuam pertinentes e necessitam de acompanhamento (rentabilidade dos bancos portugueses). A deterioração da qualidade dos ativos continua a assumir-se como um constrangimento importante (os níveis de imparidade mantêm-se elevados e os empréstimos de má qualidade apresentam níveis elevados sobretudo no setor empresarial, superior a 16 %). Em 2013/2014, Portugal adotou diversas medidas para facilitar a concessão de empréstimos a empresas viáveis, mas as condições de financiamento continuam a ser difíceis, em particular para as PME, e as alternativas de financiamento para o setor empresarial, com exceção do financiamento bancário, continuam a ser limitadas. As taxas de juro médias para novos empréstimos, a empresas e às famílias, estão a descer desde o primeiro trimestre de 2013, mas continuam a apresentar-se bastante superiores à média da “Zona Euro”. Assim, face ao elevado nível de endividamento das empresas e dos particulares e à necessidade de uma maior desalavancagem do setor bancário, a capacidade das entidades bancárias para conceder crédito a empresas e às famílias, a custos razoáveis, continua a apresentar-se bastante condicionada.
37. Em 2014, acompanhando a tendência evolutiva registada em 2013, as taxas de juro de novas operações de empréstimos reduziram-se substancialmente. Esta redução foi bastante superior nos novos empréstimos atribuídos a sociedades não financeiras (a taxa média fixava-se, em dezembro de 2014, em 4,1%, cerca de menos 1% face ao período homólogo, em 2013). Concomitantemente, em 2014, o volume médio mensal de novos empréstimos a sociedades não financeiras reduziu-se em cerca de 655 M€ face a 2013 (esta quebra foi sobretudo sustentada pelas operações de volume financeiro superior a 1 M€).
38. Por outro lado, em 2014, a taxa de juro dos novos empréstimos concedidos a particulares foi de 5,3% (redução de 0,8%, face a dezembro de 2013). Esta diminuição da taxa de juro observou-se nas diversas dimensões da habitação, consumo e outros fins, embora com maior expressão no caso do consumo e outros fins. Segundo o Banco de Portugal, em 2014, numa inversão da tendência observada nos três anos anteriores, registou-se um aumento o montante médio mensal de novos empréstimos concedidos a particulares (principal contributo: crédito ao consumo).

Figura 7. Novas Operações de Empréstimos de Particulares



Fonte. Banco de Portugal, Nota de informação estatística (fevereiro 2015)

39. Os empréstimos dos bancos portugueses à administração central diminuíram, no início de 2014, para 1,9 mil M€, o valor mais reduzido desde abril de 2010. Apesar da redução nos empréstimos (diretos), o sistema bancário nacional continua a financiar o Estado através de uma forte presença em títulos de dívida pública

(com a *troika*, o setor financeiro nacional reforçou em quase 14 mil M€ os títulos de dívida pública em carteira).

Um histórico recente de constrangimentos e dificuldades: a visão dos promotores e dos principais atores setoriais...

No período 2007-2013, o efeito de adicionalidade induzido pelo apoio financeiro comunitário foi relevante, sendo reconhecido pelos promotores o contributo do QREN para concretizar os investimentos

40. Cerca de 37% dos potenciais destinatários que respondeu ao inquérito desenvolveu intervenções apoiadas pelo QREN (2007-2013) com objetivos similares aos que enquadram as dimensões centrais dos IF propostos: aumentar a EE (neste caso 33,7%, destacando-se os organismos da administração local, com 56,2%) e promover a otimização e a gestão eficiente das águas (47,4%).
41. A partir dos resultados dos inquéritos aos potenciais destinatários, foi possível apreciar o nível de adicionalidade induzido pelo QREN em intervenções realizadas para aumentar a EE e promover a GEA, durante o período 2007-2013. Ou seja, compreender em que medida os apoios concedidos às intervenções determinaram a realização e a dimensão do investimento, atendendo a quatro tipos de situações alternativas:
 - Os apoios como catalisadores de investimento, funcionando como indutores de raiz ou elemento determinante de novos investimentos (os investimentos não se teriam realizado sem os apoios);
 - Os apoios como amplificadores de investimento, contribuindo para o aumento da respetiva dimensão (os apoios como indutores de investimento aumentado);
 - Os apoios como facilitadores de financiamento do investimento (sem apoios, haveria maior recurso a financiamento próprio);
 - Os apoios como facilitadores de financiamento do investimento (sem apoios, haveria maior recurso a outras fontes de financiamento).
42. Globalmente, verifica-se que 54,5% dos promotores com intervenções apoiadas não teriam desenvolvido o projeto sem o apoio do QREN, o qual é encarado como um catalisador de investimento (indutor ou elemento determinante de novos investimentos). Não existindo diferenças significativas entre tipologias de potenciais destinatários, releve-se os organismos da administração local (59,7%) e as empresas (58,8%). Numa leitura entre os domínios em avaliação, não se observam igualmente diferenças relevantes (55,9% na GEA e 54,1% na EE). Num quadro de fortes restrições financeiras, o financiamento comunitário revelou-se determinante para a concretização de intervenções nestes domínios.
43. Consta-se também que 30,1% dos inquiridos indica que, sem o apoio obtido, diminuiria a dimensão financeira das respetivas operações⁴. Os incentivos são encarados, neste caso, como um amplificador de investimento, contribuindo para o aumento da respetiva dimensão. A sua redução seria mais evidente no domínio da GEA (intervenções promovidas pelas entidades gestoras de serviços de água e de saneamento de águas residuais), com 35,5%, face aos inquiridos no domínio da EE (29,1%).
44. Verifica-se, finalmente, que 13% dos promotores inquiridos refere que, sem o apoio obtido, teria concretizado os projetos de investimento sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento, enquanto 2,4% recorreria a financiamento próprio. Os incentivos são encarados, nestas situações, como um facilitador do financiamento dos investimentos, correspondendo mais a um mecanismo de alteração da estrutura de financiamento do que a um mecanismo de alteração ou indução da estrutura do investimento e da natureza das respetivas aplicações relevantes.
45. Desta leitura, destaca-se a importância do financiamento comunitário para a realização de intervenções com objetivos similares aos que enquadram as dimensões centrais dos IF propostos e que, no último período de apoio comunitário, um reduzido número de potenciais destinatários teria recorrido a financiamento para realizar esses projetos, quer no domínio da EE, quer no domínio da GEA.

⁴ Sendo que cerca de 58,5% dos respondentes desta opção admitia reduzir o investimento numa percentagem situada entre 50% e 75%.

Os promotores de investimentos no domínio da eficiência energética apontam, como principais constrangimentos ao desenvolvimento das intervenções no período 2007-2013, a falta de capacidade financeira (na componente não cofinanciada) para implementar as intervenções e, no caso dos organismos da Administração Pública, a redução dos orçamentos de investimento. A dificuldade de acesso ao crédito bancário apenas emerge com algum significado na dimensão empresarial. Relativamente às entidades gestoras dos sistemas de água (GEA), a redução dos orçamentos de investimento é destacada como o principal constrangimento

46. O processo de inquirição permitiu concluir que, globalmente, os potenciais destinatários finais identificam como principais constrangimentos ao desenvolvimento das intervenções enquadradas no QREN a falta de capacidade financeira (na componente não cofinanciada) para implementar o projeto e/ou a diminuição dos orçamentos de investimento.
47. Setorialmente, observam-se algumas diferenciações. No domínio da EE, e no que se refere aos organismos da administração pública, a redução dos orçamentos de investimento foi o principal constrangimento identificado (34,3%), embora a adaptação, pós-candidaturas, nos orçamentos dos fornecedores, por morosidade no processo de instrução e aprovação das Candidaturas possua igualmente uma importante expressão (15%). Nas empresas, a falta de capacidade financeira (na componente não cofinanciada) para implementar a intervenção e as dificuldades de acesso a crédito bancário assumem-se como os principais constrangimentos apontados pelos destinatários (40% e 20%, respetivamente). Acresce que para as micro e pequenas empresas, que representam a grande maioria do tecido empresarial, relevam ainda algumas dificuldades associadas aos montantes e prazos de retorno dos investimentos destinados a reduzir o consumo de energia, ao desconhecimento das vantagens e impactes da maior racionalidade energética, das opções e serviços especializados disponíveis.
48. Por outro lado, no domínio da GEA, para as entidades gestoras dos sistemas de água, a redução dos orçamentos de investimento das entidades (59%) e a dificuldade de realizar intervenções plurianuais (garantir o cabimento orçamental no período de execução), representaram as maiores dificuldades no período 2007-2013. Estes macro constrangimentos foram confirmados nas entrevistas realizadas, junto dos principais *stakeholders* setoriais, sendo igualmente referenciados por algumas das entidades presentes nas sessões *focus group* realizadas.
49. Uma análise sistemática da apreciação realizada pelas ESE permite identificar como potenciais obstáculos à implementação de projetos de EE a disponibilidade de financiamento, o custo do financiamento, a maturidade do financiamento e o retorno do investimento. A necessidade de recorrer a consultores técnicos para estruturarem um projeto de EE, a que se associa o reduzido conhecimento técnico sobre estas temáticas, emerge igualmente como importante constrangimento ao investimento em EE.

Um contexto de recuperação: ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos...

A capacidade de financiamento da economia portuguesa deverá aumentar nos próximos anos, num quadro de crescimento moderado da atividade e do nível de preços, refletido no PIB

50. Globalmente, e de acordo com o Banco de Portugal⁵, as projeções para a economia portuguesa nos próximos anos refletem a continuação do processo de ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos, num quadro de crescimento moderado da atividade e do nível de preços, caracterizado, também, pela manutenção da capacidade de reduzir o endividamento externo. Esta evolução deverá traduzir-se numa taxa de variação média anual do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,5%, 1,6% e 2,1% em 2015, 2016 e 2017, respetivamente, crescimento idêntico ao expectável na "Zona Euro", que deverá ser de 1,5% em 2015, de 1,9% em 2016 e de 2,1% em 2017, de acordo com as projeções macroeconómicas do BCE⁶.
51. Considerando as mesmas projeções, a capacidade de financiamento da economia, medida pelo saldo conjunto das balanças corrente e de capital, deverá aumentar ligeiramente ao longo do período 2014-2016, de 2,6% do PIB em 2014 para 2,9% em 2016, mantendo uma trajetória positiva que se iniciou – desde o início da crise económico-financeira – em 2013. Esta evolução traduz a conjugação de um ligeiro aumento da poupança interna em percentagem do PIB com uma relativa estabilização do investimento total.

⁵ Cf. *Boletim Económico*, Banco de Portugal, dezembro de 2014.

⁶ Cf. *March 2015 ECB Staff Macroeconomic Projections for The Euro Area*, European Central Bank, março de 2015.

52. No setor privado, é expectável que a recuperação do investimento empresarial beneficie de alguma melhoria das expectativas de procura por parte das empresas e das condições de financiamento. Com efeito, o Banco de Portugal projeta uma progressiva redução dos diferenciais de taxa de juro do crédito a sociedades não financeiras face à taxa de juro de referência do mercado interbancário e um retorno a variações positivas do *stock* de crédito no final do horizonte de projeção (2016), ainda que consistente com a continuação da redução do endividamento das empresas em percentagem do PIB. Esta evolução é compatível com uma alteração da estrutura de financiamento das empresas, desejavelmente mais baseada nos capitais próprios e com uma reorientação do crédito para empresas mais produtivas.
53. A projeção prevê igualmente uma recuperação do investimento em habitação em 2015 e em 2016, em linha com a evolução do rendimento disponível. O crescimento moderado projetado para esta componente reflete o facto de a redução do investimento em habitação se revestir, em grande medida, de uma natureza estrutural, sendo que o nível desta componente em termos reais se deverá situar em 2014 em cerca de 30 por cento do valor registado em 2000, ano após o qual iniciou uma tendência de redução. A evolução apresentada reflete o nível muito elevado atingido pelo investimento neste setor ao longo dos anos 90, beneficiando de condições financeiras muito favoráveis, bem como a recente tendência de redução da população residente e o ainda elevado nível de endividamento dos particulares.
54. No setor público, e de acordo com as projeções do Banco de Portugal, o investimento deverá continuar a ser condicionado pela necessidade de consolidação orçamental, já que, após um aumento de 5,6% em 2014, deverá apresentar uma relativa estabilização em média no período de 2015 a 2016, após uma queda acumulada de cerca de 60% observada entre 2011 e 2013, num quadro de redução dos orçamentos de investimento dos organismos da administração pública.

As medidas promovidas pelo BCE direcionadas para as empresas não financeiras e famílias poderão ter um papel significativo no reforço da transmissão da política monetária e facilitar novos fluxos de crédito à economia real

55. Em 2014, o Conselho do BCE anunciou um pacote de medidas com o objetivo de dinamizar a política monetária de modo a responder mais adequadamente às necessidades da economia. Relevem-se as reduções nas taxas de juro oficiais, bem a adoção de várias medidas de política monetária não convencional. Estas últimas enquadram-se na política de apoio ao crédito na "Zona Euro", tendo por objetivo, em particular, melhorar o funcionamento do mecanismo de transmissão da política monetária, de modo a apoiar a disponibilização de crédito à economia real e reduzir o seu custo nos mercados cujo funcionamento não está normalizado.
56. Em junho de 2014, o BCE decidiu efetuar um conjunto de operações de refinanciamento de prazo alargado (ORPA) direcionadas, a fim de incentivar a disponibilização de crédito bancário às empresas não financeiras e famílias (excluindo empréstimos à habitação), as quais ocorreram em setembro e em dezembro. Em termos agregados, o montante máximo emprestado nestas duas operações ascendeu a cerca de 400 mil M€. Entre março de 2015 e junho de 2016, todas as contrapartes poderão obter empréstimos adicionais numa série de ORPA direcionadas a realizar trimestralmente. Todas as ORPA direcionadas têm maturidade em setembro de 2018, o que corresponde a um prazo de cerca de quatro anos para as operações realizadas em 2014. A taxa de juro a aplicar às ORPA direcionadas é fixa, correspondendo à taxa de juro da operação principal de refinanciamento vigente na data de colocação da operação, acrescida de dez p.b.
57. Considerando a predominância dos bancos no financiamento da economia da "Zona Euro", é expectável que as ORPA direcionadas possam ter um papel significativo no reforço da transmissão da política monetária e facilitar novos fluxos de crédito à economia real. O impacto macroeconómico desta medida depende, naturalmente, da resposta por parte dos bancos, a qual será determinada quer pela respetiva atividade ao nível da concessão de crédito, quer pela disponibilidade e pelo custo de outras fontes de financiamento.

Uma visão prospetiva dos principais players e dos potenciais destinatários finais dos IF...

As intervenções em matéria de eficiência energética assumem uma importância crescente na programação dos investimentos dos potenciais destinatários finais, designadamente por parte das empresas

58. As intervenções em matéria de EE estão a assumir uma importância crescente na programação dos investimentos dos potenciais destinatários finais, designadamente por parte das empresas. Com efeito, ainda que a falta de capacidade de investimento por parte das empresas num contexto económico-financeiro

adverso como o que tem caracterizado os últimos sete anos constitui um entrave ao desenvolvimento de intervenções neste domínio, a EE tem sido assumida como uma prioridade tendo em vista a redução dos custos de funcionamento.

59. Contrastando com as empresas, existe a perceção por parte por parte dos *stakeholders* – designadamente de algumas AG, das instituições financeiras e das ESE – relativamente à administração pública, e em particular à administração central, que a preocupação com o aumento da EE é recente e que as oportunidades suscitadas pelos Fundos Estruturais têm sido decisivas para alavancar as primeiras mudanças, como referido no estudo Avaliação Estratégica do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) - Contributo das Intervenções do QREN em Contexto Urbano para o Aumento da EE.

O desconhecimento (existente ou potencial), na programação, na gestão e nos beneficiários, é um dos principais constrangimentos que importa ultrapassar para garantir o sucesso global dos IF associados à eficiência energética

60. De uma leitura cruzada das sensibilidades dos principais *stakeholders* e do conhecimento e reflexões transmitidas, emerge como dimensão central para o sucesso global dos IF, a necessidade de robustecer o conhecimento associado às diversas componentes da EE.
61. Na “programação”, a existência de excessivos constrangimentos de base (pré-requisitos exigidos), em parte decorrentes de orientações da CE, poderão condicionar o aparecimento de intervenções ou restringir a procura. Por exemplo, ao imporem requisitos, não enquadráveis na realidade portuguesa (desconhecimento do comportamento da procura, das especificidades das condições climáticas, não comparáveis com outras realidades geográficas europeias), poderá criar-se um entrave ao sucesso do processo (a exigência de acréscimo de dois níveis na certificação será de difícil cumprimento pelos particulares, em função das tipologias-alvo de apoio). Poderão estar a criar-se demasiados pressupostos, incógnitas, que condicionarão os investimentos e a aplicação dos fundos.
62. Na gestão dos IF e do relacionamento com as instituições financeiras, importa assegurar que as equipas responsáveis possuam conhecimentos técnicos incorporados (*upgrade* nas entidades), de modo a que exista uma maior perceção do risco de quem vai gerir/financiar. A avaliação financeira do risco apenas pode ser processada caso exista conhecimento (a EE é uma métrica muito complexa e de difícil mensuração). Por outro lado, aparentemente as instituições financeiras não estão devidamente preparadas para lidar com as regras comunitárias em matéria de fundos e apoios em matéria de EE. A formação e a capacitação nestas dimensões e a existência de regras claras, em manuais completos e explícitos, deverão concorrer para o cumprimento dos normativos.
63. Nos potenciais destinatários finais, ainda que se tenham registado avançados relevantes, como referido anteriormente, existe ainda uma reduzida sensibilidade e conhecimento sobre a EE, sobre as poupanças a alcançar, os períodos de retorno do investimento. Este constrangimento estende-se à consultoria, que não é especializada (profundo desconhecimento das questões energéticas) e que, quando existe, na maior parte dos casos, possui reduzida qualidade técnica nesta temática.
64. Nas ESE, existem alguns constrangimentos face ao histórico recente (vocacionadas para a venda de equipamentos, não propriamente soluções de EE) que importa ultrapassar. É necessário que possuam capacidade de interpretar os projetos (muito importante fomentar a formação/capacitação).
65. Neste quadro, importa assegurar um maior conhecimento e capacitação dos atores e elaborar projetos de investimento corretamente fundamentados e financeiramente robustos. Assim:
- A generalidade das operações deverão sustentar-se num diagnóstico/estudo das necessidades (saber onde intervir), devendo analisar-se e avaliar-se o ciclo de vida da solução, percebendo se os custos de manutenção garantem a sua viabilidade a prazo;
 - Continua a ser importante desenvolver campanhas de comunicação/sensibilização (boas práticas, valores de referência, divulgação de resultados) junto dos potenciais destinatários, de modo a garantir um maior conforto para os intervenientes;
 - Existe também a necessidade de apoiar ações de formação complementares dos diversos atores – manutenção, operacionalização, otimização dos equipamentos/soluções (saber gerir/operar os investimentos);

- Importa desenvolver um eficaz sistema de informação de base, com qualidade e informação relevante.
- 66. Alguns *stakeholders* apontaram, igualmente, que os principais fatores que poderão condicionar a obtenção de financiamento por parte dos potenciais destinatários finais dos IF no domínio da EE no curto e médio prazos possam residir no apuramento indiferenciado do período de retorno do investimento, ou seja, cada destinatário, pela sua dimensão e natureza, necessitará de opções à medida, com o objetivo específico de informar e responder com eficácia ao seu caso concreto e que lhe permita obter retorno no mais curto período de tempo possível. Eventuais medidas “chave-na-mão” poderão não representar as melhores soluções face à multiplicidade de situações/operações em causa.

A maioria dos potenciais destinatários finais dos IF tem intenção de realizar investimentos nas dimensões da eficiência energética e da gestão eficiente das águas no período 2014-2020. Contudo, na ausência de financiamento, a maioria não avançará com as intervenções ou procederá a alterações significativas nas mesmas (menor dimensão financeira ou alargamento do prazo de execução dos projetos)

- 67. O processo de inquirição permitiu concluir que, globalmente, os potenciais destinatários finais estão a equacionar o desenvolvimento de intervenções focadas nas dimensões estruturadoras dos IF: em EE – 75,8% do total de inquiridos; na GEA – 93,7%.
- 68. Da análise por setores que constituem o *core* dos IF, observam-se, contudo, diferenças que importa assinalar:
 - EE – empresas (72,2%), entidades da administração central e regional (44,8%) e entidades da administração local (89,4%) planeiam realizar investimentos nesta componente. Na ausência de financiamento comunitário, uma parte significativa das empresas (25%), das autarquias (44,6%) e das entidades da administração central e regional (30%) não avançarão com as intervenções ou admitem reduzir a sua dimensão financeira (60% na administração central e regional, 43,1% na administração local e 45,8% nas empresas);
 - GEA – A esmagadora maioria das entidades tem intenção de realizar investimentos na otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes (ciclo urbano da água) e na otimização e gestão eficiente dos recursos hídricos no período 2014-2020. Contudo, 27,3% dos inquiridos não avançarão com as intervenções caso não alcance financiamento, face à exiguidade ou complexidade em garantir a disponibilidade de capitais próprios.
- 69. No atual período de programação dos Fundos Comunitários (2014-2020) a maioria das empresas inquiridas revelam interesse em implementar medidas de EE, com vista a reduzir o consumo de energia, candidatando-se para esse fim a financiamento comunitário (56,4%). As intenções de investimento em EE recaem, principalmente, nos domínios:
 - Aquisição de equipamentos industriais mais eficientes e outros investimentos aplicados aos processos produtivos (máquinas - 32,1%; equipamentos de medição, regulação, informação e controle - 29,5%);
 - Projetos associados a empresas de serviços (iluminação eficiente - 35,9%; sistemas de gestão de energia e de controlo de consumos - 23,1%; isolamento eficiente – 20,5%; sistemas de medição e monitorização de energia - 20,5%);
 - Realização de Planos de Racionalização dos Consumos de Energia (30,8%);
 - Renovações de frotas de veículos de transporte de mercadorias para utilização de energias menos poluentes (14,1%);
 - Tecnologias de produção de energia a partir de fontes renováveis para autoconsumo (20,5%).
- 70. Na administração local, os investimentos esperados incidem maioritariamente na reabilitação energética dos edifícios e equipamentos das entidades (84,5%), na aquisição e instalação de sistemas eco eficientes de iluminação pública (83,3%) e na identificação e medidas de EE passíveis de virem a ser implementadas (59,5%). Entre estas últimas, a realização de estudos prévios é referida por 80% das entidades e a realização de auditorias por 64%. O principal investimento mencionado, a reabilitação energética de edifícios e equipamentos, respeita concretamente à melhoria dos sistemas de iluminação (95,8%), isolamento térmico através de intervenções em fachadas e coberturas dos edifícios (66,2%), incorporação de mecanismos de aquecimento, ventilação e ar condicionado (64,8%). No mesmo domínio, também são mencionadas a

integração de água quente solar (54,9%) e a incorporação de microgeração (39,4%). A necessidade de recurso a financiamento é apontada por 77,4% das entidades.

71. Relativamente às entidades da administração pública central e regional, 76,9% referem a intenção de investir na identificação de medidas de EE passíveis de virem a ser implementadas. Cerca de 53,8% pretendem realizar ações de formação de EE para os colaboradores que utilizam o edifício ou equipamento e 53,8% pretendem desenvolver planos de ação de EE. A identificação de medidas de EE será realizada através de estudos prévios (80%) e de auditorias (70%). A necessidade de recurso a financiamento é referida por 76,9% dos organismos.
72. Foram apontados por diversos *stakeholders* alguns constrangimentos “setoriais” e “regionais” que devem ser equacionados, por poderem condicionar a procura:
 - No setor “Estado”, caso as intervenções não sejam executadas/associadas a outros *players* (ESE). Se as intervenções forem equacionadas e desenvolvidas internamente e os custos (apoios reembolsáveis; pagamento às ESE através de partilha de poupanças) forem assumidos/enquadráveis como endividamento (acrescida da problemática e complexidade dos processos associados a encargos plurianuais), existe um forte risco de limitar os investimentos a um valor residual. Por outro lado, o CCP afigura-se burocrático e complexo, gerando que uma intervenção desenhada numa relação com uma ESE possa dilatar-se até dois anos, antes de iniciar-se a sua operacionalização. Acrescem as dificuldades de entendimento/sensibilização do Tribunal de Contas, que considera essa relação e essa intervenção como um custo, não avaliando os benefícios em termos de poupança a prazo que resultam da sua concretização (necessidade de uma perspetiva integrada de despesa). Finalmente, emerge a ausência de iniciativa e de *know-how* específico para lançar concursos/Cadernos de Encargos focados nesta dimensão, pelas entidades públicas;
 - No caso dos beneficiários particulares (EE no setor doméstico/residencial), pode antecipar-se como um dos principais constrangimentos a falta de escala, o excesso de capilaridade (por exemplo, dificuldade de conseguir unanimidade nos condomínios). O apoio a conseguir não será compaginável com um esquema complexo/burocrático (o potencial promotor poderá ponderar se o benefício compensará a exigência/tramitação processual a cumprir). Acresce que, num contexto em que cerca de 40% a 50% do consumo de energia está associado a componentes não elegíveis (máquinas e equipamentos) e com *payback* muito longos, a procura tenderá a ser muito reduzida.
 - No caso do setor hoteleiro (sobretudo na Região Autónoma da Madeira e no Algarve), não existem competências internas nesta dimensão, sendo muito influenciados pelos vendedores (podem não apresentar as melhores soluções). Acresce que como no passado os investimentos não eram monitorizados, nunca foi possível identificar/conhecer resultados (o que pode condicionar a procura e reduzir a apetência para explorar esta dimensão no futuro). Estes constrangimentos podem ser ultrapassados através do envolvimento das ESE. Estas empresas, tecnicamente competentes, ao assumirem o risco financeiro, irão seguramente equacionar e executar bons projetos (retirando o ónus da hotelaria, que tem menor sensibilidade para a EE);
 - As ESE possuem grande dificuldade em criar-se como veículos, em conseguir obter financiamento. Sendo um negócio emergente, não possuem histórico do ponto de vista de projetos de investimento (maioritariamente são empresas que não possuem autonomia financeira, mas têm muito *know-how*). Assim quando a instituição financeira avalia o risco e a sua capacidade financeira (se forem elegíveis), não as considera “financiáveis” (podem diferenciar-se pela qualidade técnica, não pela capacidade financeira, pelo que os requisitos de acessos às elegibilidades necessitam ter presente estas especificidades e constrangimentos; não pode ser um critério demasiado restritivo). Quando são financiadas, o custo desse financiamento é muito elevado (*spreads* altos e comissões elevadas). Neste quadro, a maioria necessita de um mecanismo ou solução de apoio, a montante, que permita a partilha do risco (mecanismo de apoio financeiro). A relação com as instituições financeiras reflete, em muitos casos este problema. Por exemplo, no caso do ECO.AP, não existindo uma garantia direta do destinatário/entidade pública (o modelo prevê a existência de um contrato com obrigações e riscos para ambas as partes), existe uma forte restrição à exequibilidade da operação. Se o risco não for mitigado (por exemplo, através de uma garantia de risco, utilizando fundos comunitários), as instituições financeiras, face às características das ESE (geralmente com capitais próprios reduzidos), não financiam as operações e/ou as ESE apresentam-se muito relutantes à participação. Por outro lado, existem também obstáculos associados à dificuldade

em obter seguros (as seguradoras retraem-se e atuam de uma forma reativa em vez de proactiva). Finalmente, releva um obstáculo natural: as empresas disponibilizarem-se a firmar contratos de longa duração (indissociáveis do conceito ESCO).

- No caso das regiões insulares, a deficiência do mercado decorre sobretudo do alinhamento tarifário. O custo da energia é semelhante ao registado no Continente, mas os custos gerais são mais elevados (transporte e mercado de armazenamento) e o preço no consumidor é mais reduzido (preço de equipamentos, materiais e mão de obra necessários aos investimentos em EE). Por outro lado, os custos de investimento associados à poupança energética são muito mais elevados, por não existir nenhuma isenção ou diferenciação fiscal. Acresce que ao nível da formação, dos recursos humanos técnicos disponíveis, dos materiais necessários, os constrangimentos e custos são igualmente superiores (estima-se que o investimento em EE seja 20 a 40% mais oneroso que no Continente). Estes fatores têm consequências gravosas no período de retorno do investimento: as poupanças geradas pelo investimento são idênticas, mas o investimento inicial é bastante mais elevado. Neste quadro, muitos dos projetos potencialmente viáveis no Continente não o serão nas regiões autónomas (períodos de retorno não atrativos), sobretudo nos serviços e setor residencial;
- A dificuldade de sensibilizar/consciencializar a generalidade dos atores para a emergência do novo paradigma do período de programação – apoios reembolsáveis, em detrimento do “fundo perdido”.

Os potenciais destinatários finais públicos e privados identificam diferentes possíveis obstáculos financeiros relevantes para a implementação de intervenções no período 2014-2020

73. O processo de inquirição permitiu concluir que, globalmente, os potenciais destinatários finais das intervenções de EE e de GEA identificam a indisponibilidade e o custo do financiamento como os possíveis obstáculos mais relevantes de investimento/financiamento para a implementação de projetos no período 2014-2020 (73,3% classificam-nos como *muito relevante* – 73,8% na EE e 73,1% na GEA).
74. Da análise por tipologia de potencial destinatário final das intervenções que constituem o universo da avaliação, e por domínio de IF, observam-se, contudo, diferenças que importam assinalar:
 - A indisponibilidade e o custo do financiamento são obstáculos que ganham maior importância para as entidades da administração pública central e regional (92,3% - indisponibilidade e 76,9% - custo) e local (98,6% e 94,5%, respetivamente) e para as entidades gestoras de serviços de água e de saneamento de águas residuais, a maioria das quais públicas (89,8% e 81,6%, respetivamente), o que se encontra associado sobretudo aos limites de endividamento. Uma leitura por domínio permite destacar, no caso da EE, a indisponibilidade de financiamento com 76,5% e o custo de financiamento com 61,4% e, no caso da GEA, 89,8% no que se refere à indisponibilidade de financiamento e 81,6% no que se refere ao custo de financiamento;
 - Para as empresas, a viabilidade económico-financeira do projeto (61,9%) e a incerteza sobre os resultados do investimento, ou seja, o seu nível de retorno (60,3%) assumem-se como os potenciais obstáculos de investimento mais relevantes para a concretização de projetos de EE, leitura que é partilhada pelas ESE⁷. O custo e a indisponibilidade do financiamento representam 47,6% e 31,7% das respostas, respetivamente.
75. Esta leitura permite destacar as diferenças notórias no que se refere às preocupações nesta matéria entre as empresas e os diversos organismos da administração pública para o desenvolvimento de projetos de EE no período 2014-2020, que foram referidas nas entrevistas efetuadas – designadamente pelas instituições financeiras – e na sessão *focus group*. Estas diferenças refletem, globalmente, no contexto atual, níveis de acesso ao mercado de financiamento díspares entre o setor privado e o setor público (claramente mais favoráveis ao privado), que se deverão manter ou até acentuar nos próximos anos, de acordo com as projeções do Banco de Portugal, referidas anteriormente.
76. No caso das entidades gestoras de serviços de água e de saneamento de águas residuais, ainda que a indisponibilidade e o custo do financiamento constituam potenciais obstáculos relevantes para a concretização de projetos de GEA, como observado, são igualmente visíveis diferenças entre as empresas e

⁷ Para 70% das ESE inquiridas, o nível de retorno do investimento constitui o potencial obstáculo mais relevante de investimento/financiamento.

as entidades de gestão direta, do setor público (Câmaras Municipais e Serviços Municipalizados). Para as empresas, o custo e a indisponibilidade do financiamento representam 77,8% e 71,3% das respostas e para as entidades de gestão direta representam 98,5% e 95,3%, respetivamente, o que releva as dificuldades de financiamento que muitas Câmaras Municipais e Serviços Municipalizados sentem presentemente devido sobretudo à sua situação financeira global.

A redução dos orçamentos de investimento dos organismos da administração pública e das entidades gestoras de serviços de água e de saneamento de águas residuais constitui o fator potencialmente mais condicionador da sua atuação no período 2014-2020 na concretização de intervenções de eficiência energética e de gestão eficiente das águas

77. Ainda que seja evidente a falta de *know-how* por parte dos organismos da administração pública na concretização de intervenções de EE, designadamente no seu relacionamento com as ESE, os constrangimentos associados aos trâmites processuais, sobretudo na falta de celeridade na obtenção de autorização para a realização de investimentos neste domínio e na relação contratual com as ESE, têm condicionado a atuação dos organismos da administração pública na implementação de intervenções de EE, como referido anteriormente.
78. Contudo, e em linha com as projeções do Banco de Portugal anteriormente analisadas, uma leitura das respostas destes organismos nos inquéritos realizados permite relevar que a redução dos orçamentos de investimento, como resultado da necessidade de consolidação orçamental, poderá condicionar grandemente a sua atuação durante o período 2014-2020 na implementação de medidas de EE, constituindo o fator mais relevante a destacar (66,4% dos organismos da administração pública central e regional e 71,2% dos organismos da administração local).
79. Neste quadro, releve-se que nos apoios à EE na administração local e central, importa considerar como fundamental, por um lado, a capacitação técnica do Estado (tanto direta como através das ESE), por outro lado, assegurar que os projetos estruturados em regime ESCO, em que o Estado vai efetuar pagamentos às ESE (através da partilha de poupanças), não configurem endividamento público, sob pena de constituir uma barreira adicional ao desenvolvimento de intervenções.
80. No caso das entidades gestoras de serviços de água e de saneamento de águas residuais, a eventual redução dos orçamentos de investimento – resultante de diversos condicionalismos que já foram referidos na resposta à presente QA –, constitui o fator potencialmente mais condicionador da sua atuação, no mesmo período, na concretização de intervenções de GEA (76,6% das respostas ao inquérito).

A procura e a alavancagem dos investimentos no segmento da habitação pode ser muito condicionada pelos significativos constrangimentos identificados

81. Conforme referenciado anteriormente, no setor da habitação um dos principais constrangimentos pode residir no excesso de capilaridade. Dada a dificuldade de cumprir os requisitos programáticos (aumento da certificação em dois níveis, num contexto em que cerca de 40% a 50% do consumo doméstico de energia está associado a componentes não elegíveis e as tipologias-alvo de apoio apresentam *payback* muito longos), o aumento da escala das intervenções é um fator central no processo de construção dos IF para esta dimensão.
82. Contudo, a necessidade de proceder a intervenções nas partes comuns dos edifícios, complementares, obriga à realização de soluções integradas, sendo necessário conseguir unanimidade dos proprietários nas reuniões de condóminos (operações demasiado onerosas para proprietários descapitalizados; exigências de garantias reais sobre o prédio, pela banca). Acresce que os condomínios não possuem personalidade jurídica inviabilizando a realização de empréstimos por parte das entidades bancárias.
83. Neste contexto, sem uma alteração legislativa que possibilite a realização de empréstimos pelos condomínios, a procura e alavancagem dos investimentos no segmento da habitação pode ser muito condicionada. Por outro lado, potencialmente, os procedimentos associados ao recurso aos IF poderão ser algo complexos e burocráticos, levando o potencial promotor a ponderar se o benefício compensará a exigência/tramitação processual a cumprir.

Na Gestão Eficiente das Águas, importa sobretudo garantir o bom funcionamento e gestão financeira das entidades. Sendo um setor de capital intensivo que presta um serviço social, por vezes deficitário, as instituições financeiras apresentam grandes reticências no financiamento das intervenções. Os desafios de curto e médio prazo devem focar-se na redução do risco e nos ganhos de eficiência

84. O setor das águas confronta-se com diversos constrangimentos que condicionam o seu desenvolvimento, designadamente: i) o desempenho deficitário de inúmeras EG, maioritariamente de pequena dimensão e com modelos de gestão “não profissionalizados”; ii) as dificuldades de gestão dos sistemas municipalizados (tendencialmente a agravar face à necessidade de incremento do investimento); iii) a insustentabilidade económico-financeira de diversas EG; iv) as dificuldades no acesso a endividamento para a realização de investimentos; v) a preocupação associada aos 3T (taxas, tarifas e transferências).
85. Por outro lado, sendo investimentos com grande maturidade (períodos de vida muito longos) e onde a imprevisibilidade das decisões da administração é elevada, as instituições financeiras restringem o acesso ao financiamento. Com a regulamentação das tarifas, gera-se um comportamento esperado do setor (desenho e funcionamento), passando o perfil de risco a ser reduzido, o que pode concorrer para que as instituições financeiras alterem os seus procedimentos no financiamento à GEA (estimular o mercado). Segundo o instrumento de política enquadrador, o PENSAAR 2020, deverá existir um “*esforço na melhoria do serviço que beneficia diretamente os utilizadores apoiada na sua perceção, em sintonia com o lema do Plano: uma estratégia ao serviço da população – serviços de qualidade a um preço sustentável. Essa perceção facilitará a aceitação dos ajustamentos de preços necessárias à sustentabilidade económico-financeira do setor*”.
86. Por outro lado, é fundamental reestruturar o setor para que as entidades ganhem escala e se possam endividar. No PENSAAR 2020, “*considera-se que as economias de escala e de gama e mais-valias ambientais são relevantes como instrumentos que visam atingir objetivos como ganhos de eficiência ou a sustentabilidade económico-financeira e social, mas não como objetivos a atingir per se. O mesmo se pode dizer sobre a dinamização do setor privado, um instrumento relevante para atingir os mesmos objetivos de eficiência, desempenho e sustentabilidade dos serviços mas sem que constitua um objetivo em si quando não potencia valor acrescentado*”.

Para os potenciais destinatários finais, a bonificação de juros corresponde ao modelo de financiamento mais adequado para realizarem as intervenções que têm previstas promover no período 2014-2020

87. O processo de inquirição permitiu concluir que todas as tipologias de potenciais destinatários finais das intervenções de EE e de GEA, incluindo as ESE, identificam, num contexto de inexistência de subsídios/subvenções não reembolsáveis, a *bonificação de juros* como a fonte de financiamento mais adequada para concretizar as intervenções de EE e de GEA no período 2014-2020 (48,4% classificam-nos como *muito adequada*). Uma leitura por tipologia de potencial destinatário final das intervenções que constituem o universo da avaliação não destaca diferenças relevantes de assinalar, observando-se os valores mais elevados nas respostas das empresas (65,7%).
88. Os *empréstimos e equivalente* e *garantias e equivalentes* como opções para concretizar as intervenções não apresentam diferenças significativas entre si (38,3% e 37,1%, respetivamente), não sendo igualmente relevantes as diferenças nas respostas por tipologia de potencial destinatário final.
89. Desta leitura, pode concluir-se que os potenciais destinatários finais das intervenções consideram necessárias as três fontes de financiamento para concretizar os projetos de EE e de GEA no período 2014-2020, numa situação de inexistência de subsídios/subvenções não reembolsáveis.

1.9. Matriz de Apoio à QA14 (Indicadores de Realização e Resultado)

PI	Tipo de Indicador	Indicador	Unidade	Fonte dos dados	Metas (2023)							
					PO Norte	PO Centro	PO Lisboa	PO Alentejo	PO Algarve	Madeira 14-20	Açores 2020	POSEUR
4b	Resultado	Consumo de energia primária nas empresas	Tep	Sistema de monitorização do PNAEE; DGEG/DRCIE; AREAM (Madeira); DREN/EDA; (Açores)	411.362,00	537.773,00	497.305,00	67.183	2.888,00	88.597,00	36.944,00	
	Realização	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio	Empresas	Sistema de informação dos FEEI	140,00	170,00	172,00	25,00	77,00	30,0	62,00	
		Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio financeiro, que não sob forma de subvenções	Empresas	DGEG/SGCIE	140,00	170,00	172,00	25,00	77,00	30,0	62,00	
		Empresas com consumo de energia melhorado	N.º	Sistema de informação dos FEEI	140,00	170,00	172,00	25,00	77,00	30,0	62,00	
4c	Resultado	Consumo de energia primária na administração regional e local	Tep	Sistema de monitorização do PNAEE; DGEG/DRCIE; AREAM (Madeira)	164.756,00	97.104,00	101.335,00	31.467	27.007,00	22440	16.598,00	
4c (4.3) - Sector Habitação	Resultado	Consumo de energia primária na habitação (particulares)	Tep	Sistema de Monitorização do PNAEE								1.992.776,00
4c (4.3) - Sector Estado	Resultado	Consumo de energia primária nos edifícios da administração central	Tep	Sistema de Monitorização do PNAEE-DREN/EDA;								198.196,00
4c (4.3) - Sector Estado	Realização	Eficiência energética: Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	kWh/ano	Sistema de informação dos FEEI	140.000.000,00	43.460.000,00	24.600.000,00	93.540.485	16.143.750,00	1.866.000,00	10.852.942,00	500.000.000,00
4c (4.3)	Realização	Redução das emissões de gases com efeito de estufa Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa	Toneladas de CO2 equivalente	Sistema de informação dos FEEI	22.500,00	7.522,00	5.911,20	17.323	2.606,00	3.345,00	1.563,00	80.640,00
4c (4.3)	Realização	Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública	kWh/ano	Sistema de informação dos FEEI		79.500.000,00	24.600.000,00		8.437.500,00	1.866.000,00		
4c (4.3) - Sector Habitação	Realização	Eficiência energética: Número de agregados familiares com consumo de Energia melhorado	N.º	Sistema de informação dos FEEI								16.000
4e (4.5)	Resultado	Passageiros movimentados no sistema de transporte coletivo	1.000 Pessoas	DRtt							9.556,00	
4e (4.5)	Realização	Veículos de transporte coletivo de passageiros (novos ou reconvertidos)	N.º	Sistema de informação dos FEEI							15,00	

PI	Tipo de Indicador	Indicador	Unidade	Fonte dos dados	Metas (2023)								
					PO Norte	PO Centro	PO Lisboa	PO Alentejo	PO Algarve	Madeira 14-20	Açores 2020	POSEUR	
6ii (6.2)	Resultado	Melhoria da qualidade das massas de água superficiais (% nacional das massas de água que passou de qualidade "Inferior a Boa" a "Boa ou Superior")	%	APA									70,00
6ii (6.2)	Resultado	Índice das melhorias nos sistemas de Abastecimento de Água (AA) Indicador Global da Qualidade de Serviço - AA - Entidades gestoras em baixa	%	ERSAR									75,00
6ii (6.2)	Resultado	Índice das melhorias nos sistemas de Saneamento de Águas Residuais (SAR) Indicador Global de Qualidade de Serviço - SAR - Entidades gestoras em baixa	%	ERSAR									69,00
6ii (6.2)	Resultado	Índice das melhorias nos sistemas de Abastecimento de Água (AA) Indicador Global da Qualidade de Serviço - AA - Entidades gestoras em alta	%	ERSAR									83,00
6ii (6.2)	Resultado	Índice das melhorias nos sistemas de Saneamento de Águas Residuais (SAR) Indicador Global de Qualidade de Serviço - SAR - Entidades gestoras em alta	%	ERSAR									80,00
6ii (6.2)	Realização	Abastecimento de água: População adicional servida pelas melhorias de abastecimento de água	Pessoas	Sistema de informação dos FEEI									1.820.000,00
6ii (6.2)	Realização	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa	Equivalente de população	Sistema de informação dos FEEI									2.470.000,00
6ii (6.2)	Realização	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em alta	Equivalente de população	Sistema de informação dos FEEI									1.430.000,00

1.10. Matriz Síntese de Conclusões e Respetivas Evidências

Quadro 7. Matriz Síntese de Conclusões e Respetivas Evidências: Dimensão de Avaliação 1 – Análise das Falhas do Mercado e da Necessidade de Investimento

Dimensão de Avaliação 1 – Análise das Falhas do Mercado e da Necessidade de Investimento	
Conclusões	Evidências
Nas dimensões estruturadoras dos IF, o montante potencial de investimento situa-se no intervalo 3.508,6 M€-3.701,2 M€ sendo a estimativa de financiamento necessário de 2.606,6 M€-2.953,4 M€. Deste financiamento, estima-se que o mercado apenas consiga assegurar entre 1.694,8 M€ - 1.892,9 M€ (cerca de 65%)	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Montante potencial de investimento necessário nas seis dimensões-alvo dos IF situa-se no intervalo 3.508,6 M€-3.701,2 M€ maioritariamente associados à EE (52,2%) ➤ Montante potencial de financiamento necessário nas seis dimensões-alvo dos IF é de 2.606,6 M€-2.953,4 M€, maioritariamente associados à EE (55%) ➤ Percentagem de financiamento necessário que o mercado consegue assegurar apresenta um valor médio de 65% ➤ Habitação - investimento: 490,3-532,8M€; financiamento: 431,5-468,9M€; percentagem de financiamento: 69,7% ➤ Administração Central - investimento: 545,8-590,2M€; financiamento: 396,5-429,5M€; percentagem de financiamento: 70% ➤ Administração Local - investimento: 461,3-496,8M€; financiamento: 341,4-369,9M€; percentagem de financiamento: 70% ➤ Empresas - investimento: 332,3-402,2M€; financiamento: 261,8-316,6M€; percentagem de financiamento: variável, com valor médio de 44,5% ➤ GEA - investimento: 1.676 M€; financiamento: 1.173,2 M€-1.339,1 M€; percentagem de financiamento: 65% ➤ As falhas de mercado manifestam-se, sobretudo, em termos de níveis insuficientes de financiamento, segundo duas dimensões: custos de financiamento e oferta de capital (insuficiente volume de crédito concedido face às necessidades de investimento). Emerge ainda com significado, a descapitalização empresarial (níveis insuficientes de capitalização das empresas) como fator relevante para o volume insuficiente de investimento; ➤ As situações de falha (com gravidade e/ou intensidade variável, em função dos setores em causa) têm-se traduzido num sub investimento nos domínios da EE e da GEA.
Em função da natureza das intervenções a apoiar, o POSEUR assume um papel relevante no montante potencial de investimento e de financiamento necessário	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Territórios que representam desafios mais prementes no domínio da EE e da GEA são aqueles onde se localizam os níveis de consumo energético mais elevados e que possuem uma maior densificação de redes de água, o que corresponde às regiões do litoral mais urbanizadas, com maior densidade de atividades industriais, de serviços e equipamentos públicos e de alojamentos ➤ Regiões Norte, Centro e Lisboa, concentram valores de investimento superiores ➤ POSEUR representa cerca de 80% do investimento e do financiamento necessário
Apesar da existência de uma falha de mercado no que se refere às intervenções dirigidas para a eficiência energética para o transporte público coletivo de passageiros na RAA, não parecem estar reunidas condições para a utilização, pelo menos em exclusivo, de IF para a sua concretização	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Leitura regionalizada e focada na PI 4e permite verificar da existência de uma falha de mercado no que se refere às intervenções dirigidas para a EE para o transporte público coletivo de passageiros na RAA ➤ PO Regional dos Açores é o único PO regional de Portugal que prevê a utilização de IF no âmbito da PI 4e ➤ Intervenções a realizar ao abrigo do POSEUR, em Portugal Continental e ao abrigo do PO Madeira serão concretizadas sem a utilização de IF ➤ Potenciais destinatários desta tipologia de intervenções consideram o subsídio a fundo perdido como a fonte de financiamento com apoio público mais eficaz para promover intervenções para a EE para o transporte público coletivo de passageiros ➤ Empresas não realizarão os investimentos previstos para o período 2014-2020 caso não obtenham o financiamento total necessário para a sua concretização ➤ Stakeholders regionais com responsabilidades nesta matéria referem que o perfil e as características dos potenciais destinatários não permitirão que seja alcançado o indicador inscrito no PO regional com a utilização de IF ➤ Apenas com a introdução de subvenção não reembolsável (total ou parcial, em condições a definir) será possível alcançar os objetivos e os resultados definidos na PI 4e e, conseqüentemente, o indicador inscrito no PO regional
O montante estimado de necessidades de financiamento é globalmente superior ao inscrito nos Programas Operacionais financiadores	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cálculo das necessidades de financiamento global nos domínios da EE e da GEA para fazer face ao <i>gap</i> previsível para o período 2014-2020 situa-se no intervalo 912,0 M€ - 1.033,4 M€.

Dimensão de Avaliação 1 – Análise das Falhas do Mercado e da Necessidade de Investimento	
Conclusões	Evidências
<p>Os IF previstos nos Programas Operacionais financiadores respondem de forma adequada aos principais problemas detetados</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diferentes tipologias de intervenção e de beneficiários, com modelos financeiros e dificuldades de financiamento distintas, justificam a mobilização de diversos IF ➤ Adequado responder preferencialmente com a disponibilização de linhas de empréstimos às ESE, para responder por essa via às necessidades das entidades da administração pública, seja central, regional ou local, cobertas pelo POSEUR e pelos PO regionais ➤ Adequado responder com a mobilização de mecanismos de garantia, no caso das entidades gestoras de serviços de água e de saneamento de águas residuais, cobertas pelo POSEUR, tendo em conta a natureza da sua operação, com níveis de proveitos relativamente estáveis/de risco reduzido e os elevados volumes de investimentos necessários ➤ Adequado responder com mecanismos de garantia que permitam reduzir o risco, e assim aceder ao financiamento, e de bonificação de juros, que permitam reduzir os custos de financiamento, no caso das empresas (exceto Grandes Empresas) ➤ Intervenção dos fundos públicos deverá ser focada na garantia de condições de maturidade e custo que incentivem a implementação das intervenções, podendo ser articuladas com bonificações da taxa de juro de empréstimos a conceder e de comissões de garantia prestadas a financiamentos a conceder por intermediários financeiros
<p>As dotações iniciais previstas por IF mostram-se genericamente adequadas face às necessidades de financiamento e aos níveis estimados de alavancagem dos IF, devendo ser ajustadas em função da evolução do mercado</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dotações indicativas consideradas nos PO parecem genericamente adequadas face às necessidades de financiamento e às necessidades dos destinatários finais identificadas, pelo que poderão ser consideradas como uma base para a intervenção dos IF, sendo passíveis de ajustamento em função da evolução do mercado; ➤ Tendo em conta que as falhas são dinâmicas e que se recomenda uma abordagem flexível que permita testar a procura para os produtos mantendo alguma flexibilidade na reafectação de recursos às áreas onde se registar melhor desempenho, considera-se que as dotações existentes são assim uma base de partida aceitável (passíveis de correção posterior) ➤ Casos do Alentejo e dos Açores (EE) são aqueles em que as dotações poderão ser mais difíceis de absorver, pois os montantes estimados de necessidade de financiamento e a dotação prevista são muito semelhantes, o que tendo em conta a alavancagem de recursos adicionais por parte dos IF poderá fazer com que não exista procura suficiente ➤ Na conjuntura atual, de reduzidas taxas de juro, a questão da bonificação pode não assumir uma relevância significativa, mas no horizonte de 7 anos poderá fazer sentido, pelo que se considera prudente a manutenção/ponderação dessa possibilidade.

Quadro 8. Matriz Síntese de Conclusões e Respetivas Evidências: Dimensão de Avaliação 2 – Análise do Valor Acrescentado e Compatibilidade com os Auxílios Estatais

Dimensão de Avaliação 2 – Análise do Valor Acrescentado e Compatibilidade com os Auxílios Estatais	
Conclusões	Evidências
A mobilização de IF tem um potencial de incentivar os intermediários financeiros a darem mais atenção aos domínios da eficiência energética e da gestão eficiente das águas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reduzida apetência ao financiamento de investimentos em EE, muito motivada pela reduzida capacitação específica das instituições financeiras neste domínio ➤ Existência dos IF tem um potencial imediato de aumentar o conhecimento e o interesse das instituições por estas temáticas, levando-as a avaliar o interesse de desenvolver este segmento nas suas carteiras de atividades ➤ Disponibilidade para a oferta de produtos de financiamento, por parte dos intermediários financeiros, em parceria com as autoridades públicas nestas temáticas (capacidade de mobilizar a oferta de soluções de financiamento anteriormente não disponíveis no mercado)
Os IF são vistos pelos potenciais destinatários como apresentando um valor acrescentado elevado associado a questões que constituem importantes obstáculos ao investimento em eficiência energética e em gestão eficiente das águas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Generalidade dos potenciais destinatários reconhece, nas respostas aos inquéritos efetuados, um valor acrescentado muito elevado associado à mobilização de IF em temas como o custo do financiamento (75,9%), os outros custos ou comissões do financiamento (59,5%) e as condições e períodos de carência (53,3%) ➤ Leitura por tipologia de potencial destinatário permite destacar algumas diferenças nas várias dimensões abordadas, destacando-se, no custo do financiamento, as entidades da administração pública local (79,4%), nos outros custos ou comissões do financiamento, as empresas (76,4%) e, nas condições e períodos de carência, as entidades gestoras de serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais (66,8%) ➤ IF têm um valor acrescentado relevante, por permitirem superar aqueles que são considerados como os principais obstáculos à capacidade do mercado dar resposta às necessidades de investimento nestas temáticas
Os IF apresentam um potencial significativo de alavancagem de recursos adicionais dos intermediários financeiros nos domínios da eficiência energética e da gestão eficiente das águas, mas não parecem alterar a capacidade de mobilização de recursos adicionais dos destinatários finais. De qualquer forma, a mobilização de recursos adicionais resulta numa redução da intensidade de subsídio	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Contactos com os intermediários financeiros revelam a disponibilidade para mobilizar recursos em parceria com as autoridades públicas para oferecer produtos de financiamento a intervenções no domínio da EE e da GEA ➤ Intermediários financeiros reconhecem a questão do risco como um fator limitativo e as garantias como uma resposta adequada, pelo que este instrumento revela também um potencial forte de alavancagem de recursos privados ➤ Operacionalização dos IF deverá arbitrar assim entre o nível de alavancagem e a capacidade de oferecer soluções de financiamento mais adequadas às necessidades existentes, ainda que com menor alavancagem
Da análise desenvolvida, resultam dúvidas sobre o valor acrescentado de mobilizar IF para responder à falha de mercado ao nível do investimento em eficiência energética para o transporte público coletivo de passageiros na RAA	<ul style="list-style-type: none"> ➤ A resposta a esta falha de mercado noutras regiões está a ser prosseguida sem a utilização de IF, nomeadamente por via de subsídios não reembolsáveis, o que pode gerar um tratamento desigual nesta região para o qual não parece haver justificação ➤ Os potenciais destinatários desta tipologia de intervenções nos Açores revelam considerar o subsídio a fundo perdido como a fonte de financiamento com apoio público mais eficaz considerando que o subsídio reembolsável não é <i>nada eficaz</i> para promover intervenções para a EE para o transporte público coletivo de passageiros ➤ Apenas com a introdução de subvenção não reembolsável (total ou parcial, em condições a definir) será possível alcançar os objetivos e os resultados definidos na PI 4e e, conseqüentemente, o indicador inscrito no PO regional
As formas de intervenção nacionais não inseridas nos FEEI direcionadas para a promoção da eficiência energética apresentam sinergias e complementaridades com os IF, não se observando situações de potencial conflito ou de sobreposição. Estes fundos adicionais, devem ter um papel complementar no apoio a projetos em áreas não abrangidas pelo Portugal 2020, procurando responder a dimensões não cobertas pelos fundos comunitários	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Várias formas de intervenção pública não inseridas nos FEEI direcionadas para a promoção da EE nos vários setores alavanca objeto da presente avaliação correspondem genericamente a incentivos promotores do aumento da EE com natureza diferente da que está subjacente aos IF dirigidos às várias tipologias de destinatários a apoiar no âmbito dos PO financiadores do Portugal 2020 e/ou que constituem incentivos sobretudo de essência não reembolsável, sendo complementares e não sobrepostos ➤ No quadro global dos apoios no âmbito do FEE, do PPEC e do FAI, os IF poderão, no limite, afirmar-se como instrumentos complementares aos incentivos em análise, mas não como sobrepostos ou incompatíveis ➤ Outras formas de intervenção pública não inseridas nos FEEI que podem, indiretamente, contribuir para o incremento da EE correspondem a sistemas de apoio de natureza diferente da que está subjacente aos IF dirigidos às empresas no âmbito da presente avaliação e que só colateralmente poderão corresponder a intervenções que contribuam para o aumento da EE, nunca podendo ser sobrepostos ou incompatíveis

Dimensão de Avaliação 2 – Análise do Valor Acrescentado e Compatibilidade com os Auxílios Estatais	
Conclusões	Evidências
<p>Não são identificadas sobreposições entre os IF previstos no domínio da eficiência energética com outras formas de intervenção de âmbito nacional inseridas nos FEEI</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ IF direcionados para a EE que são dirigidos às empresas apresentam um carácter muito específico comparativamente às restantes formas de intervenção pública no que se refere às grandes tipologias de investimento apoiadas pelos FEEI, ainda que algumas das intervenções que serão apoiadas nestas tipologias possam, indiretamente, contribuir para o incremento da EE ➤ Não se identifica nenhuma sobreposição entre os IF previstos para as empresas nas tipologias de investimento referidas e aqueles direcionados especificamente para a EE e que constituem o objeto de avaliação ➤ IF direcionados para a EE que são dirigidos à administração pública apresentam um carácter muito específico comparativamente às restantes formas de intervenção pública no que se refere às tradicionais tipologias de investimento destas entidades, sendo o perímetro de apoio perfeitamente balizado nos PO em causa ➤ Algumas das intervenções que serão apoiadas noutras tipologias (por exemplo, na reabilitação urbana) podem, direta e/ou indiretamente, contribuir para o incremento da EE (apoio a componentes específicas). Não obstante, as autoridades nacionais, definiram com clareza o perímetro que limita os apoios em EE, num e noutro caso (IF), não se identificando nenhuma incompatibilidade estratégica e operativa entre os IF previstos para a EE nas tipologias de investimento em causa e aqueles direcionados para apoio no âmbito do IF renovação urbana ➤ Não sendo benéfico nem desejável "obrigar" os destinatários a desagregar/isolar operações, de modo a candidatar/adequar as componentes-alvo (eficiência energética <i>versus</i> reabilitação urbana) às fontes de financiamento disponíveis (distintas) ou mesmo arbitrar fontes em função da operação em causa, poderá equacionar-se um modelo que permita integrar os fundos de fundos associados às duas dimensões, permitindo/estimulando que sejam os próprios intermediários financeiros a propor/criar uma oferta de produtos que articulem e promovam uma abordagem integrada
<p>Durante o período 2014-2020, as entidades gestoras de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais apenas poderão aceder aos IF inscritos no POSEUR para implementar intervenções apoiadas por financiamento comunitário direcionadas para a gestão eficiente das águas</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Entidades gestoras de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais apenas poderão aceder aos IF inscritos no POSEUR para implementar intervenções apoiadas por financiamento comunitário direcionadas para a GEA durante o período 2014-2020 ➤ Sendo as tipologias de intervenção definidas para o período 2014-2020 complementares nos objetivos que pretendem alcançar, não se identifica nenhuma sobreposição entre os IF previstos e os incentivos não reembolsáveis
<p>Os IF direcionados para o aumento da eficiência energética e gestão eficiente das águas constituem potencialmente auxílios de estado</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Embora os IF não constituam subsídios não reembolsáveis, pode existir nestes instrumentos um problema de compatibilidade com as regras comunitárias em matéria de auxílios estatais ➤ Alguns dos IF previstos no âmbito do Portugal 2020 para o apoio a intervenções de EE e GEA podem ser abrangidos pelas regras em questão (concretamente, as bonificações de juros e as garantias), pelo que importa ter em conta em que medida os IF previstos estão conformes com as regras de auxílios de estado. Esta conformidade depende, em grande medida, do modo como o instrumento é operacionalizado

Dimensão de Avaliação 2 – Análise do Valor Acrescentado e Compatibilidade com os Auxílios Estatais	
Conclusões	Evidências
<p>Sendo auxílios de estado, os IF para a eficiência energética e gestão eficiente das águas, encontram-se nas situações em que podem ser mobilizados</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Sendo abrangidos pelo n.º 1 do artigo 107.º do TFUE (isto é, sendo auxílios estatais), tal não impede a sua utilização no âmbito do Portugal 2020. ➤ Ainda que possam ser auxílios de estado, os IF mobilizados no Portugal 2020 direcionados para o aumento da EE e da GEA encontram-se nas condições previstas ➤ Utilização prevista para os IF está alinhada com os objetivos dos FEEI ➤ Boa parte dos auxílios a atribuir enquadram-se na regra dos auxílios de minimis ➤ Para outros auxílios, serão utilizadas as isenções por categoria, sendo em cada caso os auxílios reduzidos ao mínimo necessário para atingir os fins em vista ➤ Nível de auxílio é fixado, em cada caso, em função da magnitude da falha de mercado, sem proporcionar benefícios suplementares ao beneficiário ➤ Intervenção está limitada ao mínimo necessário para garantir a atração do financiamento, pelo mercado, a níveis suficientes para responder às necessidades de investimento ➤ Mobilização de IF implica um risco nulo ou muito limitado de evicção (<i>crowding out</i>) ➤ IF com elementos de auxílios de estado sob a forma de garantias - as derrogações previstas no artigo 107.º do TFUE, quando estão em causa garantias, podem igualmente ser aplicadas com base numa isenção de categoria ➤ IF com elementos de auxílios de estado sob a forma de empréstimos bonificado (ou reembolsável – que constitui um caso extremo de «bonificação») - o elemento de auxílio é a diferença entre o montante de juros que seria devido e o montante efetivamente pago ➤ Na configuração atualmente prevista, a generalidade dos IF que se preveem mobilizar no âmbito do Portugal 2020 assumirão a forma de um auxílio de minimis ou alternativamente as formas que lhes permitem estar abrangidos pelas isenções de categoria previstas no quadro legal vigente ➤ Deverá continuar a verificar-se a eventual presença de auxílios de estado no financiamento de projetos de infraestruturas, em particular, quando se preveja que a infraestrutura venha a ser utilizada para fins económicos (por exemplo nos projetos a desenvolver pelas entidades gestoras dos SAA e SAR)

Quadro 9. Matriz Síntese de Conclusões e Respetivas Evidências: Dimensão de Avaliação 3 – Recursos Adicionais e Efeito de Alavanca

Dimensão de Avaliação 3 – Recursos Adicionais e Efeito de Alavanca	
Conclusões	Evidências
<p>O modelo de operacionalização dos IF no domínio da eficiência energética e da gestão eficiente da água prevê a mobilização de recursos públicos logo na sua constituição, assegurando assim imediatamente a mobilização relevante de fundos adicionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Configuração prevista, considerada adequada, para a operacionalização dos IF, em que, não obstante existirem oito PO financiadores (um temático e sete regionais) no caso da EE, pondera a agregação de recursos em instrumentos de aplicação transversal nacional – o que permitirá ter economias de escala, em particular nos casos em que se estabelecem parcerias com intermediários financeiros – ou assegurar uma maior diversificação da carteira, reduzindo o risco nos casos em que o mecanismo é de partilha de risco, a situação das contragarantias ➤ Operacionalização deste modelo é facilitada por uma lógica de constituição de um fundo de fundos agregado, em cuja constituição poderá haver a mobilização de recursos públicos nacionais que asseguram logo a este nível a contrapartida nacional ➤ Mobilização de recursos públicos nacionais deverá ser feita respeitando os valores previstos para a contrapartida nacional. Este modelo não sendo único deve ser privilegiado de modo a tornar mais fácil a gestão e permitir uma maior simplicidade dos instrumentos ➤ Mobilização de recursos públicos nacionais deverá ser feita respeitando os valores previstos para a contrapartida nacional em cada um dos PO e tipologias de intervenção. ➤ A regra geral prevê que, por cada euro executado, 85% tem origem em FEEL e 15% em contrapartida nacional. No caso das intervenções FEDER nas Regiões de Lisboa e Algarve, os montantes de contrapartida nacional ascendem, respetivamente a 50% e a 20%
<p>A auscultação aos intermediários financeiros revela a disponibilidade destes agentes para mobilizar recursos adicionais relevantes, dependendo essa disponibilidade fundamentalmente do nível de burocracia associado aos IF</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Generalidade dos intermediários financeiros auscultados no âmbito da avaliação revela a disponibilidade para participar na operacionalização dos IF, oferecendo produtos em parceria com os recursos públicos e fazendo depender essa disponibilidade das exigências administrativas em torno dessa operacionalização ➤ Montantes a disponibilizar dependem do IF em causa, sendo avançadas lógicas de match em IF como os empréstimos e níveis mais elevados em IF associados à cobertura de risco
<p>Os destinatários finais das intervenções sugerem um modelo de financiamento das intervenções com participação de recursos próprios na ordem dos 5% a 30% do valor do investimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disponibilidade dos destinatários finais para participar no modelo de financiamento dos investimentos a realizar, com participações de recursos próprios que oscilam entre os 5% e 30% do valor do investimento
<p>O cálculo da alavancagem da mobilização de IF com apoio de FEEL revela valores relativamente elevados</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Garantia: admitindo níveis de garantia e contragarantia de cerca de 50%, por cada euro de financiamento ao destinatário final, seriam necessários cerca de 0,25 € no fundo de contragarantia (alavancagem direta dos montantes colocados no fundo de contragarantia de cerca de quatro). A esta alavancagem, acresce a contrapartida nacional, que faz com que a alavancagem suba para cerca de seis nos casos de menor contrapartida nacional e de cerca de 10 nos casos de maior contrapartida nacional. ➤ Empréstimo: para determinar o nível de alavancagem oscila entre os 2,14 e os 4,33 ➤ Bonificação de Juros: em rigor não há alavancagem, existindo sim uma transferência de recursos para o destinatário final para o compensar pelos custos dessas garantias ou dos juros, podendo-se admitir, em caso de adicionalidade pura, que esse valor acresce ao investimento realizado
<p>Os elementos de rendibilidade e risco, a par de questões de simplificação associadas à operacionalização, são determinantes para a mobilização dos intermediários financeiros</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Questões da remuneração e da partilha de risco surgem como relevantes, para além de outras mais operacionais, ligadas sobretudo à burocracia e aos custos administrativos da implementação dos instrumentos ➤ Para induzir níveis de alavancagem mais elevados, prevê-se que sejam incluídos critérios relacionados com o grau de alavancagem e com os níveis de comissões de gestão propostos, fazendo com que o processo competitivo relativo ao estabelecimento de parcerias induza melhorias nos níveis de alavancagem

Quadro 10. Matriz Síntese de Conclusões e Respetivas Evidências: Dimensão de Avaliação 4 – Lições Adquiridas

Dimensão de Avaliação 4 – Lições Adquiridas	
Conclusões	Evidências
Existe um número reduzido de estudos ou avaliações sobre a operacionalização de IF direcionados para o aumento da eficiência energética. Não foram identificados estudos ou avaliações sobre a operacionalização de IF direcionados para a gestão eficiente das águas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ EE e GEA representam dimensões em que a utilização de IF não possui um historial de implementação significativo, sendo reduzidas ou inexistentes as experiências de operacionalização e de abordagens específicas em estudos de avaliação nacionais e internacionais ➤ Escassez de estudos relacionados com estas dimensões, seja numa perspetiva teórica-conceptual, seja numa perspetiva avaliativa em termos operativos, releva um reduzido grau de experimentação e conhecimento sobre a conceção e implementação de IF focados nas dimensões estruturadoras em presença
Um dos principais constrangimentos identificados para a reduzida apetência ao financiamento de investimentos em EE e para a participação em modelos de IF direcionados para a EE associa-se à reduzida capacitação específica das instituições financeiras. Contudo, existe uma preocupação crescente com a sensibilização e capacitação dos atores financeiros para as questões da eficiência energética, incluindo para a conceção e disponibilização de soluções de financiamento específicas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Estão em desenvolvimento alguns instrumentos para fornecer um portfólio de proteção contra o risco de crédito (<i>Risk Sharing Facility</i>) e disponibilizar serviços de apoio especializado para os intermediários financeiros (<i>Expert Support Facility</i>). O instrumento <i>Private Finance for Energy Efficiency</i> (PF4EE), de cooperação entre a Comissão Europeia (Programa LIFE) e o BEI, assume-se como um exemplo paradigmático desta perspetiva/opportunidade ➤ Desenvolvimento da compreensão dos fundamentos do investimento em EE, identificando e avaliando corretamente o risco de investimentos elegíveis em EE e equacionando e concebendo adequados produtos financeiros para a EE, assumem-se como objetivos prioritários a prosseguir ➤ Pretende-se fomentar a EE como uma atividade mais sustentável para as instituições financeiras, considerando-se o setor de EE como um segmento de mercado distinto e, assim, aumentar a disponibilidade de financiamento da dívida para investimentos elegíveis em EE (garantir o acesso a soluções de financiamento comercial adequadas e acessíveis para investimentos em EE, para os diversos públicos-alvo)
As principais vantagens da implementação de IF para o aumento da eficiência energética na administração pública decorrem da possibilidade de viabilizar a participação das ESE (melhorar as condições de acesso) e, assim, permitir a transferência do risco (financeiro, técnico e de desempenho) para terceiros	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Forte liderança política e o desenvolvimento de campanhas de promoção e sensibilização ➤ Disponibilização de assessoria especializada para a preparação técnica das intervenções ➤ Realização de contratos padronizados (diminuindo os períodos de contratação) e fornecimento de diretrizes claras para as ESE e os proprietários ➤ Junção de intervenções (ganhos de escala), que possibilita o lançamento de concursos com dimensão financeira atraente para as ESE, permitindo reduzir os custos de transação (propostas de investimento atraentes em termos de escala e retornos potenciais) ➤ Disponibilização de uma listagem de pré-seleção/qualificação de ESE aos potenciais promotores ➤ Possibilidade das ESE procederem, com rapidez, ao refinanciamento da dívida com base na poupança garantida (com o modelo <i>forfeiting</i>, a dívida é colocada fora do balanço e isso permite alavancar financiamento para desenvolverem outras intervenções)
As principais vantagens e fatores de sucesso na implementação de IF para o aumento da eficiência energética nas habitações prendem-se com a redução dos custos de transação, a melhoria da informação associada, a partilha de incentivos/poupanças (entre proprietários) e os instrumentos de dívida permitem períodos de recuperação relativamente longos e custos de financiamento baixos. Os principais inconvenientes e fatores de estrangulamento associam-se ao fato das instituições de crédito não possuírem os conhecimentos adequados sobre EE (riscos associados) e para avaliar a eficácia das obras financiadas através de empréstimos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Vantagens com a utilização de IF na EE: ganho substancial de eficiência geral, pela rotatividade dos recursos/fundos (permanecem integrados na esfera de atuação dos Programas/IF); poupanças energéticas obtidas são maiores pelo mecanismo de reabsorção/reaproveitamento de recursos financeiros (reafectação de fundos); maior alavancagem de recursos, proporcionando um aumento do impacto dos fundos; financiamento antecede a concretização do investimento (diferente de subvenções); melhor qualidade de projetos (investimento será reembolsado); afastamento da cultura de "dependência de subvenções" (garantir uma forma mais sustentável de financiamento de intervenções); maior flexibilidade na utilização de fundos por meio de capitais próprios, de dívida ou de garantias, podendo adaptar-se às necessidades específicas de determinados regiões e/ou atores; envolvimento de um grande número de especialistas, incrementando a capacidade técnica e financeira para a implementação e gestão de intervenções; estabelecimento de parcerias, que podem servir como catalisadores para abordar os problemas enfrentados em territórios, equipamentos ou edifícios específicos

Dimensão de Avaliação 4 – Lições Adquiridas	
Conclusões	Evidências
As principais vantagens e fatores de sucesso na implementação de IF nas empresas estão associados à alavancagem, flexibilidade, reutilização e diversificação de recursos financeiros. Os principais inconvenientes e fatores de estrangulamento prendem-se com a complexidade dos modelos de organização, o período para a aprovação das intervenções e as incertezas sobre questões processuais	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Principais vantagens e fatores de sucesso: alavancagem de recursos financeiros, beneficiando do capital adicional das instituições financeiras e da utilização de IF para cofinanciamento; flexibilidade que uma abordagem de diversificação permite na reafecção de recursos a um ou mais produtos financeiros; reutilização de fundos comunitários possibilitados pelos reembolsos, aplicados em novas intervenções; diversificação dos riscos e dos rendimentos, atendendo às diferentes taxas de juro dos produtos financeiros, quando aplicados através de um fundo de fundos ➤ Principais inconvenientes e fatores de estrangulamento: complexidade associada a alguns modelos de organização e operacionalização dos IF, sobretudo devido à necessidade de assegurar a sua compatibilidade com os auxílios de estado; período longo que caracteriza o desenvolvimento e a obtenção da aprovação das intervenções; incerteza sobre diversos aspetos processuais relacionados com a operacionalização de alguns instrumentos de financiamento (caso do JEREMIE)
Período temporal entre o lançamento do AAC e a decisão e contrato de financiamento revelou-se prejudicial, no período de apoio 2007-2013, à boa execução das intervenções eminentemente tecnológicas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Período temporal médio que decorreu entre a preparação de uma candidatura para responder a um AAC e a decisão e contrato de financiamento foi genericamente superior a 12 meses no anterior período de programação ➤ Período considerado longo que pode ter reflexos na atividade/serviço desenvolvido para as intervenções eminentemente tecnológicas, em particular pelas desenvolvidas pelas empresas do setor industrial e que, em algumas situações, originou a desistência da intervenção, depois de aprovada a candidatura
Não tendo sido identificados estudos ou avaliações sobre a operacionalização de IF direcionados para a gestão eficiente das águas, o PENSAAR 2020 identifica as lições de experiência que sustentam a utilização de IF no período de apoio 2014-2020	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Utilização de IF específicos para a GEA surge das lições de experiência que são identificadas no PENSAAR 2020 ➤ IF para o setor visam criar condições de financiamento/endividamento mais favoráveis às existentes no mercado, prosseguindo os objetivos do PENSAAR em matéria de GEA, de modo a responder ao novo paradigma de investimentos, mais centrados na otimização da gestão incluindo ganhos de eficiência, beneficiando um maior número de promotores ➤ PENSAAR 2020 conclui que o recurso ao endividamento será determinante no desenvolvimento do setor e na qualidade dos serviços prestados pelas entidades gestoras, considerando que o acesso ao financiamento e a oferta de condições mais favoráveis deverá ter um impacto importante na sustentabilidade financeira das destas entidades, apoiando simultaneamente a melhoria do desempenho e facilitando a sustentabilidade social das tarifas aplicadas na recuperação dos gastos
A configuração dos IF direcionados para o aumento da eficiência energética, designadamente nos casos das intervenções a desenvolver na administração pública e na habitação, procurou capitalizar a experiência adquirida na operacionalização destes instrumentos, sobretudo no último período de apoio comunitário	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Configuração dos IF direcionados para o aumento da EE procurou capitalizar a experiência adquirida na operacionalização destes instrumentos, sobretudo no último período de apoio comunitário ➤ Dimensões do incentivo à alavancagem, do incremento da procura ou do alinhamento de vários IF para oferecer soluções globais de financiamento foram considerados da preparação dos IF, ainda que desses ensinamentos seja possível integrar sugestões de melhoria para aumentar a eficácia das intervenções

Dimensão de Avaliação 4 – Lições Adquiridas	
Conclusões	Evidências
Nas intervenções de EE na dimensão da habitação, resultam vários ensinamentos que devem ser ponderados para aumentar a eficácia dos IF e, consequentemente, das intervenções apoiadas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Importância de adotar abordagens integradas – considerando as ações de EE como parte de processos de maior amplitude, de atuação multisetorial para potenciar resultados e ampliar impactes. Num contexto de dificuldade em estabelecer destrições “objetivas” entre operações associadas à melhoria da eficiência energética à reabilitação ou regeneração, e não sendo positivo “obrigar” os destinatários a isolar operações, com o objetivo de adequar as componentes-alvo às fontes de financiamento disponíveis (ou mesmo arbitrar fontes em função da operação em causa), poderá equacionar-se um modelo de articulação que permita integrar os fundos de fundos associados às duas dimensões, permitindo/estimulando que sejam os próprios intermediários financeiros a criar uma oferta de produtos que promovam esta virtuosa abordagem integrada ➤ Concessão de prémios de realização, nos casos em que existe um ganho substancial de poupança energética, combinando subsídios não reembolsáveis com reembolsáveis, para fomentar a procura e para o sucesso das intervenções ➤ Integração de programas de assistência técnica com o processo de financiamento, assegurados contratualmente, garantindo o apoio técnico necessário aos destinatários finais, afigura-se importante para a implementação e sucesso da intervenção ➤ Criação de procedimentos e mecanismos de medição e de monitorização de resultados e impacte – que devem também ser assegurados contratualmente com a concessão do IF –, de modo a permitir, por um lado, proceder a ajustamentos permanentes nas soluções e, assim, garantir o sucesso final das intervenções e por outro lado, garantir e dar prova do cumprimento dos resultados e das metas acordadas com os financiadores (de curto e longo prazo) ➤ Necessidade de uma aposta consistente na comunicação e no <i>marketing</i>, designadamente quando os IF se concentram exclusivamente na EE (quando não são combinados com a reabilitação ou a renovação do edificado) ➤ Implementação de IF direcionados para o aumento de EE na habitação gerou um estímulo em alguns países no que se refere a adaptações legislativas para responder a alguns constrangimentos de base, fortemente condicionadores da procura
A operacionalização dos empréstimos e bonificação de juros devem incluir critérios claros e objetivos relacionados com o nível de alavancagem na seleção das parcerias e nos contratos a estabelecer com as instituições financeiras	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cobrança de custos de gestão elevados e considerados injustificados, bem como a possibilidade de serem solicitadas garantias, bem como, ainda, a existência de significativos trâmites processuais e administrativos associados às intervenções, que podem inclusive condicionar significativamente o sucesso das intervenções, são constrangimentos que devem ser eliminados no período de apoio 2014-2020 ➤ Contratos de financiamento a celebrar entre as AG e as instituições financeiras devem definir critérios de comissões de gestão claros e de condições comerciais dos financiamentos que serão concedidos, dando resposta célere em termos processuais ➤ Operacionalização destes IF devem incluir critérios claros e objetivos relacionados com o nível de alavancagem na seleção das parcerias e nos contratos a estabelecer com estas instituições
No que se refere à operacionalização das garantias, deverão ser identificados, no domínio da Eficiência Energética, os setores prioritários para a sua concessão	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Contratos de financiamento que serão celebrados entre as AG dos PO financiadores e as instituições financeiras deverão identificar, no domínio da EE, os setores prioritários para a concessão de garantias com apoios públicos, designadamente nos apoios dirigidos às empresas, alinhando este IF com os objetivos das intervenções apoiadas pelos FEEI

Quadro 11. Matriz Síntese de Conclusões e Respetivas Evidências: Dimensão de Avaliação 5 – Estratégia de Investimento

Dimensão de Avaliação 5 – Estratégia de Investimento	
Conclusões	Evidências
<p>A estratégia de investimento dos IF direcionados para o aumento da eficiência energética e para a gestão eficiente das águas foi pensada e desenhada em documentos específicos, transpostos para as Prioridades de Investimento e respetivos Objetivos Específicos objeto de avaliação dos Programas Operacionais do Portugal 2020 no caso da EE, a partir de uma versão preliminar)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Existência do documento de orientação estratégica “Criação de um Instrumento Financeiro na Área de Energia no Âmbito do Portugal 2020”, de responsabilidade da DGEG, que sintetiza os aspetos fundamentais em matéria de IF para o período de programação 2014-2020, nomeadamente as várias opções de estrutura e de estruturação financeira para a operacionalização dos IF ➤ Existência do documento enquadrador da estratégia de atuação do setor do ciclo urbano da água, o “PENSAAR 2020 - Uma nova estratégia para o sector de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais”, que identifica a oferta de condições de financiamento/endividamento mais favoráveis que as existentes no mercado como uma necessidade para a concretização de investimentos no domínio da GEA
<p>A estratégia de investimento no domínio da EE apresenta um nível de detalhe ajustado às particularidades dos diferentes setores previstos para apoio a investimentos abrangidos pelos PO objeto de avaliação e assegura, ao nível da implementação dos IF, um grau de flexibilidade significativo</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Administração pública central, regional e local (PI 4iii do POSEUR e PI 4c dos PO Regionais), procura-se alterar os padrões de consumo energético no setor público, assim como reduzir os custos associados, promovendo o uso eficiente de recursos e a redução de emissões e a alteração comportamental dos agentes envolvidos, perseguindo a meta prevista no PNAEE para o setor público. Atendendo a que a indisponibilidade e o custo do financiamento são identificados como os obstáculos mais relevantes de investimento público, considera-se adequado a disponibilização de linhas de empréstimos às ESE, forma muito eficaz para orientar recursos para determinadas intervenções e, complementarmente, quando justificável, com mecanismos de garantia que permitam a estes destinatários melhorar as condições de acesso a financiamento disponibilizado por intermediários financeiros ➤ Empresas (PI 4b dos PO Regionais), procura-se aumentar a EE visando alterando os padrões de consumo de energia no setor empresarial, no contexto da agenda europeia 20-20-20, considerando que, apesar dos ganhos financeiros desta tipologia de intervenções, são reconhecidas falhas de mercado, inibindo a concretização dos investimentos ➤ Habitação (PI 4iii do POSEUR), procura-se aumentar a EE do parque habitacional (particular) decorrente da sua vetustez e degradação, por via da promoção da adoção de sistemas passivos, como também pelo uso de equipamentos mais eficientes que permitam reduzir o consumo de energia final ➤ Os objetivos e metas a alcançar, os produtos financeiros a apoiar no âmbito dos IF e os beneficiários finais e a escala territorial a que os IF serão implementados estão clara e detalhadamente definidos ➤ A estratégia de investimento apresenta, também, um grau de flexibilidade significativo. Contudo, no caso da administração pública – central, regional e local –, será importante assegurar a disponibilização de linhas de empréstimos às ESE e, complementarmente, quando justificável (em que as ESE sejam o beneficiário direto), com mecanismos de garantia que permitam a estes destinatários melhorar as condições de acesso a financiamento disponibilizado por intermediários financeiros
<p>A estratégia de investimento no domínio da GEA apresenta um adequado nível de detalhe, assegurando um grau de flexibilidade significativo de implementação dos IF</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ O recurso ao endividamento é identificado como determinante no desenvolvimento do setor e na qualidade dos serviços prestados pelas EG ➤ A estratégia assegura um grau de flexibilidade significativo, permitindo a mobilização de mecanismos de garantia que, pela sua elevada alavancagem, conseguirão assegurar uma melhor resposta às necessidades de investimento do setor, complementando-os com mecanismos de bonificação de juros, prémios de garantias, apoio técnico ou equivalente, que contribuirão para reduzir os custos do financiamento obtido ➤ A emissão de garantias e o acesso ao financiamento e a oferta de condições mais favoráveis relevam-se como as questões determinantes para a concretização de investimentos no domínio da GEA, existindo relevante coerência entre os IF previstos e a estratégia de investimento apresentada

Dimensão de Avaliação 5 – Estratégia de Investimento	
Conclusões	Evidências
Os Programas Operacionais financiadores do Portugal 2020 consagram uma elevada relevância aos domínios da eficiência energética e da gestão eficiente das águas, coerente com a análise efetuada relativa às falhas de mercado e às necessidades de investimento	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Os PO do Portugal 2020 consagram uma elevada relevância aos domínios da EE – designadamente nos diferentes setores previstos para apoio a investimentos através de IF – e da GEA, em matéria de investimentos no âmbito do ciclo urbano da água que visam a otimização e gestão eficiente dos recursos e das infraestruturas existentes ➤ A estratégia de investimento deve ser abrangente, prevendo globalmente a aplicação de fundos na disponibilização de garantias bancárias, de bonificação de juros (ajustada à evolução do mercado) e comissões de garantia (instrumentos de dívida), de modo a reduzir significativamente o risco do crédito concedido pelos intermediários financeiros no apoio ao aumento da EE e no domínio da GEA ➤ Utilização de IF vocacionados para promover as diversas tipologias de intervenção no domínio da EE, com modelos financeiros e dificuldades de financiamento distintas, justificam a mobilização de diversos IF, na medida em que cada um deles, pelas suas características, nomeadamente em termos de alavancagem ou mecanismos de operacionalização, responde de forma mais adequada a essas necessidades
A territorialização da estratégia de investimento para o aumento da EE através da dotação FEDER encontra-se globalmente alinhada com os resultados da avaliação do mercado (falhas de mercado e necessidades de investimento)	<ul style="list-style-type: none"> ➤ As Regiões Norte, Centro e Lisboa, concentram valores de investimento superiores (e consequentemente de financiamento necessário, na ausência de diferenciações regionalizadas expressivas no acesso ao sistema financeiro) ➤ A estratégia de investimento no domínio do aumento da EE incorpora de forma evidente uma preocupação regionalizada, designadamente através dos PO Regionais, no diagnóstico da situação de referência e na identificação dos objetivos que procuram alcançar. São salvaguardadas as especificidades regionais e, quer os produtos financeiros propostos, quer os volumes de financiamento definidos para os IF, procuram contribuir para alcançar os objetivos definidos
A estratégia de investimento no domínio do aumento da GEA não é diretamente diferenciadora ao nível territorial, mas o PENSAAR 2020 agregou a informação por estrutura de gestão por região	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Os territórios que representam desafios mais prementes no domínio da GEA são que possuem uma maior densificação de redes de água, correspondendo às regiões do litoral mais urbanizadas ➤ A estratégia de investimento no domínio do aumento da GEA não é diretamente diferenciadora ao nível territorial, mas o PENSAAR 2020, no diagnóstico, bem como no balanço do PEAASAR II, agregou a informação por estrutura de gestão por região, tipologia da área de intervenção, modelo de gestão e dimensão da estrutura de gestão
Os produtos financeiros propostos e os destinatários finais elegíveis estão alinhados com os resultados da análise do valor acrescentado dos IF propostos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ As necessidades de financiamento de médio e longo prazo serão relevantes, considerando as características da generalidade das tipologias de investimentos enquadrados nos PO financiadores ➤ Os produtos financeiros propostos permitem materializar uma das principais vantagens resultante da sua existência, que é a capacidade de mobilizar a oferta de soluções de financiamento anteriormente não disponíveis no mercado, em domínios onde o histórico de investimento é, ainda, bastante incipiente, o que resulta, também, na inexistência dessas soluções de financiamento ➤ Os produtos financeiros propostos apresentam um valor acrescentado relevante, por permitirem superar aqueles que são considerados como os principais obstáculos à capacidade do mercado dar resposta às necessidades de investimento em matéria de EE e de GEA ➤ Os IF são vistos pelos potenciais destinatários finais como apresentando um valor acrescentado elevado, associado a questões que constituem importantes obstáculos ao investimento em EE e na GEA, designadamente no custo do financiamento, outros custos ou comissões do financiamento e condições e períodos de carência
São apresentadas três opções de estrutura de gestão para a implementação dos IF no domínio da EE. No que respeita aos IF no domínio da GEA, não há indicação clara sobre qual a estrutura de gestão que será adotada para a sua implementação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ O documento de orientação estratégica apresenta três opções de estruturação financeira para a operacionalização dos IF, identificando aquela que considera ser a solução mais adequada no portfólio de opções apresentadas, com o respetivo modelo de governação ➤ No que se refere à GEA, não há indicação clara sobre qual a estrutura de gestão que será adotada para a sua implementação

Dimensão de Avaliação 5 – Estratégia de Investimento	
Conclusões	Evidências
As opções de estrutura de gestão para a implementação dos IF no domínio da EE foram definidas na figura de fundo de fundos, tipologia de estrutura mais adequada para promover uma maior eficiência e uma maior eficácia na gestão global dos IF	<ul style="list-style-type: none"> ➤ No domínio da EE, são apresentadas três opções de estrutura para a operacionalização dos IF, todas através de fundo de fundos ➤ Independentemente da solução escolhida, a criação de um fundo de fundos para gerir, de forma articulada, os IF no domínio do aumento da EE, com uma agregação dos recursos financeiros que estão dispersos em oito PO financiadores revela-se uma solução adequada ➤ A estrutura de gestão deve ser configurada para não ser complexa e rígida ao ponto de tornar os instrumentos pouco interessantes para os parceiros que devem participar na sua operacionalização, o que poria em causa a sua eficácia
O Grupo BEI, pela sua experiência e credibilidade, é apresentado como a entidade potencialmente gestora do Fundos de Fundos no domínio da EE, representando uma valia no processo de implementação e de gestão dos IF	<ul style="list-style-type: none"> ➤ A experiência e a credibilidade do Grupo BEI no contexto europeu na gestão de Fundos de Fundos e no financiamento de PME (JEREMIE) é relevante ➤ Vantagens: i. A mitigação do risco de consolidação orçamental; ii. O know how técnico do BEI e das condições já negociadas entre o BEI e a Comissão em termos de instrumento financeiro para a Energia no âmbito dos fundos comunitários, como são o exemplo do PF4EE ➤ O maior envolvimento do BEI neste processo constitui um forte incentivo a que este contribua financeiramente alocando verbas próprias ao Fundo de Fundos e também para a eliminação da necessidade de prestação de garantia soberana por parte do Estado Português, dimensões importantes para a aplicação dos IF no domínio da EE
As opções de estruturação financeira dos IF no domínio da EE são diversificadas, apresentando diversas vantagens para os destinatários finais e para os intermediários financeiros	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Para a estruturação financeira dos IF, o documento "Criação de um Instrumento Financeiro na Área de Energia no Âmbito do Portugal 2020" apresenta três opções; ➤ A Opção 1. Garantias de Carteira sem Limite Máximo ("Uncapped") apresenta como principal vantagem para os destinatários finais um menor custo do empréstimo, através de redução de taxas de juro ➤ A Opção 2. Garantias de Carteira com Limite Máximo ("Capped") apresenta como principal vantagem para os destinatários finais a bonificação da taxa de juro nos empréstimos contraídos ao abrigo da linha ➤ A opção 3. Empréstimo, encontra-se condicionada à análise a ser desenvolvida ao abrigo da lei Portuguesa. Contudo, este FoF assumiria a forma de uma special purpose vehicle (SPV) para minimizar, entre outros, o risco de consolidação orçamental com entidades públicas
Não existindo uma indicação clara sobre qual o modelo e a estrutura de gestão que será adotada para a implementação dos IF no domínio da GEA, a figura de um fundo de fundos deverá ser, também, a mais adequada	<ul style="list-style-type: none"> ➤ A figura de um fundo de fundos deverá ser a mais adequada (opinião partilhada pelas entidades auscultadas no processo de avaliação, designadamente no âmbito da sessão focus group realizada com as AG dos PO financiadores e com as equipas técnicas responsáveis pela construção dos IF) ➤ Modelo próximo da solução preferencial apresentada no domínio da EE (opção 2), diferenciando-se, sobretudo, em duas dimensões: i. estabelecimento de períodos de maturidade mais longos; ii. modelo mais simples na implementação dos IF, com apenas uma gaveta financeira ➤ Importância do BEI enquanto entidade potencialmente gestora do Fundos de Fundos

Quadro 12. Matriz Síntese de Conclusões e Respetivas Evidências: Dimensão de Avaliação 6 – Resultados e Sistema de Monitorização

Dimensão de Avaliação 6 – Resultados e Sistema de Monitorização	
Conclusões	Evidências
Os indicadores de realização e de resultado permitem a adequada monitorização e avaliação dos IF	<ul style="list-style-type: none"> ➤ As AG, em estreita articulação com as entidades que irão gerir os IF, dispõem de um quadro de base quantificado e adequado à monitorização do progresso e aferição do desempenho dos IF ➤ Os indicadores identificados (de realização e resultado) permitem satisfazer e adequar-se às necessidades das AG/monitorização e avaliação dos IF, independentemente da dificuldade/ complexidade de cálculo associada a alguns indicadores, nomeadamente de resultado
Os indicadores de realização e de resultado contemplados nos documentos programáticos permitem aferir as realizações previstas e o contributo das intervenções apoiadas pelos IF para os objetivos/resultados dos PO/IF	<ul style="list-style-type: none"> ➤ No caso das PI em que apenas são concedidos apoios através da mobilização dos IF, os indicadores de realização e resultado específicos para as intervenções apoiadas possuem um potencial de associação ao IF muito elevado: 4b; 4c (habitação particular); 4e (transportes coletivos; Açores) ➤ Nestas 3 dimensões estão claramente explicitadas nos PO as realizações e resultados e respetiva quantificação, relevando o contributo previsto dos IF (tangente aos referenciais dos indicadores - metas)
A cadeia lógica de intervenção tangente à utilização dos IF no domínio da EE releva o elevado contributo do IF para o alcance dos objetivos dos PO	<ul style="list-style-type: none"> ➤ PI 4b – Contributo Elevado. Os objetivos da PI/PO serão potenciados pela utilização de IF. O IF contribui para o alcance dos objetivos visados sob esta PI nos vários programas financiadores (PO regionais) ➤ PI 4c - Contributo Elevado. Os objetivos da PI/PO serão potenciados pela utilização de IF. O IF contribui para o alcance dos objetivos visados sob esta PI nos vários programas financiadores (POSEUR e PO regionais) ➤ PI 4e - Contributo Reduzido. Apenas com a introdução de subvenção não reembolsável (total ou parcial, em condições a definir) será possível alcançar os objetivos e os resultados definidos na PI
A cadeia lógica de intervenção tangente à utilização dos IF no domínio da GEA releva o elevado contributo do IF para o alcance dos objetivos do POSEUR nesta dimensão temática	<ul style="list-style-type: none"> ➤ PI 6b - Contributo Elevado. O IF proporcionará a otimização e gestão eficiente dos recursos (redução de perdas, valorização de lamas, reabilitação e renovação dos sistemas de abastecimento e de saneamento de águas residuais), através do acesso ao financiamento em quantidade, custos e maturidades adequadas, e dos elevados valores de alavancagem que propicia
O sistema de monitorização dos IF deve ser integrado, <i>userfriendly</i> , equilibrado, eficaz e flexível e deve assegurar informação adequada, atempada e com qualidade	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Principais características: Robusto e eficiente ao nível das entidades envolvidas na implementação e na verificação; Integrado, ou pelo menos de acesso generalizado, ao qual têm acesso, através de web service, as entidades com intervenção na gestão dos IF e os beneficiários em geral; de partilha/reporte de informação o mais "real time" possível; <i>userfriendly</i>; equilibrado, compatibilizando/ponderando os requisitos necessários em termos informativos regulamentares (fundos comunitários) e a agilidade e simplificação procurada pelas entidades envolvidas; Flexível para acomodar potenciais alterações dos requisitos e dos procedimentos ➤ Indicadores de "Notificação/Reporte à Comissão": a) no domínio da EE – Variação semestral/anual da procura (n.º de beneficiários e montantes aprovados) pelo IF, por setor alavanca (%); b) no domínio da GEA - Variação semestral/anual da procura (n.º de beneficiários e montantes aprovados) pelo IF (%)
Deverá existir uma preocupação em sistematizar e compilar um conjunto de informação relevante que permita avaliar a eficácia e da eficiência da aplicação dos IF e, complementarmente, sinalizar a evolução das condições de financiamento e a intensidade da falha de mercado existente	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Criação de indicadores que se foquem e demonstrem: i. a alavancagem conseguida com os IF; ii) a evolução dos níveis de procura; iii. os níveis de satisfação dos destinatários; iv. os níveis de interesse dos destinatários relativamente aos IF oferecidos; v. os níveis de reembolso ➤ Integrar no Sistema de Monitorização, alguns indicadores que relevem a evolução das condições de financiamento e da intensidade da falha de mercado atualmente estimada; ➤ Importância dos indicadores de contexto, para enquadrar ou despoletar uma potencial revisão ou atualização, integral ou parcial, da avaliação <i>ex ante</i>

Quadro 13. Matriz Síntese de Conclusões e Respetivas Evidências: Dimensão de Avaliação 7 – Atualização da Avaliação Ex Ante

Dimensão de Avaliação 7 – Atualização da Avaliação <i>Ex Ante</i>	
Conclusões	Evidências
<p>A disparidade entre as realizações e resultados efetivos e os previstos em sede de programação deve constituir-se como um dos sinais mais relevantes da necessidade de rever ou atualizar a avaliação ex ante</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ A revisão da avaliação deve ocorrer quando as alterações do mercado assumirem uma magnitude significativa que inviabilize/comprometa a mobilização do IF (reduzida eficácia face aos objetivos que sustentaram a sua criação/conceção), a sua eficiência (quando comparados com outros instrumentos de política pública) e a sua pertinência (alterações importantes nas condições de mercado) ➤ A amplitude da revisão da avaliação ex ante dos IF variará em função da gravidade das circunstâncias que determinam a necessidade da sua atualização, podendo envolver apenas a revisão de uma das suas componentes ou uma revisão mais aprofundada ➤ Constrangimentos considerados mais críticos para o sucesso dos IF, e que podem, eventualmente, gerar a atualização ou revisão da avaliação ex ante: 1. parece existir alguma inadequação nas estimativas de base à definição das metas, em sede de programação, no caso da EE habitação (por incapacidade de absorção da procura: potencial desmotivação/reduzida apetência dada a necessidade de garantir a melhoria em 2 níveis e/ou das vantagens reais em recorrer ao IF face à carga administrativa/burocrática que pode gerar); 2. uma possível alteração dos níveis de capitalização das empresas e dos níveis de endividamento das famílias e do Estado pode assumir uma dimensão mais ou menos impactante, difícil de estimar com rigor nesta fase face ao contexto económico-financeiro e político do país, condicionando ou potenciado a procura de financiamento em todos os setores-alvo dos IF em causa
<p>Ponderar a necessidade de revisão da avaliação ou de algumas componentes da avaliação, aquando dos exercícios avaliativos dos PO financiadores e das dimensões temáticas estruturadoras dos IF (EE e GEA)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Deverá ser prevista (pela AD&C), no âmbito das avaliações a integrar no Programa Global de Avaliação do Portugal 2020, abordagens específicas e direcionadas para estes IF
<p>O sistema de alerta deverá ser despoletado pelo ritmo implícito de evolução dos indicadores selecionados</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Deverá monitorizar-se o ritmo implícito de evolução dos indicadores selecionados. ➤ Independentemente da monitorização regular dos FEEL possibilitar um conhecimento da evolução dos diversos indicadores e permitir sinalizar os desvios/dificuldade em atingir as metas, afigura-se importante, ponderar da possibilidade de desenvolver/estabelecer este sistema de alerta, complementar, de modo a evidenciar com maior propriedade, as situações mais gravosas e que podem efetivamente comprometer a execução/a prossecução de objetivos, ajudando os decisores na procura atempada de soluções de resolução ou na identificação de constrangimentos que estão na sua génese ➤ Deverá existir uma aproximação entre as circunstâncias e parâmetros que devem desencadear a revisão da avaliação e as variáveis consideradas nestas estimativas. O sistema de alerta deverá assim, igualmente, efetuar uma avaliação da possibilidade (ou não) de cumprir resultados/atingir objetivos, em função do diferencial face às estimativas realizadas e que sustentaram as opções pré-definidas (necessidades investimento, necessidades de financiamento que o mercado não consegue assegurar, alavancagem proporcionada,...) ➤ Necessidade de recolha e sistematização/disponibilização de uma bateria de indicadores estatísticos de contexto, de fácil e rápida compilação, que possa ser integrada no Sistema de Monitorização dos IF (sinalização de inflexões consideráveis no mercado) ➤ Deverá monitorizar-se a magnitude dos desvios dos indicadores do sistema de monitorização (de resultado, de realização e de contexto), face ao previsto em cada fase do ciclo de vida dos IF ➤ A revisão deverá ocorrer quando uma bateria alargada de indicadores sinalizar/alertar para determinados comportamentos: 1. que as falhas de mercado no financiamento já não se verificam; 2. que os IF não têm procura; 3. que a mobilização não está a ter resultados relevantes, comprometendo objetivos dos PO financiadores naquelas dimensões de política ➤ A Avaliação <i>Ex Ante</i> deverá ser revisitada e atualizada, quando as principais dimensões da análise efetuada estejam seriamente desvirtuadas/comprometidas, nomeadamente ao nível da existência/manutenção da falha de mercado e da eficácia e eficiência da resposta dos IF para a colmatar

2. ELEMENTOS METODOLÓGICOS

2.1. Entrevistas Semiestruturadas

Quadro 14. Entrevistas Semiestruturadas (Entidades Auscultadas)

Entidade
1. AD & C - Agência para o Desenvolvimento e Coesão
2. ADENE - Agência para a Energia
3. Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira
4. AEP - Associação Empresarial de Portugal
5. ANMP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses
6. Autoridade de Gestão Programa Operacional Açores/DRPFE - Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais
7. Autoridade de Gestão Programa Operacional Madeira
8. Autoridade de Gestão Programa Operacional Valorização do Território (POVT 2007-2013)
9. ANP - Associação Nacional de Proprietários
10. APA - Agência Portuguesa do Ambiente
11. APESE - Associação Portuguesa das Empresas de Serviços de Energia
12. BPI - Banco Português de Investimento
13. CCDR Alentejo/Autoridade de Gestão Programa Operacional Alentejo
14. CCDR Algarve/Autoridade de Gestão Programa Operacional Algarve
15. CCDR Centro/Autoridade de Gestão Programa Operacional Centro
16. CCDR Lisboa/Autoridade de Gestão Programa Operacional Lisboa
17. CCDR Norte/Autoridade de Gestão Programa Operacional Norte
18. CGD - Caixa Geral de Depósitos
19. DGEG - Direção Geral de Energia e Geologia
20. DREN - Direção Regional de Energia (Açores)
21. DRCIE - Direção Regional do Comércio, Indústria e Energia (Madeira)
22. DRT - Direção Regional dos Transportes (Açores)
23. Equipa responsável elaboração dos IF: Eficiência Energética (Dr. Carlos de Almeida)
24. Equipa responsável elaboração dos IF: Gestão Eficiente das Águas (Dra. Helena Freixinho)
25. ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
26. ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
27. Gabinete BEI - Banco Europeu de Investimento (JESSICA)
28. Grupo de Trabalho criado no âmbito do Despacho n.º 438-D/2015
29. IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
30. SEDR

Fonte: Equipa Técnica (2015)

2.2. Guião de Entrevistas Semiestruturadas

Quadro 15. Guião de Entrevistas Semiestruturadas

Entidades/Guião Entrevista	Domínios de Avaliação/Questões de Avaliação																	
	D1		D2			D3			D4		D5			D6		D7		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
AD&C																		
A. Análise das Deficiências de Mercado, das Situações de Investimento Insuficiente e das Necessidades de Investimento																		
1. Quais os principais constrangimentos ao investimento em Eficiência Energética e Gestão Eficiente da Água? Esses constrangimentos assumem contornos diferenciados regionalmente (NUTS II) e setorialmente (Eficiência Energética: Empresas, Estado e Habitação; Gestão Eficiente da Água: Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais)?	X																	
2. Que "falhas de mercado" e que "situações de investimento insuficiente" identifica no mercado de financiamento nestes domínios?	X																	
3. Que fatores poderão condicionar a obtenção de financiamento por parte dos potenciais destinatários finais dos IF nos domínios da Eficiência Energética e Gestão Eficiente de Água no curto e médio prazos? Esses fatores são diferenciados em termos regionais e setoriais?		X																
B. Avaliação do Valor Acrescentado dos IF																		
4. Que articulação está prevista entre os IF e outros instrumentos de promoção da eficiência energética e gestão eficiente das águas?				X														
5. Quais as principais vantagens dos IF face a tipologias de intervenção alternativas enquanto instrumentos de promoção da Eficiência Energética e da Gestão Eficiente das Águas?																		
C. Estimativa dos Recursos Públicos e Privados Adicionais a Receber Potencialmente pelo IF até ao Nível do Destinatário Final (Efeito de Alavancagem Previsto)																		
6. Quais as perspetivas e de que modo se poderá processar a sensibilização/atração de atores estratégicos para a necessária mobilização de recursos, públicos e privados, adicionais, para os IF?						X												
D. Avaliação dos Ensinamentos Tirados da Utilização de Instrumentos Semelhantes e Avaliações Anteriormente Realizadas																		
7. Que resultados, conclusões e recomendações decorrentes das avaliações e dos estudos realizados em períodos de programação anteriores se assumem relevantes para a aplicação de IF nos domínios da Eficiência Energética e Gestão Eficiente de Água? Quais foram os principais fatores de sucesso e de estrangulamento associados à implementação (operacionalização e execução) dos IF identificados no contexto daqueles estudos ou avaliações?										X								
8. Que condições deverão ser criadas e promovidas no sentido de, por um lado, potenciar os fatores positivos/de sucesso e, por outro, minimizar os estrangulamentos/constrangimentos/bloqueio identificados?										X								

Entidades/Guião Entrevista	Domínios de Avaliação/Questões de Avaliação																	
	D1		D2			D3			D4		D5			D6		D7		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
9. A conceção dos IF foi antecedida de um exercício de identificação de constrangimentos/estrangulamentos associados a experiências passadas? De que modo se processa ou foi acutelada a resposta dos IF a esses constrangimentos/estrangulamentos?											X							
E. Estratégia de Investimento Proposta																		
10. Quais os critérios utilizados para a construção da estratégia de investimento dos IF, para cada IF? No que se refere aos produtos financeiros a oferecer? No que se refere aos beneficiários e aos destinatários finais visados? No que se refere ao nível dos vários territórios? Quais as principais dificuldades sentidas nesse processo?												X						
11. A estratégia de investimento subjacente aos IF adotados é suficientemente flexível para acomodar as alterações de tendências que se venham a manifestar ao longo do período de implementação?												X						
12. Como foi considerada a análise das falhas de mercado e das necessidades de investimento na construção da estratégia de investimento dos IF?													X					
13. No que concerne à sua base regional de incidência e enfoque temático, as opções estratégicas dos IF afiguram-se coerentes com a análise das falhas de mercado e necessidades de investimento em cada NUTS? Que sugestões de melhoria na adequação às especificidades regionais?													X					
14. A estrutura de gestão adotada para a implementação dos IF nos domínios da Eficiência Energética e Gestão Eficiente da Água adequa-se à correspondente estratégia de investimento, garantindo uma gestão eficaz e eficiente face: i) às medidas de execução, aos produtos financeiros e beneficiários previstos? ii) à escala territorial de atuação prevista? iii) à complementaridade com outras modalidades de apoio previstas? iv) ao modelo de governação do Portugal 2020 e dos PO?														X				
F. Especificação dos Resultados Previstos																		
15. Que dimensões do recurso e da implementação dos IF deverão ser considerados como mais relevantes para a sua monitorização e avaliação e que, nesse sentido, deverão ser captadas por via da quantificação de indicadores de realização e resultado?															X			
16. Que indicadores de desempenho dos PO podem captar as realizações e resultados dos projetos apoiados pelos IF mobilizados? Considera existir necessidade de mobilizar indicadores de realização e resultado adicionais para monitorizar e avaliar os resultados da aplicação dos IF?															X			
17. Quais as principais vantagens ou inconvenientes esperadas por via da utilização dos IF para a prossecução dos Objetivos Específicos do PO?																X		
18. Que recomendações para melhorar o contributo dos IF para alcançarem os objetivos dos PO para o qual foram criados?																X		

Entidades/Guião Entrevista	Domínios de Avaliação/Questões de Avaliação																	
	D1		D2			D3			D4		D5			D6		D7		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
19. Está assegurada a coerência e complementaridade das intervenções enquadradas pelo IF com outras ações tangentes à mesma PI?															X			
20. Qual o contributo do IF para o alcance dos correspondentes objetivos dos PO?															X			
21. Tendo em conta as necessidades de reporte e prestação de contas para com as várias entidades envolvidas na gestão e controlo dos IF e dos FEEI (AG dos PO, AD&C, CE, etc.), designadamente os anexos aos relatórios anuais e final de execução dedicados especificamente aos IF, quais os principais requisitos de informação e reporte que deverão servir de base e alimentar o processo de acompanhamento e monitorização dos IF?																X		
22. Que características fundamentais - em termos de informação a disponibilizar, periodicidade de atualização/reporte, nível de interoperabilidade com outros sistemas, etc. - deverá apresentar o sistema de informação que servirá de base à monitorização e reporte dos IF, assim contribuindo para o bom desempenho da sua gestão?																X		
23. Que iniciativas e medidas adicionais de acompanhamento da implementação dos IF deverão ser desenvolvidas no sentido de garantir a eficiência e a eficácia da sua aplicação nos domínios da Eficiência Energética e Gestão Eficiente da Água? Que componentes do sistema de monitorização dos IF se encontram estruturadas, nomeadamente tendo em consideração a estratégia de investimento delineada?																X		
24. De que forma se pode enquadrar a monitorização dos IF no quadro mais global do sistema de monitorização dos PO? Que requisitos de compatibilidade e que articulação com os beneficiários dos IF?																X		
25. Considera necessária a provisão de informação adicional por parte das entidades gestoras/beneficiários dos IF ou dos intermediários financeiros, em complemento ao Acordo de Financiamento?																X		
G. Disposições que Permitam Rever ou Atualizar a Avaliação <i>Ex ante</i>																		
26. Tendo por base a experiência de aplicação de IF no passado, que condicionantes e/ou mecanismos poderão afetar significativamente o processo de implementação dos IF e, logo, o seu desempenho e os resultados esperados?																	X	
27. Considerando as variáveis-chave identificadas acima, em que circunstâncias se deverá proceder à atualização ou revisão da presente avaliação?																	X	
28. Que hipóteses podem ser ventiladas, sobre mudanças dos mecanismos e comportamento dos atores, condicionadoras ou potenciadoras da evolução dos instrumentos financeiros?																	X	
29. Está definida a programação temporal mais adequada para, caso se justifique, acionar os procedimentos necessários aos processos de revisão?																	X	
30. Quais os indicadores de resultado e de contexto que melhor refletem a necessidade de rever ou atualizar a avaliação <i>ex ante</i> e, logo, que devem integrar o correspondente "sistema de alerta"?																	X	

Entidades/Guião Entrevista	Domínios de Avaliação/Questões de Avaliação																	
	D1		D2			D3			D4		D5			D6		D7		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
AG POVT E ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELO PO SEUR E PELOS PO REGIONAIS																		
A. Análise das Deficiências de Mercado, das Situações de Investimento Insuficiente e das Necessidades de Investimento																		
1. Quais os principais constrangimentos ao investimento em Eficiência Energética e Gestão Eficiente da Água? Esses constrangimentos assumem contornos diferenciados regionalmente (NUTS II) e setorialmente (Eficiência Energética: Empresas, Estado e Habitação; Gestão Eficiente da Água: Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais)?	X																	
2. Que "falhas de mercado" e que "situações de investimento insuficiente" identifica no mercado de financiamento nestes domínios?	X																	
3. Que fatores poderão condicionar a obtenção de financiamento por parte dos potenciais destinatários finais dos IF nos domínios da Eficiência Energética e Gestão Eficiente de Água no curto e médio prazos? Esses fatores são diferenciados em termos regionais e setoriais?		X																
4. Existe uma estimativa das necessidades de investimento nestes domínios (em geral e/ou em cada um dos segmentos de promotores potenciais)?		X																
5. Existe uma estimativa das intenções de investimento neste domínio (em geral e/ou em cada um dos segmentos de promotores potenciais) para o atual período de programação dos fundos comunitários? As intenções cobrem a totalidade das necessidades de investimento identificadas acima?		X																
6. Existe uma estimativa das necessidades de financiamento associadas às intenções de investimento identificadas acima?		X																
B. Avaliação do Valor Acrescentado dos IF																		
7. Que tipo de IF são os mais adequados para promover a Eficiência Energética e a Gestão Eficiente das Águas?			X	X														
C. Estimativa dos Recursos Públicos e Privados Adicionais a Receber Potencialmente pelo IF até ao Nível do Destinatário Final (Efeito de Alavancagem Previsto)																		
8. Quais as perspetivas e de que modo se poderá processar a sensibilização/atração de atores estratégicos para a necessária mobilização de recursos, públicos e privados, adicionais, para os IF?						X												
9. Os PO apresentam alguma estratégia ou orientação para a mobilização de recursos privados adicionais a captar?								X										
10. Quais os mecanismos de incentivo previstos para atrair recursos privados adicionais? Estes mecanismos adequam-se ao perfil de investidores-alvo?								X										
11. De que outra forma pode atrair-se recursos privados adicionais? Em que medida estão previstos mecanismos de remuneração preferencial para os parceiros privados?								X										

Entidades/Guião Entrevista	Domínios de Avaliação/Questões de Avaliação																	
	D1		D2			D3			D4		D5			D6		D7		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
12. Os mecanismos previstos são coerentes com o definido no quadro regulamentar? Permitem alinhar os interesses privados com os objetivos da política?								X										
D. Avaliação dos Ensinamentos Tirados da Utilização de Instrumentos Semelhantes e Avaliações Anteriormente Realizadas																		
13. Que resultados, conclusões e recomendações decorrentes das avaliações e dos estudos realizados em períodos de programação anteriores se assumem relevantes para a aplicação de IF nos domínios da Eficiência Energética e Gestão Eficiente de Água? Quais foram os principais fatores de sucesso e de estrangulamento associados à implementação (operacionalização e execução) dos IF identificados no contexto daqueles estudos ou avaliações?									X									
14. Que condições deverão ser criadas e promovidas no sentido de, por um lado, potenciar os fatores positivos/de sucesso e, por outro, minimizar os estrangulamentos/constrangimentos/bloqueio identificados?									X									
15. A conceção dos IF foi antecedida de um exercício de identificação de constrangimentos/estrangulamentos associados a experiências passadas? De que modo se processa ou foi acutelada a resposta dos IF a esses constrangimentos/estrangulamentos?										X								
E. Estratégia de Investimento Proposta																		
16. Quais os critérios utilizados para a construção da estratégia de investimento dos IF, para cada IF? No que se refere aos produtos financeiros a oferecer? No que se refere aos beneficiários e aos destinatários finais visados? No que se refere ao nível dos vários territórios? Quais as principais dificuldades sentidas nesse processo?											X							
17. A estratégia de investimento subjacente aos IF adotados é suficientemente flexível para acomodar as alterações de tendências que se venham a manifestar ao longo do período de implementação?											X							
18. Como foi considerada a análise das falhas de mercado e das necessidades de investimento na construção da estratégia de investimento dos IF?												X						
19. No que concerne à sua base regional de incidência e enfoque temático, as opções estratégicas dos IF afiguram-se coerentes com a análise das falhas de mercado e necessidades de investimento em cada NUTS? Que sugestões de melhoria na adequação às especificidades regionais?												X						
20. A estrutura de gestão adotada para a implementação dos IF nos domínios da Eficiência Energética e Gestão Eficiente da Água adequa-se à correspondente estratégia de investimento, garantindo uma gestão eficaz e eficiente face: i) às medidas de execução, aos produtos financeiros e beneficiários previstos? ii) à escala territorial de atuação prevista? iii) à complementaridade com outras modalidades de apoio previstas? iv) ao modelo de governação do Portugal 2020 e dos PO?													X					

Entidades/Guião Entrevista	Domínios de Avaliação/Questões de Avaliação																	
	D1		D2			D3			D4		D5			D6		D7		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
F. Especificação dos Resultados Previstos																		
21. Que dimensões do recurso e da implementação dos IF deverão ser considerados como mais relevantes para a sua monitorização e avaliação e que, nesse sentido, deverão ser captadas por via da quantificação de indicadores de realização e resultado?															X			
22. Que indicadores de desempenho dos PO podem captar as realizações e resultados dos projetos apoiados pelos IF mobilizados? Considera existir necessidade de mobilizar indicadores de realização e resultado adicionais para monitorizar e avaliar os resultados da aplicação dos IF?															X			
23. De que forma as metas estabelecidas para os indicadores do PO contemplaram as realizações e resultados previstos por via da mobilização dos IF (disponibilizar informação quantitativa)?															X			
24. Face à maior definição dos IF a mobilizar (por comparação com a disponível no momento de conceção dos PO) considera importante proceder a ajustamentos nas metas consideradas nos indicadores dos PO (na componente associada à mobilização dos IF)?															X			
25. Quais as principais vantagens ou inconvenientes esperadas por via da utilização dos IF para a prossecução dos Objetivos Específicos do PO?																X		
26. Que recomendações para melhorar o contributo dos IF para alcançarem os objetivos dos PO para o qual foram criados?																X		
27. Está assegurada a coerência e complementaridade das intervenções enquadradas pelo IF com outras ações tangentes à mesma PI?																X		
28. Qual o contributo do IF para o alcance dos correspondentes objetivos dos PO?																X		
29. Tendo em conta as necessidades de reporte e prestação de contas para com as várias entidades envolvidas na gestão e controlo dos IF e dos FEEI (AG dos PO, AD&C, CE, etc.), designadamente os anexos aos relatórios anuais e final de execução dedicados especificamente aos IF, quais os principais requisitos de informação e reporte que deverão servir de base e alimentar o processo de acompanhamento e monitorização dos IF?																	X	
30. Que características fundamentais - em termos de informação a disponibilizar, periodicidade de atualização/reportes, nível de interoperabilidade com outros sistemas, etc. - deverá apresentar o sistema de informação que servirá de base à monitorização e reporte dos IF, assim contribuindo para o bom desempenho da sua gestão?																	X	
31. Que iniciativas e medidas adicionais de acompanhamento da implementação dos IF deverão ser desenvolvidas no sentido de garantir a eficiência e a eficácia da sua aplicação nos domínios da Eficiência Energética e Gestão Eficiente da Água? Que componentes do sistema de monitorização dos IF se encontram estruturadas, nomeadamente tendo em consideração a estratégia de investimento delineada?																	X	
32. De que forma se pode enquadrar a monitorização dos IF no quadro mais global do sistema de monitorização dos PO? Que requisitos de compatibilidade e que articulação com os beneficiários dos IF?																	X	

Entidades/Guião Entrevista	Domínios de Avaliação/Questões de Avaliação																	
	D1		D2			D3			D4		D5			D6			D7	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
33. Considera necessária a provisão de informação adicional por parte das entidades gestoras/beneficiários dos IF ou dos intermediários financeiros, em complemento ao Acordo de Financiamento?																X		
G. Disposições que Permitam Rever ou Atualizar a Avaliação <i>Ex ante</i>																		
34. Tendo por base a experiência de aplicação de IF no passado, que condicionantes e/ou mecanismos poderão afetar significativamente o processo de implementação dos IF e, logo, o seu desempenho e os resultados esperados?																	X	
35. Considerando as variáveis-chave identificadas acima, em que circunstâncias se deverá proceder à atualização ou revisão da presente avaliação?																	X	
36. Que hipóteses podem ser ventiladas, sobre mudanças dos mecanismos e comportamento dos atores, condicionadoras ou potenciadoras da evolução dos instrumentos financeiros?																	X	
37. Está definida a programação temporal mais adequada para, caso se justifique, acionar os procedimentos necessários aos processos de revisão?																	X	
38. Quais os indicadores de resultado e de contexto que melhor refletem a necessidade de rever ou atualizar a avaliação <i>ex ante</i> e, logo, que devem integrar o correspondente "sistema de alerta"?																	X	
OUTROS ORGANISMOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL																		
A. Análise das Deficiências de Mercado, das Situações de Investimento Insuficiente e das Necessidades de Investimento																		
1. Quais os principais constrangimentos ao investimento em Eficiência Energética e Gestão Eficiente da Água? Esses constrangimentos assumem contornos diferenciados regionalmente (NUTS II) e setorialmente (Eficiência Energética: Empresas, Estado e Habitação; Gestão Eficiente da Água: Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais)?	X																	
2. Que "falhas de mercado" e que "situações de investimento insuficiente" identifica no mercado de financiamento nestes domínios?	X																	
3. Que fatores poderão condicionar a obtenção de financiamento por parte dos potenciais destinatários finais dos IF nos domínios da Eficiência Energética e Gestão Eficiente de Água no curto e médio prazos? Esses fatores são diferenciados em termos regionais e setoriais?		X																
4. Existe uma estimativa das necessidades de investimento nestes domínios (em geral e/ou em cada um dos segmentos de promotores potenciais)?		X																
5. Existe uma estimativa das intenções de investimento neste domínio (em geral e/ou em cada um dos segmentos de promotores potenciais) para o atual período de programação dos fundos comunitários? As intenções cobrem a totalidade das necessidades de investimento identificadas acima?		X																

Entidades/Guião Entrevista	Domínios de Avaliação/Questões de Avaliação																	
	D1		D2			D3			D4		D5			D6		D7		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
6. Existe uma estimativa das necessidades de financiamento associadas às intenções de investimento identificadas acima?		X																
B. Avaliação do Valor Acrescentado dos IF																		
7. Que articulação está prevista entre os IF e outros instrumentos de promoção da eficiência energética e gestão eficiente das águas?				X														
C. Estimativa dos Recursos Públicos e Privados Adicionais a Receber Potencialmente pelo IF até ao Nível do Destinatário Final (Efeito de Alavancagem Previsto)																		
8. Quais os fundos públicos de apoio à eficiência energética e ao setor das águas potencialmente mobilizáveis?						X												
D. Avaliação dos Ensinamentos Tirados da Utilização de Instrumentos Semelhantes e Avaliações Anteriormente Realizadas																		
9. Que resultados, conclusões e recomendações decorrentes das avaliações e dos estudos realizados em períodos de programação anteriores se assumem relevantes para a aplicação de IF nos domínios da Eficiência Energética e Gestão Eficiente de Água? Quais foram os principais fatores de sucesso e de estrangulamento associados à implementação (operacionalização e execução) dos IF identificados no contexto daqueles estudos ou avaliações?									X									
10. Que condições deverão ser criadas e promovidas no sentido de, por um lado, potenciar os fatores positivos/de sucesso e, por outro, minimizar os estrangulamentos/constrangimentos/bloqueio identificados?									X									
ENTIDADES GESTORAS DE FUNDOS E INTERMEDIÁRIOS (SISTEMA FINANCEIRO)																		
A. Análise das Deficiências de Mercado, das Situações de Investimento Insuficiente e das Necessidades de Investimento																		
1. Quais os principais constrangimentos ao investimento em Eficiência Energética e Gestão Eficiente da Água? Esses constrangimentos assumem contornos diferenciados regionalmente (NUTS II) e setorialmente (Eficiência Energética: Empresas, Estado e Habitação; Gestão Eficiente da Água: Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais)?	X																	
2. Que "falhas de mercado" e que "situações de investimento insuficiente" identifica no mercado de financiamento nestes domínios?	X																	
3. Que fatores poderão condicionar a obtenção de financiamento por parte dos potenciais destinatários finais dos IF nos domínios da Eficiência Energética e Gestão Eficiente de Água no curto e médio prazos? Esses fatores são diferenciados em termos regionais e setoriais?		X																

Entidades/Guião Entrevista	Domínios de Avaliação/Questões de Avaliação																	
	D1		D2		D3		D4		D5		D6		D7					
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
B. Estimativa dos Recursos Públicos e Privados Adicionais a Receber Potencialmente pelo IF até ao Nível do Destinatário Final (Efeito de Alavancagem Previsto)																		
1. Qual a disponibilidade para mobilizar recursos complementares, redistribuir as alocações ou recentrar as suas apostas prioritárias nestes IF e como se pode assegurar essa articulação/integração no quadro normativo e regulamentar dos fundos?						X												
2. Quais os montantes de recursos que poderão mobilizar para cada IF?						X												
3. Qual a sua distribuição temporal dos montantes a disponibilizar (focados no início do Programa)?						X												
4. Os mecanismos previstos são adequados e pertinentes face às características do público-alvo (privados)? Ou será necessário desenvolver mecanismos adicionais? De que tipo? (partilha assimétrica de prejuízos, níveis preferenciais de pagamento de comissões ou regime de saída preferencial)?								X										
EQUIPAS TÉCNICAS RESPONSÁVEIS PELOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS																		
A. Análise das Deficiências de Mercado, das Situações de Investimento Insuficiente e das Necessidades de Investimento																		
1. Que estudos ou avaliações sobre falhas de mercado e de investimento e sobre a criação de IF, nos domínios da eficiência energética e gestão eficiente de água, foram realizados nos últimos cinco anos e sejam considerados pertinentes no âmbito da presente avaliação?	X																	
2. Quais os principais constrangimentos ao investimento em Eficiência Energética e Gestão Eficiente da Água? Esses constrangimentos assumem contornos diferenciados regionalmente (NUTS II) e setorialmente (Eficiência Energética: Empresas, Estado e Habitação; Gestão Eficiente da Água: Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais)?	X																	
3. Que "falhas de mercado" e que "situações de investimento insuficiente" identifica no mercado de financiamento nestes domínios?	X																	
4. Que fatores poderão condicionar a obtenção de financiamento por parte dos potenciais destinatários finais dos IF nos domínios da Eficiência Energética e Gestão Eficiente de Água no curto e médio prazos? Esses fatores são diferenciados em termos regionais e setoriais?		X																
11. Existe uma estimativa das necessidades de investimento nestes domínios (em geral e/ou em cada um dos segmentos de promotores potenciais)?		X																
12. Existe uma estimativa das intenções de investimento neste domínio (em geral e/ou em cada um dos segmentos de promotores potenciais) para o atual período de programação dos fundos comunitários? As intenções cobrem a totalidade das necessidades de investimento identificadas acima?		X																
13. Existe uma estimativa das necessidades de financiamento associadas às intenções de investimento identificadas acima?		X																

Entidades/Guião Entrevista	Domínios de Avaliação/Questões de Avaliação																	
	D1		D2			D3			D4		D5			D6		D7		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
B. Estimativa dos Recursos Públicos e Privados Adicionais a Receber Potencialmente pelo IF até ao Nível do Destinatário Final (Efeito de Alavancagem Previsto)																		
5. Quais as perspetivas e de que modo se poderá processar a sensibilização/atração de atores estratégicos para a necessária mobilização de recursos, públicos e privados, adicionais, para os IF?						X												
C. Avaliação dos Ensinamentos Tirados da Utilização de Instrumentos Semelhantes e Avaliações Anteriormente Realizadas																		
6. Que resultados, conclusões e recomendações decorrentes das avaliações e dos estudos realizados em períodos de programação anteriores se assumem relevantes para a aplicação de IF nos domínios da Eficiência Energética e Gestão Eficiente de Água? Quais foram os principais fatores de sucesso e de estrangulamento associados à implementação (operacionalização e execução) dos IF identificados no contexto daqueles estudos ou avaliações?										X								
7. Que condições deverão ser criadas e promovidas no sentido de, por um lado, potenciar os fatores positivos/de sucesso e, por outro, minimizar os estrangulamentos/constrangimentos/bloqueio identificados?										X								
8. A conceção dos IF foi antecedida de um exercício de identificação de constrangimentos/estrangulamentos associados a experiências passadas? De que modo se processa ou foi acutelada a resposta dos IF a esses constrangimentos/estrangulamentos?											X							
D. Estratégia de Investimento Proposta																		
9. Quais os critérios utilizados para a construção da estratégia de investimento dos IF, para cada IF? No que se refere aos produtos financeiros a oferecer? No que se refere aos beneficiários e aos destinatários finais visados? No que se refere ao nível dos vários territórios? Quais as principais dificuldades sentidas nesse processo?												X						
10. A estratégia de investimento subjacente aos IF adotados é suficientemente flexível para acomodar as alterações de tendências que se venham a manifestar ao longo do período de implementação?												X						
11. Como foi considerada a análise das falhas de mercado e das necessidades de investimento na construção da estratégia de investimento dos IF?												X						
12. No que concerne à sua base regional de incidência e enfoque temático, as opções estratégicas dos IF afiguram-se coerentes com a análise das falhas de mercado e necessidades de investimento em cada NUTS? Que sugestões de melhoria na adequação às especificidades regionais?												X						
13. A estrutura de gestão adotada para a implementação dos IF nos domínios da Eficiência Energética e Gestão Eficiente da Água adequa-se à correspondente estratégia de investimento, garantindo uma gestão eficaz e eficiente face: i) às medidas de execução, aos produtos financeiros e beneficiários previstos? ii) à escala territorial de atuação prevista? iii) à complementaridade com outras modalidades de apoio previstas? iv) ao modelo de governação do Portugal 2020 e dos PO?														X				

Entidades/Guião Entrevista	Domínios de Avaliação/Questões de Avaliação																	
	D1		D2			D3			D4			D5			D6		D7	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
E. Especificação dos Resultados Previstos																		
14. Quais as principais vantagens ou inconvenientes esperadas por via da utilização dos IF, para a prossecução dos Objetivos Específicos do PO?																X		
15. Que recomendações para melhorar o contributo dos IF para alcançarem os objetivos dos PO para o qual foram criados?																X		
16. Está assegurada a coerência e complementaridade das intervenções enquadradas pelo IF com outras ações tangentes à mesma PI?																X		
17. Qual o contributo do IF para o alcance dos correspondentes objetivos dos PO?																X		
F. Disposições que Permitam Rever ou Atualizar a Avaliação <i>Ex ante</i>																		
18. Tendo por base a experiência de aplicação de IF no passado, que condicionantes e/ou mecanismos poderão afetar significativamente o processo de implementação dos IF e, logo, o seu desempenho e os resultados esperados?																		X
19. Considerando as variáveis-chave identificadas acima, em que circunstâncias se deverá proceder à atualização ou revisão da presente avaliação?																		X
20. Que hipóteses podem ser ventiladas, sobre mudanças dos mecanismos e comportamento dos atores, condicionadoras ou potenciadoras da evolução dos instrumentos financeiros?																		X
21. Esta definida a programação temporal mais adequada para, caso se justifique, acionar os procedimentos necessários aos processos de revisão?																		X
22. Quais os indicadores de resultado e de contexto que melhor refletem a necessidade de rever ou atualizar a avaliação <i>ex ante</i> e, logo, que devem integrar o correspondente "sistema de alerta"?																		X
ENTIDADES ENVOLVIDAS NA OPERACIONALIZAÇÃO DA INICIATIVA JESSICA																		
A. Análise das Deficiências de Mercado, das Situações de Investimento Insuficiente e das Necessidades de Investimento																		
1. Quais os principais constrangimentos ao investimento em Eficiência Energética no domínio da habitação? Esses constrangimentos assumem contornos diferenciados regionalmente (NUTS II)?	X																	
2. Que "falhas de mercado" e que "situações de investimento insuficiente" identifica no mercado de financiamento neste domínio?	X																	
3. Que fatores poderão condicionar a obtenção de financiamento por parte dos potenciais destinatários finais dos IF no domínio da Eficiência Energética para a habitação no curto e médio prazos? Esses fatores são diferenciados em termos regionais?		X																
4. Existe uma estimativa das necessidades de investimento neste domínio?		X																

Entidades/Guião Entrevista	Domínios de Avaliação/Questões de Avaliação																	
	D1		D2			D3			D4		D5			D6		D7		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
5. Existe uma estimativa das intenções de investimento neste domínio para o atual período de programação dos fundos comunitários? As intenções cobrem a totalidade das necessidades de investimento identificadas acima?		X																
6. Existe uma estimativa das necessidades de financiamento associadas às intenções de investimento identificadas acima?		X																
B. Estimativa dos Recursos Públicos e Privados Adicionais a Receber Potencialmente pelo IF até ao Nível do Destinatário Final (Efeito de Alavancagem Previsto)																		
7. Quais as perspetivas e de que modo se poderá processar a sensibilização/atração de atores estratégicos para a necessária mobilização de recursos, públicos e privados, adicionais, para os IF?						X												
C. Avaliação dos Ensinamentos Tirados da Utilização de Instrumentos Semelhantes e Avaliações Anteriormente Realizadas																		
8. No QREN, quais os principais constrangimentos associados à instrução/operacionalização/ execução, à prossecução de objetivos e metas ou a condicionantes observados na procura, que limitaram os resultados alcançados pelas intervenções no domínio da eficiência energética?										X								
9. Quais as dimensões-criticas, por subdomínio e por tipologia de destinatário, no domínio da eficiência energética?										X								
10. Quais os potenciais fatores de sucesso e/ou estrangulamento de futuras intervenções enquadradas neste domínio?										X								
11. Que lições de experiência são condicionadoras ou potenciadoras da implementação de futuras intervenções enquadradas nos IF? Que relevância assumem para o sucesso dos IF?										X								
OUTROS ATORES SETORIAIS (ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS; ASSOCIAÇÕES DE PROPRIETÁRIOS IMOBILIÁRIOS)																		
A. Estimativa dos Recursos Públicos e Privados Adicionais a Receber Potencialmente pelo IF até ao Nível do Destinatário Final (Efeito de Alavancagem Previsto)																		
1. Os IF previstos são adequados e pertinentes face às características dos seus associados?									X									
2. Que estratégias deveriam ser adotadas para promover a mobilização de recursos privados adicionais?									X									
3. Estariam interessados (ou algum associado em particular) em contribuir financeiramente para um Instrumento associado à eficiência energética? Conhece as vantagens previstas e os riscos associados? Como pode ser assegurado que o seu nível de retorno seja adequado face ao nível de risco que assume?									X									
OUTROS ATORES SETORIAIS (APESENERGIA)																		
A. Análise das Deficiências de Mercado, das Situações de Investimento Insuficiente e das Necessidades de Investimento																		
1. Considera existir procura para financiamento de projetos de eficiência?	X																	
2. Quais são os potenciais obstáculos à implementação de projetos de Eficiência Energética?	X																	

Entidades/Guião Entrevista	Domínios de Avaliação/Questões de Avaliação																	
	D1		D2			D3			D4		D5			D6		D7		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
3. Considera haver um papel para os apoios públicos na promoção de projetos de eficiência energética? E considera haver espaço e vantagem em mobilizar Instrumentos Financeiros (IF) com apoios públicos para promover projetos de eficiência energética?		X																
B. Estimativa dos Recursos Públicos e Privados Adicionais a Receber Potencialmente pelo IF até ao Nível do Destinatário Final (Efeito de Alavancagem Previsto)																		
4. Qual o modelo de financiamento mais adequado para implementar projetos de Eficiência Energética em parceria através de IF? Os IF previstos são adequados e pertinentes face às características dos seus associados?								X										
5. Estariam interessados em ser atores/protagonistas deste processo? Quais os montantes de recursos que poderão mobilizar para o IF?						X												
6. Que mecanismos serão necessário desenvolver para assegurar a sua participação? (partilha assimétrica de prejuízos/lucros, níveis preferenciais de pagamento de comissões ou regime de saída preferencial)?								X										
OUTROS ATORES SETORIAIS (ANMP)																		
A. Análise das Deficiências de Mercado, das Situações de Investimento Insuficiente e das Necessidades de Investimento																		
1. Quais os principais constrangimentos ao investimento dos municípios em Eficiência Energética? Esses constrangimentos assumem contornos diferenciados regionalmente (NUTS II)?	X																	
2. Que "falhas de mercado" e que "situações de investimento insuficiente" identifica no mercado de financiamento neste domínio?	X																	
3. Considera existir procura por parte dos municípios para financiamento de projetos de Eficiência Energética?	X																	
4. Que fatores poderão condicionar a obtenção de financiamento por parte dos municípios no domínio da Eficiência Energética no curto e médio prazos? Esses fatores são diferenciados em termos regionais?		X																
5. Existe uma estimativa das necessidades de investimento neste domínio (em geral e/ou em cada um dos segmentos de promotores potenciais)?		X																
B. Avaliação do Valor Acrescentado dos IF																		
6. Que tipo de IF são os mais adequados para promover a Eficiência Energética pelos municípios?			X	X														

2.3. Inquérito aos Beneficiários

GLOSSÁRIO

Eficiência Energética – Investimentos que resultem na utilização de menos energia, mantendo um nível equivalente de atividade ou de serviço económico.

Gestão Eficiente das Águas – Investimentos promovidos pelas entidades gestoras de serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, com vista a proporcionar a otimização e gestão eficiente das infraestruturas existentes e a melhoria da qualidade dos serviços prestados por estas entidades (exemplo: gestão de ativos, redução de perdas, eficiência energética, valorização de recursos).

Subsídio a Fundo Perdido – É um subsídio não reembolsável, ou seja, o apoio concedido não tem de ser devolvido.

Subsídio Reembolsável – É um apoio concedido que se traduzirá num subsídio com o compromisso da sua devolução no fim do prazo contratado (sem ter correspondência a qualquer taxa de juro ou custos adicionais).

Empresa de Serviços de Energia (ESE) – Empresas que fornecem serviços de valor acrescentado ao nível da Eficiência Energética, sendo parceiras dos seus clientes, na medida em que assumem risco.

A. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1. Designação da entidade: _____
2. NIF: _____
3. Região NUTS II (sede): _____
4. Tipo de Entidade:
 - Banco
 - Agência de investimento
 - Outro. Qual? _____

B. DIMENSÃO DO MERCADO E FALHAS

5. Quantifique, em termos de nível de grandeza indicativa, a procura que considera existir para financiamento de:
 - Projetos de Eficiência Energética _____ €
 - Projetos de Gestão Eficiente da Água _____ €
6. Classifique a procura (potenciais clientes) que considera existir (entre 2015-2020) para financiamento (Eficiência Energética e Gestão Eficiente da Água), de acordo com as seguintes tipologias de entidades (1. *Nenhuma Procura*; 5. *Muita Procura*)

Tipologia		1	2	3	4	5
Eficiência Energética	Empresas					
	Administração Pública Central					
	Administração Pública Regional					
	Administração Pública Local					
Gestão Eficiente da Água	Entidades Gestoras de Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais					

7. Classifique, em termos de relevância, os seguintes potenciais obstáculos para que o mercado possa satisfazer as necessidades de financiamento de projetos de Eficiência Energética e de Gestão Eficiente da Água (1. *Nada Relevante*; 5. *Muito Relevante*)

Potenciais Obstáculos		1	2	3	4	5
Eficiência Energética	Disponibilidade de financiamento					
	Custo do financiamento					
	Maturidades do financiamento					
	Risco do financiamento					
	Situação financeira/limitações ao endividamento dos promotores					
	Outro. Qual: _____					
Gestão Eficiente da Água	Disponibilidade de financiamento					
	Custo do financiamento					
	Maturidades do financiamento					
	Risco do financiamento					
	Situação financeira/limitações ao endividamento dos promotores					
	Outro. Qual: _____					

8. Considera haver um papel para os fundos comunitários na promoção de projetos de Eficiência Energética?
 Sim. Qual? _____
 Não
9. Considera haver um papel para os fundos comunitários na promoção de projetos de Gestão Eficiente da Água?
 Sim. Qual? _____
 Não

C. VALOR ACRESCENTADO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10. Considera haver vantagem em constituir um Instrumento Financeiro (IF) mobilizando fundos comunitários para promover projetos de Eficiência Energética?
 Sim. Qual? _____
 Não
11. Considera haver espaço para constituir um Instrumento Financeiro (IF) mobilizando fundos comunitários para promover projetos de Eficiência Energética?
 Sim. Porquê? _____
 Não
12. Considera haver vantagem em constituir um IF mobilizando fundos comunitários para promover projetos de Gestão Eficiente da Água?
 Sim. Qual? _____
 Não
13. Considera haver espaço para constituir um IF mobilizando fundos comunitários para promover projetos de Gestão Eficiente da Água?
 Sim. Qual? _____
 Não

14. No caso de vir a ser criado um IF (com fundos comunitários), identifique que tipo de soluções financeiras devem ser criadas para promover projetos de Eficiência Energética e de Gestão Eficiente da Água (1. Nada Interessante; 5. Muito Interessante)

		Fontes de Financiamento				
		1	2	3	4	5
Eficiência Energética	Subsídio reembolsável					
	Linhas de crédito					
	Sistema de garantias para melhoria de riscos permitindo obtenção de crédito com custo e maturidades adequadas					
	Outro. Qual? _____					
Gestão Eficiente da Água	Subsídio reembolsável					
	Linhas de crédito					
	Sistema de garantias para melhoria de riscos permitindo obtenção de crédito com custo e maturidades adequadas					
	Outro. Qual? _____					

15. Avalie as vantagens associadas a ter IF com fundos comunitários para promover projetos de Eficiência Energética e de Gestão Eficiente da Água (1. Sem vantagem; 5. Grande Vantagem)

		Vantagens				
		1	2	3	4	5
Eficiência Energética	Partilha de risco					
	Pricing					
	Alavancagem de recursos adicionais					
	Outro. Qual: _____					
	Outro. Qual: _____					
Gestão Eficiente da Água	Partilha de risco					
	Pricing					
	Alavancagem de recursos adicionais					
	Outro. Qual: _____					
	Outro. Qual: _____					

D. ALAVANCAGEM DE RECURSOS

16. Tem a entidade disponibilidade para alocar/mobilizar recursos próprios em parceria com fundos comunitários para financiar projetos de Eficiência Energética?

Sim

Não. Porquê? _____

17. Tem a entidade disponibilidade para alocar/mobilizar recursos próprios em parceria com fundos comunitários para financiar projetos de Gestão Eficiente da Água?

Sim

Não. Porquê? _____

18. Qual o montante máximo que ponderaria mobilizar em parceria com fundos comunitários para financiar projetos de Eficiência Energética _____ € E de Gestão Eficiente da Água? _____ €

19. Por cada euro de fundos comunitários para financiamento, quantos euros mobilizaria para financiar projetos de Eficiência Energética? _____ € E de Gestão Eficiente da Água? _____ €

20. Por cada euro de fundos comunitários utilizado como garantia, quantos euros mobilizaria para financiar projetos de Eficiência Energética? _____ € E de Gestão Eficiente da Água? _____ €

21. Por cada euro de fundos comunitários utilizado como garantia *first-on-demand*, quantos euros mobilizaria para financiar projetos de Eficiência Energética? _____ € E de Gestão Eficiente da Água? _____ €

22. Qual a maturidade máxima (meses) que estaria disponível para conceder no financiamento de projetos de Eficiência Energética? _____ E de Gestão Eficiente da Água? _____

23. No caso de o reembolso dos seus fundos ter prioridade sobre o reembolso dos fundos comunitários (*isto é, o reembolso dos fundos comunitários só se iniciaria após o reembolso total dos fundos da sua instituição financeira*), qual seria a maturidade máxima (meses) que na sua perspetiva poderia ter a solução financeira de empréstimo no financiamento de projetos de Eficiência Energética? ____ E de Gestão Eficiente da Água? ____
24. Na sua perspetiva, qual o *rating* que a instituição financeira deveria ter para poder gerir o IF no financiamento de projetos de Eficiência Energética? ____ E de Gestão Eficiente da Água? ____
25. Como vê a possibilidade de uma única instituição financeira ficar a gerir o IF que utiliza os fundos comunitários?
 Concordo. Porquê? _____
 Não Concordo.
26. Como vê a possibilidade de várias instituições financeiras poderem desenvolver soluções de financiamento tendo por base o uso de fundos comunitários, utilizando para isso um protocolo com a entidade gestora dos fundos comunitários?
 Concordo. Porquê? _____
 Não Concordo.
27. Avalie a relevância dos seguintes elementos na decisão de participar em parceria com os fundos comunitários no financiamento de projetos de Eficiência Energética e de Gestão Eficiente da Água (*1. Nada Relevante; 5. Muito Relevante*)

		Elementos	1	2	3	4	5
Eficiência Energética		Magnitude do instrumento					
		Mecanismos de partilha de risco					
		Mecanismos de remuneração					
		Comissões de gestão					
		% financiamento					
		Requisitos de autonomia financeira					
		Garantias bancárias					
		Burocracia do processo					
		Outro. Qual: _____					
		Outro. Qual: _____					
Gestão Eficiente da Água		Magnitude do instrumento					
		Mecanismos de partilha de risco					
		Mecanismos de remuneração					
		Comissões de gestão					
		% financiamento					
		Requisitos de autonomia financeira					
		Garantias bancárias					
		Burocracia do processo					
		Outro. Qual: _____					
		Outro. Qual: _____					

V.2.4. Inquérito a Potenciais Destinatários

EMPRESAS

GLOSSÁRIO

Eficiência Energética – Investimentos que resultem na utilização de menos energia, mantendo um nível equivalente de atividade ou de serviço económico.

Instrumento Financeiro (IF) – No contexto desta avaliação, são soluções de financiamento (reembolsáveis) apoiadas por fundos comunitários disponíveis para promover os projetos de Eficiência Energética.

Instituição Financeira – Instituições de crédito (bancos comerciais).

Subsídio a Fundo Perdido – Apoio não reembolsável, ou seja, os montantes concedidos não tem de ser devolvidos.

Subsídio Reembolsável – Apoio concedido com o compromisso da sua devolução no fim do prazo contratado (sem ter correspondência a qualquer taxa de juro ou custos adicionais).

Empresa de Serviços de Energia (ESE) – Empresas que fornecem serviços de valor acrescentado ao nível da eficiência energética, sendo parceiras dos seus clientes, na medida em que assumem risco.

A. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

1. Designação: _____
2. Setor de Atividade (CAE 3 dígitos) _____
3. Concelho _____

B. FINANCIAMENTO DA EMPRESA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

4. Ao longo dos últimos três anos, a empresa recorreu a financiamento?
 Não
 Sim
5. Se sim, quais as fontes de financiamento?
 Empréstimos de curto prazo, descoberto bancário e linhas de crédito
 Empréstimos de médio e longo prazo
 Família e/ou amigos
 Investimento dos proprietários (e.g. aumentos de capital, suprimentos)
 Doações ou donativos privados
 Subsídios governamentais ou fundos comunitários
 Empréstimos apoiados (via bancos comerciais – exemplo: empréstimos com taxas de juro bonificadas)
 Garantias (incluindo garantias à exportação)
 Empresas de *leasing/renting*
 Factoring
 Fundos de transferência de tecnologia
 Financiamentos híbridos e *mezzanine* (i.e. empréstimos que dão ao credor o direito de conversão em ações no caso do empréstimo não ser reembolsado na totalidade no prazo acordado)
 Autofinanciamento (lucros reinvestidos)
 Investimentos de capital (incluindo produtos de quase-capital)
 Obrigações da empresa
 Microcrédito
 Outros. Quais? _____
6. Qual o montante de financiamento que a sua empresa procurou obter nos últimos três anos (aproximado)? ____ euros
7. Qual o montante de financiamento que a sua empresa conseguiu obter nos últimos três anos (aproximado)? ____ euros

8. Ao longo dos últimos três anos, quais foram as razões do insucesso, ou do parcial insucesso, na obtenção de financiamento (indique uma ou mais opções da lista seguinte)?
- Não aplicável: a nossa empresa não realizou nenhum pedido de financiamento ou foi bem-sucedida em todos os pedidos que fez nos últimos três anos
 - Baixo *rating* de crédito (da empresa)
 - Falta de capital próprio
 - Colaterais ou garantias insuficientes
 - Potencial (do projeto ou da empresa) insuficiente ou muito arriscado
 - Sobre-endividamento da empresa (demasiados empréstimos ou dívida)
 - Falta de histórico
 - Histórico fraco
 - Sem razão aparente (não comunicadas pelo financiador no momento da rejeição do pedido)
 - Taxas de juro propostas demasiado elevadas
 - Outras condições do financiamento propostas inaceitáveis (e.g. maturidade, garantias exigidas)
9. Ao longo dos últimos três anos, que garantias prestou nos seus empréstimos?
- Não aplicável: a nossa empresa não usou empréstimos nem prestou garantias nos últimos três anos
 - Sim.
- Se sim, quais?
- Colaterais próprios (dos proprietários da empresa)
 - Família e amigos
 - Colaterais da empresa
 - Parceiros de negócio
 - Esquemas de garantia mútua
 - Outros esquemas de garantia financiados integral ou parcialmente pelo Estado
10. Ao longo dos últimos três anos, sentiu-se desencorajado na procura de financiamento?
- Sim. Porquê? _____
 - Não

C. INTERVENÇÕES APOIADAS PELO QREN (2007-2013)

11. Desenvolveu intervenções/iniciativas com o objetivo final de aumentar a Eficiência Energética que tenham sido apoiadas pelo QREN (2007-2013)?
- Sim
 - Não
12. Se sim, teria desenvolvido as intervenções/iniciativas caso não tivesse obtido apoio financeiro comunitário?
- Não teria desenvolvido o projeto.
 - Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto. Redução no valor de investimento em %: _
 - Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento.
 - Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio.
13. Se sim, quais os principais constrangimentos que sentiu no desenvolvimento das intervenções/iniciativas (indique uma ou mais opções da lista seguinte):
- Insuficiente maturidade financeira do projeto apresentado no momento da candidatura
 - Adaptação, posterior, nos orçamentos dos fornecedores, por morosidade no processo de instrução e aprovação
 - Dificuldade de acesso a crédito bancário
 - Falta de capacidade financeira (na componente não cofinanciada) para implementar o projeto
 - Redução dos orçamentos de investimento previstos inicialmente (em sede de candidatura)
 - Outros. Quais?: _____

D. INTERVENÇÕES A REALIZAR NO PRÓXIMO PERÍODO DE APOIO COMUNITÁRIO (2014-2020)

14. A sua empresa está interessada em implementar medidas de Eficiência Energética, com vista a reduzir o consumo de energia?
 Sim
 Não

15. Se sim, pretende candidatar-se a financiamento no novo período de apoio comunitário (2014-2020)?
 Sim
 Não

16. Classifique, em termos de relevância, os seguintes potenciais obstáculos de investimento/financiamento à implementação de projetos de Eficiência Energética (1. Nada Relevante; 5. Muito Relevante)

Potenciais Obstáculos à Implementação de Projetos de Eficiência Energética	1	2	3	4	5
Falta de capacidade financeira (recursos próprios) para implementar projetos de investimento					
Falta de conhecimento técnico para a definição de um projeto de implementação de medidas de eficiência energética					
Viabilidade económico-financeira do projeto					
Incerteza sobre os resultados do investimento (nível de retorno do investimento)					
Dificuldade de acesso a crédito bancário / disponibilidade do financiamento					
Custo do financiamento					
Maturidades do financiamento					
Situação financeira/limitações ao endividamento					
Outro. Qual? _____					

17. Que investimento(s) de promoção do aumento da Eficiência Energética no período 2014-2020, pensa realizar?
 Aquisição de equipamentos industriais mais eficientes e outros investimentos específicos aplicadas aos processos produtivos

Especifique: Investimentos tecnológicos em:

- Máquinas (e.g; mecanismos de comando elétrico, motores elétricos, ar comprimido, bombas);
- Processos de resfriamento e/ou recuperação de calor/utilização de calor residual;
- Equipamentos de medição, regulação, informação e controle;
- Aplicação de processos de membranas (indústria alimentar);
- Novos catalisadores (indústria química)
- Outros. Quais? _____

Projetos associados a empresas de serviços:

- Isolamento eficiente;
- Iluminação eficiente;
- Janela eficiente;
- Calor verde;
- Sistema de eficiência energética em edifícios de serviços;
- Equipamento solar térmico
- Sistemas de medição e monitorização de energia
- Sistemas de gestão de energia e de controlo de consumos (sensores, etc.)
- Outros. Quais? _____

Realização de:

- Auditorias energéticas (não obrigatórias no quadro legal vigente e apenas para operações concluídas)
- Planos de Racionalização dos Consumos de Energia
- Outros. Quais? _____

Sistemas de gestão de energia (empresas de transportes de mercadorias):

- Renovações de frotas de veículos de transporte de mercadorias para utilização de energias menos poluentes
- Conversões de frotas de veículos de transporte de mercadorias para utilização de energias menos poluentes

Tecnologias de produção de energia a partir de fontes renováveis para autoconsumo

Outro. Qual?: _____

18. Qual o montante estimado de investimento necessário? ____ €

19. Pensa recorrer a financiamento?
 Sim, no valor percentual do financiamento de: ____ %
 Não
20. Caso não obtenha o financiamento referido, realizará o investimento?
 Não desenvolverei o projeto.
 Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto. Redução no valor de investimento em %: ____
 Sim, mas com alterações: prazo mais alargado para a execução do projeto. Duração adicional em %: ____
 Sim, sem alterações, mas com adiamento da data de arranque do projeto em meses (n.º): ____
 Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento.
 Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio.
21. Quais as principais causas das dificuldades de obtenção de financiamento no mercado para os principais projetos de promoção do aumento da Eficiência Energética no período de 2014-2020 (indique uma ou mais opções da lista seguinte)?
 Capital próprio insuficiente
 Risco de mercado do projeto
 Maturidades inadequadas
 Custo inadequado
 Outra. Qual? _____

22. Como avalia a possibilidade de intervenção das ESE (modelo ESCO) para efetuar o financiamento, de modo a não se registar um endividamento da empresa (reduzindo o risco associado às tecnologias e soluções técnicas)? (1. Nada interessante; 5. Muito Interessante)

1	2	3	4	5

23. Considera haver um papel para os fundos comunitários na promoção de projetos de Eficiência Energética?
 Sim. Qual? _____
 Não

24. Avalie as seguintes fontes de financiamento com apoio público em termos do interesse para promover projetos de Eficiência Energética (1. Nada Eficaz; 5. Muito Eficaz)

Fontes de Financiamento	1	2	3	4	5
Subsídio a fundo perdido					
Subsídio reembolsável					
Outra. Qual? _____					

25. Numa situação de inexistência de subsídios/subvenções não reembolsáveis (fundo perdido), avalie as seguintes fontes de financiamento em termos da adequação para promover os projetos de Eficiência Energética que pretende desenvolver. (1. Nada Adequado; 5. Muito Adequado)

Fontes de Financiamento	1	2	3	4	5
Linhas de crédito					
Sistema de garantias para redução de riscos permitindo obtenção de crédito com custo e maturidades adequados					
Bonificação de juros					
Outra. Qual? _____					
Outra. Qual? _____					

26. Que valor acrescentado podem trazer os instrumentos financeiros para promover os projetos de Eficiência Energética que pretende desenvolver. (1. Nada Relevante; 5. Muito Relevante)

Dimensões	1	2	3	4	5
Custo do financiamento					
Condições e períodos de carência					
Custos ou comissões					
Outra. Qual? _____					
Outra. Qual? _____					

27. Conhece as soluções financeiras disponíveis para promover os projetos de Eficiência Energética que pretende desenvolver. (1. Total Desconhecimento; 5. Grande Conhecimento)

Dimensões	1	2	3	4	5
Subscrição de fundos de contragarantia a garantias prestadas por entidades especializadas na emissão de garantias					
Bonificação de taxa de juro de empréstimos a conceder por bancos comerciais					
Financiamento de empréstimos comerciais a outras entidades, mobilizando conjuntamente fundos comunitários com financiamento comercial					

28. Como vê a possibilidade de uma única instituição financeira ficar a gerir o instrumento financeiro que utiliza os fundos comunitários?

- Concordo. Porquê? _____
 Não Concordo.

29. Como vê a possibilidade de várias instituições financeiras poderem desenvolver soluções de financiamento tendo por base o uso de fundos comunitários, utilizando para isso um protocolo com a entidade gestora dos fundos comunitários?

- Concordo. Porquê? _____
 Não Concordo.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL E REGIONAL

GLOSSÁRIO

Eficiência Energética – Investimentos que resultem na utilização de menos energia, mantendo um nível equivalente de atividade ou de serviço económico.

Instrumento Financeiro (IF) – No contexto desta avaliação, são soluções de financiamento (reembolsáveis) apoiadas por fundos comunitários disponíveis para promover os projetos de Eficiência Energética.

Subsídio a Fundo Perdido – Apoio não reembolsável, ou seja, os montantes concedidos não tem de ser devolvidos.

Subsídio Reembolsável – Apoio concedido com o compromisso da sua devolução no fim do prazo contratado (sem ter correspondência a qualquer taxa de juro ou custos adicionais).

Empresa de Serviços de Energia (ESE) – Empresas que fornecem serviços de valor acrescentado ao nível da Eficiência Energética, sendo parceiras dos seus clientes, na medida em que assumem risco.

A. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1. Designação: _____

B. INTERVENÇÕES APOIADAS PELO QREN (2007-2013)

2. Desenvolveu intervenções/iniciativas com o objetivo final de aumentar a Eficiência Energética que tenham sido apoiadas pelo QREN (2007-2013)?
 Sim
 Não
3. Se sim, teria desenvolvido as intervenções/iniciativas, caso não tivesse obtido apoio financeiro comunitário?
 Não teria desenvolvido o projeto.
 Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto. Redução no valor de investimento em %: ____
 Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento.
 Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio.
4. Se sim, quais os principais constrangimentos que sentiu no desenvolvimento das intervenções/iniciativas (indique uma ou mais opções da lista seguinte):
 Redução dos orçamentos de investimento dos organismos da Administração Pública
 Legislação que limitou a autonomia da entidade em assumir compromissos ou contratos sem autorização prévia do Ministro de Estado e das Finanças
 Dificuldade de realizar intervenções plurianuais (garantir o cabimento orçamental no período de execução)
 Outros. Quais?: _____

C. INTERVENÇÕES A REALIZAR NO PRÓXIMO PERÍODO DE APOIO COMUNITÁRIO (2014-2020)

5. Tem intenção de realizar investimento (s) em Eficiência Energética no período 2014-2020?
 Sim
 Não
- Se sim, na identificação de medidas de eficiência energética passíveis de virem a ser implementadas;
Especifique:
 Realização de estudos prévios
 Realização de auditorias
 Outros. Quais? _____

Sim, na preparação de concursos públicos para contratos de gestão de eficiência energética com empresas de serviços energéticos, e outros concursos para aquisição de equipamentos e serviços de implementação de medidas de Eficiência Energética.

Especifique:

Preparação de informação necessária à elaboração dos cadernos de encargos e programas de procedimentos conducentes à celebração dos contratos de gestão de Eficiência Energética

Outros. Quais? _____

Sim, na implementação de contratos de gestão de eficiência energética em infraestruturas (Modelo ESCO), nomeadamente em edifícios e outros equipamentos de consumo muito elevado.

Sim, em ações de formação de Eficiência Energética para os colaboradores que utilizam o edifício ou equipamento.

Sim, em Investimento relativo à implementação das medidas de Eficiência Energética previstas nos Planos e Estudos (Planos de ação de Eficiência Energética)

Outro. Qual?: _____

6. Qual o montante estimado de investimento necessário? ____ €

7. Pensa recorrer a financiamento?

Sim, no valor percentual do financiamento de: ____ %

Não

8. Caso não obtenha o financiamento referido, realizará o investimento (indique uma ou mais opções da lista seguinte)?

Não desenvolverei o projeto.

Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto. Redução no valor de investimento em %: ____

Sim, mas com alterações: prazo mais alargado para a execução do projeto. Duração adicional em %: ____

Sim, sem alterações, mas com adiamento da data de arranque do projeto em meses (n.º): ____

Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento.

Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio (Orçamento de Estado /Regional).

9. Quais os fatores que se prevê que venham a condicionar a atuação da entidade durante o período 2014-2020 em termos de implementação de medidas de Eficiência Energética (indique uma ou mais opções da lista seguinte)?

Redução dos orçamentos de investimento dos organismos da Administração Pública

Risco do apoio dos fundos comunitários ser considerado dívida

A percentagem a fundo perdido ser inferior a 85%

Priorização de outros investimentos

Necessidade de apoio técnico na identificação de medidas de Eficiência Energética

Falta de celeridade na obtenção de autorização para a realização de investimento em medidas de Eficiência Energética

Risco de projeto de Eficiência Energética ser visto com um custo adicional e não como uma medida para redução de custos

Complexidade do Código dos Contratos Públicos

Dificuldade de planeamento de investimentos a curto/médio prazo, num quadro de incerteza contextual

Falta de conhecimento técnico sobre as soluções para suportar a decisão

Dificuldades no enquadramento legal dos contratos de gestão de eficiência energética com empresas de serviços energéticos (ESE)

Outro. Qual?: _____

10. Classifique, em termos de relevância, os seguintes potenciais obstáculos financeiros à implementação de projetos de Eficiência Energética (1. Nada Relevante; 5. Muito Relevante)

Potenciais Obstáculos à Implementação de Projetos de Eficiência Energética	1	2	3	4	5
Disponibilidade do financiamento					
Custo do financiamento					
Maturidades do financiamento					
Situação financeira					
Limitações ao endividamento					
Necessidade de fundos próprios					
Outro. Qual? _____					

11. Considera haver um papel para os fundos comunitários na promoção de projetos de Eficiência Energética?
 Sim. Qual? _____
 Não

12. Avalie as seguintes fontes de financiamento com apoio público em termos do interesse para promover projetos de Eficiência Energética (*1. Nada Eficaz; 5. Muito Eficaz*)

Fontes de Financiamento	1	2	3	4	5
Subsídio a fundo perdido					
Subsídio reembolsável					
Outra. Qual? _____					

13. Numa situação de inexistência de subsídios/subvenções não reembolsáveis (fundo perdido), avalie as seguintes fontes de financiamento em termos da adequação para promover os projetos de Eficiência Energética que pretende desenvolver. (*1. Nada Adequado; 5. Muito Adequado*)

Fontes de Financiamento	1	2	3	4	5
Linhas de crédito					
Sistema de garantias para redução de riscos permitindo obtenção de crédito com custo e maturidades adequados					
Bonificação de juros					
Outra. Qual? _____					
Outra. Qual? _____					

14. Que valor acrescentado podem trazer os instrumentos financeiros aos projetos de Eficiência Energética que pretende desenvolver. (*1. Nada Relevante; 5. Muito Relevante*)

Dimensões	1	2	3	4	5
Custo do financiamento					
Condições e períodos de carência					
Custos ou comissões					
Outra. Qual? _____					
Outra. Qual? _____					

15. Qual o *mix* de percentagem de fundos que considera adequado à implementação de projetos de Eficiência Energética? (o somatório tem de ser 100%)
 % capitais próprios (contrapartida nacional)
 % fundos comunitários através de subsídio a fundo perdido
 % fundos comunitários através de subsídio reembolsável

16. Como vê a partilha de poupanças obtidas com o instrumento financeiro/entidade gestora numa lógica de devolução de fundos comunitários?
 Concordo
 Não Concordo. Porquê? _____

17. Avalie em que medida reconhece os vários tipos de soluções financeiras disponíveis para promover os projetos de Eficiência Energética que pretende desenvolver. (*1. Total Desconhecimento; 5. Grande Conhecimento*)

Dimensões	1	2	3	4	5
Subscrição de fundos de contragarantia a garantias prestadas por entidades especializadas na emissão de garantias					
Bonificação de taxa de juro de empréstimos a conceder por bancos comerciais					
Financiamento de empréstimos comerciais a outras entidades, mobilizando conjuntamente fundos comunitários com financiamento comercial					

18. Como vê a possibilidade de uma única instituição financeira ficar a gerir o instrumento financeiro que utiliza os fundos comunitários?
 Concordo. Porquê? _____
 Não Concordo.

19. Como vê a possibilidade de várias instituições financeiras poderem desenvolver soluções de financiamento tendo por base o uso de fundos comunitários, utilizando para isso um protocolo com a entidade gestora dos fundos comunitários?
- Concordo. Porquê? _____
- Não Concordo.
20. Genericamente, quais os potenciais fatores de sucesso de futuras intervenções enquadradas no domínio da Eficiência Energética (indique uma ou mais opções da lista seguinte:
- Maior propensão e sensibilidade para a aposta na Eficiência Energética
- Atribuição de fundos comunitários a fundo perdido
- Aumento dos orçamentos de investimento dos organismos da Administração Pública
- Maior autonomia da entidade em assumir compromissos ou contratos
- Menor complexidade/exigência das Regras da Contratação Pública
- Possibilidade de desenvolver contratos de gestão de eficiência energética (Modelo ESCO)
- Outros. Quais?: _____

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

GLOSSÁRIO

Eficiência Energética – Investimentos que resultem na utilização de menos energia, mantendo um nível equivalente de atividade ou de serviço económico.

Instrumento Financeiro (IF) – No contexto desta avaliação, são soluções de financiamento (reembolsáveis) apoiadas por fundos comunitários disponíveis para promover os projetos de Eficiência Energética.

Subsídio a Fundo Perdido – Apoio não reembolsável, ou seja, os montantes concedidos não tem de ser devolvidos.

Subsídio Reembolsável – Apoio concedido com o compromisso da sua devolução no fim do prazo contratado (sem ter correspondência a qualquer taxa de juro ou custos adicionais).

Empresa de Serviços de Energia (ESE) – Empresas que fornecem serviços de valor acrescentado ao nível da eficiência energética, sendo parceiras dos seus clientes, na medida em que assumem risco.

A. IDENTIFICAÇÃO

1. Designação: _____

B. INTERVENÇÕES APOIADAS PELO QREN (2007-2013)

2. Desenvolveu intervenções/iniciativas com o objetivo final de aumentar a Eficiência Energética que tenham sido apoiadas pelo QREN (2007-2013)?

Sim

Não

3. Se sim, teria desenvolvido as intervenções/iniciativas caso não tivesse obtido apoio financeiro comunitário?

Não teria desenvolvido o projeto.

Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto. Redução no valor de investimento em %: ____

Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento.

Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio.

4. Se sim, quais os principais constrangimentos que sentiu no desenvolvimento das intervenções/iniciativas: (indique uma ou mais opções da lista seguinte)

Redução dos orçamentos de investimento municipal

Adaptação, posterior, nos orçamentos dos fornecedores, por morosidade no processo de instrução e aprovação

Outros. Quais?: _____

C. INTERVENÇÕES A REALIZAR NO PRÓXIMO PERÍODO DE APOIO COMUNITÁRIO (2014-2020)

5. Tem intenção de realizar investimento (s) em Eficiência Energética no período 2014-2020?

Sim

Não

6. Se sim, investimento(s) ...(*indique uma ou mais opções da lista seguinte*)
- na identificação e medidas de Eficiência Energética passíveis de virem a ser implementadas
 - Realização de estudos prévios
 - Realização de auditorias
 - Outros. Quais? _____
 - na preparação de concursos públicos para contratos de gestão de Eficiência Energética com empresas de serviços energéticos (ESE), e outros concursos para aquisição de equipamentos e serviços de implementação de medidas de Eficiência Energética.
 - Preparação de informação necessária à elaboração dos cadernos de encargos e programas de procedimentos conducentes à celebração dos contratos de gestão de eficiência energética
 - Outros. Quais? _____
 - na implementação de contratos de gestão de Eficiência Energética em infraestruturas (modelo ESCO), nomeadamente em edifícios e outros equipamentos de consumo muito elevado.
 - na aquisição e instalação de sistemas eco eficientes de iluminação pública.
 - na reabilitação energética dos edifícios e equipamentos da Administração Local e Sub-regional
 - integração de água quente solar;
 - melhoria dos sistemas de iluminação
 - incorporação de mecanismos de "Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado"
 - incorporação de microgeração;
 - isolamento térmico dos edifícios através de intervenções em fachadas e coberturas.
 - na criação de redes urbanas de energia térmica (desde que exclusivamente dirigidas ao abastecimento de clusters de edifícios públicos maiores consumidores de calor e de frio)
 - Outro. Qual? _____
7. Qual o montante estimado de investimento necessário? _____ €
8. Pensa recorrer a financiamento?
- Sim, no valor percentual do financiamento de: _____ %
 - Não
9. Caso não obtenha o financiamento referido, realizará o investimento? (*Indique uma ou mais opções da lista seguinte*)
- Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto. Redução no valor de investimento em %: _____
 - Sim, mas com alterações: prazo mais alargado para a execução do projeto. Duração adicional em %: _____
 - Sim, sem alterações, mas com adiamento da data de arranque do projeto em meses (n.º): _____
 - Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento.
 - Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento municipal
 - Não desenvolverei o projeto.
10. Quais os fatores que se prevê que venham a condicionar a atuação da entidade durante o período 2014-2020 em termos de implementação de medidas de Eficiência Energética? (*Indique uma ou mais opções da lista seguinte*)
- Redução dos orçamentos de investimento dos organismos da Administração Pública
 - Risco do apoio dos fundos comunitários ser considerado dívida
 - A percentagem a fundo perdido ser inferior a 85%
 - Necessidade de apoio técnico na identificação de medidas de Eficiência Energética
 - Falta de celeridade na obtenção de autorização para a realização de investimento em medidas de Eficiência Energética
 - Risco de projeto de Eficiência Energética ser visto com um custo adicional e não como uma medida para redução de custos
 - Complexidade do Código dos Contratos Públicos
 - Dificuldade de planeamento de investimentos a curto/médio prazo, num quadro de incerteza contextual
 - Outro. Qual?: _____

11. Classifique em termos de relevância os seguintes potenciais obstáculos de financiamento à implementação de projetos de Eficiência Energética (*1. Nada Relevante; 5. Muito Relevante*)

Potenciais Obstáculos à Implementação de Projetos de Eficiência Energética	1	2	3	4	5
Disponibilidade do financiamento					
Custo do financiamento					
Maturidades do financiamento					
Situação financeira					
Limitações ao endividamento					
Necessidade de fundos próprios					
Outro. Qual? _____					

12. Considera haver um papel para os fundos comunitários na promoção de projetos de Eficiência Energética?

- Sim. Qual? _____
 Não

13. Avalie as seguintes fontes de financiamento com apoio público em termos do interesse para promover projetos de Eficiência Energética (*1. Nada Eficaz; 5. Muito Eficaz*)

Fontes de Financiamento	1	2	3	4	5
Subsídio a fundo perdido					
Subsídio reembolsável					
Outra. Qual? _____					

14. Numa situação de inexistência de subsídios/subvenções não reembolsáveis, avalie as seguintes fontes de financiamento em termos da adequação para promover os projetos de Eficiência Energética que pretende desenvolver. (*1. Nada Adequado; 5. Muito Adequado*)

Fontes de Financiamento	1	2	3	4	5
Linhas de crédito					
Sistema de garantias para redução de riscos permitindo obtenção de crédito com custo e maturidades adequados					
Bonificação de juros					
Outra. Qual? _____					
Outra. Qual? _____					

15. Que valor acrescentado podem trazer os instrumentos financeiros para promover os projetos de Eficiência Energética que pretende desenvolver. (*1. Nada Relevante; 5. Muito Relevante*)

Dimensões	1	2	3	4	5
Custo do financiamento					
Condições e períodos de carência					
Custos ou comissões					
Outra. Qual? _____					
Outra. Qual? _____					

16. Qual o *mix* de percentagem de fundos que considera adequado à implementação de projetos de Eficiência Energética? (o somatório tem de ser 100%)

- % capitais próprios (contrapartida nacional)
 % fundos comunitários através de subsídio a fundo perdido
 % fundos comunitários através de subsídio reembolsável

17. Como vê a partilha de poupanças obtidas com o instrumento financeiro/entidade gestora numa lógica de devolução de fundos comunitários?

- Concordo
 Não Concordo. Porquê? _____

18. Avalie em que medida reconhece os vários tipos de soluções financeiras disponíveis para promover os projetos de Eficiência Energética que pretende desenvolver. (1. Total Desconhecimento; 5. Grande Conhecimento)

Dimensões	1	2	3	4	5
Subscrição de fundos de contragarantia a garantias prestadas por entidades especializadas na emissão de garantias					
Bonificação de taxa de juro de empréstimos a conceder por bancos comerciais					
Financiamento de empréstimos comerciais a outras entidades, mobilizando conjuntamente fundos comunitários com financiamento comercial					

19. Como vê a possibilidade de uma única instituição financeira ficar a gerir o Instrumento Financeiro que utiliza os fundos comunitários?

- Concordo. Porquê? _____
 Não Concordo.

20. Como vê a possibilidade de várias instituições financeiras poderem desenvolver soluções de financiamento tendo por base o uso de fundos comunitários, utilizando para isso um protocolo com a entidade gestora dos fundos comunitários?

- Concordo. Porquê? _____
 Não Concordo.

21. Genericamente, quais os potenciais fatores de sucesso de futuras intervenções enquadradas no domínio da Eficiência Energética:

- Maior conhecimento dos custos energéticos (iluminação pública) e da sua relevância no quadro das despesas municipais.
 Maior propensão e sensibilidade para a aposta na eficiência energética.
 Atribuição de fundos comunitários a fundo perdido.
 Aumento dos orçamentos de investimento municipal.
 Menor complexidade/exigência das Regras da Contratação Pública.
 Possibilidade de desenvolver contratos de gestão de eficiência energética (Modelo ESCO).
 Outros. Quais?: _____

EMPRESAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS (AÇORES)

GLOSSÁRIO

Eficiência Energética – Investimentos que resultem na utilização de menos energia, mantendo um nível equivalente de atividade ou de serviço económico.

Instrumento Financeiro (IF) – No contexto desta avaliação, são soluções de financiamento (reembolsáveis) apoiadas por fundos comunitários disponíveis para promover os projetos de Eficiência Energética.

Instituição Financeira – Instituições de crédito (bancos comerciais).

Subsídio a Fundo Perdido – Apoio não reembolsável, ou seja, os montantes concedidos não tem de ser devolvidos.

Subsídio Reembolsável – Apoio concedido com o compromisso da sua devolução no fim do prazo contratado (sem ter correspondência a qualquer taxa de juro ou custos adicionais).

Empresa de Serviços de Energia (ESE) – Empresas que fornecem serviços de valor acrescentado ao nível da eficiência energética, sendo parceiras dos seus clientes, na medida em que assumem risco.

A. IDENTIFICAÇÃO

1. Designação: _____

B. FINANCIAMENTO DA EMPRESA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

2. Ao longo dos últimos três anos, a sua empresa recorreu a financiamento?
 Sim
 Não
3. A que fontes de financiamento a sua empresa recorreu? (Indique uma ou mais opções da lista seguinte)
 Empréstimos de curto prazo, descoberto bancário e linhas de crédito
 Empréstimos de médio e longo prazo
 Subsídios governamentais
 Empréstimos apoiados (via bancos comerciais – exemplo: empréstimos com taxas de juro bonificadas)
 Outros. Quais? _____
4. Qual o montante de financiamento que a empresa procurou obter nos últimos três anos (aproximado)? ____ euros
5. Qual o montante de financiamento que a empresa conseguiu obter nos últimos três anos (aproximado)? ____ euros
6. A que tipo de apoios/produtos financeiros recorreu nos últimos três anos (1. Nenhuma vez; 5. Sempre)

Apoios/produtos financeiros	1	2	3	4	5
Empréstimos de curto prazo, descobertos bancários e linhas de crédito					
Empréstimos de médio e longo prazo					
<i>Leasing</i>					
<i>Factoring</i>					
Empréstimos apoiados/subsidiados					
Subsídios do Governo Regional					
Fundos Comunitários					

7. Ao longo dos últimos três anos, que garantias prestou nos seus empréstimos?
 Não aplicável: a nossa empresa não usou empréstimos nem prestou garantias nos últimos três anos
 Parceiros de negócio
 Esquemas de garantia mútua
 Outros esquemas de garantia financiados integral ou parcialmente pelo Governo Regional
 Instituições financeiras

8. Ao longo dos últimos três anos, sentiu-se desencorajado na procura de financiamento?
 Sim. Porquê? _____
 Não

B. INTERVENÇÕES APOIADAS PELO QREN (2007-2013)

9. Desenvolveu intervenções/iniciativas com o objetivo final de aumentar a Eficiência Energética que tenham sido apoiadas pelo QREN/PROCONVERGÊNCIA (2007-2013)?
 Sim
 Não
10. Se sim, teria desenvolvido as intervenções/iniciativas caso não tivesse obtido apoio financeiro comunitário?
 Não teria desenvolvido o projeto.
 Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto. Redução no valor de investimento em %: ____
 Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento.
 Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio.
11. Se sim, quais os principais constrangimentos que sentiu no desenvolvimento das intervenções/iniciativas:
 Insuficiente maturidade financeira do projeto apresentado no momento da candidatura
 Adaptação, posterior, nos orçamentos dos fornecedores, por morosidade no processo de instrução e aprovação
 Dificuldade de acesso a crédito bancário
 Falta de capacidade financeira (na componente não cofinanciada) para implementar o projeto
 Redução dos orçamentos de investimento previstos inicialmente (em sede de candidatura)
 Outros. Quais?: _____

D. INTERVENÇÕES A REALIZAR NO PRÓXIMO PERÍODO DE APOIO COMUNITÁRIO (2014-2020)

12. A sua empresa está interessada em implementar medidas de Eficiência Energética, com vista a reduzir o consumo de energia?
 Sim
 Não
13. Classifique, em termos de relevância, os seguintes potenciais obstáculos de investimento/financiamento à implementação de projetos de Eficiência Energética (1. Nada Relevante; 5. Muito Relevante)

Potenciais Obstáculos à Implementação de Projetos de Eficiência Energética	1	2	3	4	5
Falta de capacidade financeira (recursos próprios) para implementar projetos de investimento					
Falta de conhecimento técnico para a definição de um projeto de implementação de medidas de eficiência energética					
Viabilidade económico-financeira do projeto					
Nível de retorno do investimento					
Dificuldade de acesso a crédito bancário / disponibilidade do financiamento					
Custo do financiamento					
Maturidades do financiamento					
Situação financeira/limitações ao endividamento					
Outro. Qual? _____					

14. Qual(is) o(s) investimento(s) de promoção da Mobilidade Sustentável/Eficiência Energética no período 2014-2020, que pretende realizar?
 Substituição de veículos "convencionais" dotados de motores de combustão interna assentes em combustíveis fósseis, por veículos ecologicamente avançados ou menos poluentes.
 Especifique:
 veículos híbridos
 veículos a gás
 Outro. Qual?: _____
15. Qual o montante estimado de investimento necessário? ____ €

16. Pensa recorrer a financiamento?

- Sim, no valor percentual do financiamento de: ____ %
 Não

17. Caso não obtenha o financiamento referido, realizará o investimento?

- Não desenvolverei o projeto.
 Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto. Redução no valor de investimento em %:
 Sim, mas com alterações: prazo mais alargado para a execução do projeto. Duração adicional em %: __
 Sim, sem alterações, mas com adiamento da data de arranque do projeto em meses (n.º): _____
 Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento.
 Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio.

18. Considera haver um papel para os fundos comunitários na promoção de projetos de Eficiência Energética?

- Sim. Qual? _____
 Não

19. Avalie as seguintes fontes de financiamento com apoio público em termos do interesse para promover projetos de Eficiência Energética (1. *Nada Eficaz*; 5. *Muito Eficaz*)

Fontes de Financiamento	1	2	3	4	5
Subsídio a fundo perdido					
Subsídio reembolsável					
Outra. Qual? _____					

20. Numa situação de inexistência de subsídios/subvenções não reembolsáveis, avalie as seguintes fontes de financiamento em termos da adequação para promover os projetos de Eficiência Energética que pretende desenvolver. (1. *Nada Adequado*; 5. *Muito Adequado*)

Fontes de Financiamento	1	2	3	4	5
Linhas de crédito					
Sistema de garantias para redução de riscos permitindo obtenção de crédito com custo e maturidades adequados					
Bonificação de juros					
Outra. Qual? _____					
Outra. Qual? _____					

21. Que valor acrescentado podem trazer os Instrumentos Financeiros para promover os projetos de Eficiência Energética que pretende desenvolver. (1. *Nada Relevante*; 5. *Muito Relevante*)

Dimensões	1	2	3	4	5
Custo do financiamento					
Condições e períodos de carência					
Custos ou comissões					
Outra. Qual? _____					
Outra. Qual? _____					

22. Avalie em que medida reconhece os vários tipos de soluções financeiras disponíveis para promover os projetos de Eficiência Energética que pretende desenvolver. (1. *Total Desconhecimento*; 5. *Grande Conhecimento*)

Dimensões	1	2	3	4	5
Subscrição de fundos de contragarantia a garantias prestadas por entidades especializadas na emissão de garantias					
Bonificação de taxa de juro de empréstimos a conceder por bancos comerciais					
Financiamento de empréstimos comerciais a outras entidades, mobilizando conjuntamente fundos comunitários com financiamento comercial					

23. Como vê a possibilidade de uma única instituição financeira ficar a gerir o Instrumento Financeiro que utiliza os fundos comunitários?

- Concordo. Porquê? _____
 Não Concordo.

24. Como vê a possibilidade de várias instituições financeiras poderem desenvolver soluções de financiamento tendo por base o uso de fundos comunitários, utilizando para isso um protocolo com a entidade gestora dos fundos comunitários?
- Concordo. Porquê? _____
- Não Concordo.
25. Gericamente, quais os potenciais fatores de sucesso de futuras intervenções enquadradas no domínio da Mobilidade Sustentável/Eficiência Energética (indique uma ou mais opções da lista seguinte):
- Existência de um mecanismo facilitador de acesso a financiamento
- Disponibilização de melhores condições de financiamento relativamente à atual oferta bancária (menores taxas de juro, *spreads* mais reduzidos, prazos mais alargados de pagamento,...)
- Simplificação de procedimentos de acesso e fácil interpretação da regulamentação associada ao IF
- Acréscimo dos custos energéticos e, conseqüentemente, maior propensão para a aposta na Mobilidade Sustentável/Eficiência Energética
- Menor complexidade/exigência das Regras da Contratação Pública
- Ampla divulgação e realização de campanhas de sensibilização para as oportunidades de financiamento existentes.
- Ampla divulgação de casos de sucesso e de boas praticas, associadas à redução dos custos energéticos, por via de intervenções em Mobilidade Sustentável/Eficiência Energética.
- Outros. Quais?: _____
26. Gericamente, quais os potenciais fatores de estrangulamento de futuras intervenções enquadradas no domínio da Mobilidade Sustentável/Eficiência Energética (indique uma ou mais opções da lista seguinte):
- Dificuldade de planeamento de futuros investimentos, num quadro de incerteza contextual.
- Redução dos orçamentos de investimento da entidade.
- Dificuldade de acesso ao crédito, na ausência de um instrumento financeiro com condições vantajosas.
- Restrições excessivas e complexidade no acesso ao instrumento financeiro.
- Desadequação das tipologias de ação previstas.
- Priorização de outros investimentos.
- Outros. Quais?: _____

ESE

GLOSSÁRIO

Instrumento Financeiro (IF) – No contexto desta avaliação, são soluções de financiamento (reembolsáveis) apoiadas por fundos comunitários disponíveis para promover os projetos de Eficiência Energética.

Subsídio a Fundo Perdido – Apoio não reembolsável, ou seja, os montantes concedidos não têm de ser devolvidos.

Subsídio Reembolsável – Apoio concedido com o compromisso da sua devolução no fim do prazo contratado (sem ter correspondência a qualquer taxa de juro ou custos adicionais).

A. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1. Designação da ESE: _____

B. INTERVENÇÕES A REALIZAR NO PRÓXIMO PERÍODO DE APOIO COMUNITÁRIO (2014-2020)

2. Quantifique, em termos de nível de grandeza indicativa, a procura que considera existir para financiamento de projetos de Eficiência Energética _____ €

3. Classifique, em termos de relevância, os seguintes potenciais obstáculos à implementação de projetos de Eficiência Energética (*1. Nada Relevante; 5. Muito Relevante*)

Potenciais Obstáculos à Implementação de Projetos de Eficiência Energética	1	2	3	4	5
Nível de retorno do investimento					
Disponibilidade de financiamento					
Custo do financiamento					
Maturidades do financiamento					
Situação financeira da entidade ou empresa/limitações ao endividamento					
Conhecimento técnico					
Contratação de ESE para diagnóstico inicial					
Outro. Qual? _____					

4. Quais as principais causas das dificuldades de obtenção de financiamento no mercado para os principais projetos de promoção do aumento da Eficiência Energética no período de 2014-2020 (indique uma ou mais opções da lista seguinte)?

- Capital próprio insuficiente
- Risco de mercado do projeto
- Maturidades inadequadas
- Custo inadequado
- Outra. Qual? _____

5. Considera haver um papel para os fundos comunitários na promoção de projetos de Eficiência Energética?

- Sim. Qual? _____
- Não

6. Considera haver espaço para criar Instrumentos Financeiros (IF) com apoios públicos para promover projetos de Eficiência Energética?

- Sim. Porquê? _____
- Não

7. Considera haver vantagens em criar Instrumentos Financeiros (IF) com apoios públicos para promover projetos de Eficiência Energética?

- Sim. Quais? _____
- Não

8. Avalie as seguintes fontes de financiamento com apoio público em termos do interesse para promover projetos de Eficiência Energética (1. Nada Eficaz; 5. Muito Eficaz)

Fontes de Financiamento	1	2	3	4	5
Subsídio a fundo perdido					
Subsídio reembolsável					
Outra. Qual? _____					

9. Numa situação de inexistência de subsídios/subvenções não reembolsáveis, avalie as seguintes fontes de financiamento em termos da adequação para promover os projetos de Eficiência Energética que pretende desenvolver. (1. Nada Adequado; 5. Muito Adequado)

Fontes de Financiamento	1	2	3	4	5
Linhas de crédito					
Sistema de garantias para redução de riscos permitindo obtenção de crédito com custo e maturidades adequados					
Bonificação de juros					
Outra. Qual? _____					
Outra. Qual? _____					

10. Que valor acrescentado podem trazer os instrumentos financeiros para promover os projetos de Eficiência Energética. (1. Nada Relevante; 5. Muito Relevante)

Dimensões	1	2	3	4	5
Custo do financiamento					
Condições e períodos de carência					
Custos ou comissões					
Outra. Qual? _____					
Outra. Qual? _____					

11. Encontra-se disponível para desenvolver parcerias visando a promoção do aumento da Eficiência Energética no período 2014-2020 através de IF (indique uma ou mais opções da lista seguinte)?

- Sim, com entidades gestoras de instrumentos financeiros
 Sim, com empresas (modelo ESCO)
 Sim, com organismos da administração central do Estado (modelo ESCO)
 Sim, com organismos da administração local do Estado (modelo ESCO)
 Sim, com IPSS (modelo ESCO)
 Sim. Outros. Especifique: _____
 Não

12. Por cada euro com fundos comunitários, quantos euros mobilizaria para implementar projetos de Eficiência Energética em parceria através de IF? _____ €

13. Em termos regionais, qual o interesse em participar /desenvolver parcerias (1. Nada Interessado; 5. Muito Interessado)

NUTS II	1	2	3	4	5
Norte					
Centro					
Lisboa					
Alentejo					
Algarve					
R.A. Madeira					
R.A. Açores					

14. Qual o modelo de financiamento mais adequado para implementar projetos de Eficiência Energética em parceria através de IF?

Modelo de Financiamento	Tipologia de Destinatário	Empresas	Organismos da administração central e regional do Estado	Organismos da administração local do Estado	IPSS
<i>Shared Savings</i>					
<i>Guaranteed Savings</i>					
Outro. Qual? _____					

15. Como vê a possibilidade de uma única instituição financeira ficar a gerir o instrumento financeiro que utiliza os fundos comunitários?

- Concordo. Porquê? _____
- Não Concordo.

16. Como vê a possibilidade de várias instituições financeiras poderem desenvolver soluções de financiamento tendo por base o uso de fundos comunitários, utilizando para isso um protocolo com a entidade gestora dos fundos comunitários?

- Concordo. Porquê? _____
- Não Concordo.

ENTIDADES GESTORAS DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

GLOSSÁRIO

Instrumento Financeiro (IF) – No contexto desta avaliação, são soluções de financiamento (reembolsáveis) apoiadas por fundos comunitários disponíveis para promover os projetos de Gestão Eficiente da Água.

Subsídio a Fundo Perdido – Apoio não reembolsável, ou seja, os montantes concedidos não tem de ser devolvidos.

Subsídio Reembolsável – Apoio concedido com o compromisso da sua devolução no fim do prazo contratado (sem ter correspondência a qualquer taxa de juro ou custos adicionais).

A. IDENTIFICAÇÃO

1. Designação: _____
2. Concelho: _____

B. INTERVENÇÕES APOIADAS PELO QREN (2007-2013)

3. Desenvolveu intervenções/iniciativas com o objetivo final de aumentar/melhorar o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais que tenham sido apoiadas pelo QREN (2007-2013)?
 Sim
 Não
4. Se sim, teria desenvolvido as intervenções/iniciativas caso não tivesse obtido apoio financeiro comunitário? (indique uma ou mais opções da lista seguinte)
 Não teria desenvolvido o projeto.
 Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto. Redução no valor de investimento em %:____
 Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio.
 Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes/fundos de financiamento.
5. Se sim, quais os principais constrangimentos que sentiu no desenvolvimento das intervenções/iniciativas? (indique uma ou mais opções da lista seguinte)
 Redução dos orçamentos de investimento da entidade
 Dificuldade de realizar intervenções plurianuais (garantir o cabimento orçamental no período de execução)
 Outros. Quais?: _____

C. INTERVENÇÕES A REALIZAR NO PRÓXIMO PERÍODO DE APOIO COMUNITÁRIO (2014-2020)

6. Tem intenção de realizar investimento (s) na otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes (ciclo urbano da água) e na otimização e gestão eficiente dos recursos hídricos no período 2014-2020?
 Sim
 Não
7. Se sim, na melhoria das massas de água.
Especifique:
 Estudos e ações para estabelecimento de caudais ecológicos;
 Ações tendo em vista o reforço da monitorização das massas de água;
 Desenvolvimento e aplicação de modelos de gestão dos recursos hídricos para melhor alocação de água face aos usos;
 Operações de reabilitação e/ou renaturalização de linhas de água com vista a melhoria do estado hidromorfológico das massas de água.

8. Se sim, numa melhor otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes (Abastecimento de Água).
Especifique:
- Investimentos com vista o controlo e redução de perdas nos sistemas de distribuição e adução de água;
 - Renovação de redes de abastecimento de água após uma análise custo-benefício;
 - Aumento da capacidade de condutas com vista a melhoria dos serviços prestados aos utentes;
 - Intervenções de reforço ou melhoria funcional de sistemas de abastecimento de água, com vista ao aumento da sua robustez e resiliência;
 - Fecho de sistemas de abastecimento de água com vista a otimização da utilização da capacidade instalada e da adesão ao serviço, através da execução de ligações entre os sistemas em alta e os sistemas em baixa e da extensão do serviço a populações ainda não abastecidas na área de influência dos sistemas;
 - Investimentos com vista à melhoria da qualidade de água fornecida em zonas ainda com problemas;
 - Implementação de sistemas adequados de gestão de lamas de ETA;
 - Investimentos com vista à obtenção de informação que permita uma gestão eficiente dos serviços.
9. Se sim, numa melhor otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes (Saneamento de Águas Residuais).
Especifique:
- Investimentos com vista a redução da poluição urbana nas massas de água;
 - Reabilitação dos sistemas de drenagem de águas residuais, com especial enfoque na redução e controle de infiltrações e afluência de águas pluviais aos sistemas públicos de drenagens de águas residuais e aumento da capacidade de coletores/emissários com vista a redução da ocorrência de colapsos e de inundações;
 - Renovação dos sistemas de drenagem de águas residuais após uma análise custo-benefício;
 - Implementação de sistemas adequados de gestão de lamas de ETAR;
 - Fecho de sistemas de saneamento de águas residuais com vista à otimização da utilização da capacidade instalada e da adesão ao serviço;
 - Intervenções de reforço ou melhoria funcional de sistemas de saneamento, com vista ao aumento da sua robustez e resiliência;
 - Investimentos necessários à reutilização de águas residuais tratadas;
 - Investimentos com vista à obtenção de informação que permita uma gestão eficiente dos serviços.
10. Outro. Qual?: _____
11. Qual o montante estimado de investimento necessário? _____ €
12. Pensa recorrer a financiamento?
 Sim, no valor percentual do financiamento de: _____ %
 Não
13. Caso não obtenha o financiamento referido, realizará o investimento?
 Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto. Redução no valor de investimento em %:
 Sim, mas com alterações: prazo mais alargado para a execução do projeto. Duração adicional em %: _
 Sim, sem alterações, mas com adiamento da data de arranque do projeto em meses (n.º): _____
 Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento.
 Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio.
 Não desenvolverei o projeto.
14. Quais os fatores que se prevê que venham a condicionar a atuação da entidade durante o período 2014-2020? (indique uma ou mais opções da lista seguinte)
 Redução dos orçamentos de investimento da entidade.
 Risco do apoio dos fundos comunitários ser considerado dívida
 A percentagem a fundo perdido ser inferior a 85%
 A priorização de outros investimentos
 Complexidade do Código dos Contratos Públicos (quando aplicável)
 Dificuldade de planeamento de investimentos a curto/médio prazo, num quadro de incerteza contextual.
 Outro. Qual?: _____

15. Classifique em termos de relevância os seguintes potenciais obstáculos de financiamento à implementação de projetos para aumentar/melhorar o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais (1. Nada Relevante; 5. Muito Relevante)

Potenciais Obstáculos à Implementação de Projetos de Eficiência Energética	1	2	3	4	5
Disponibilidade do financiamento					
Custo do financiamento					
Maturidades do financiamento					
Situação financeira/limitações ao endividamento					
Outro. Qual? _____					

16. Considera haver um papel para os fundos comunitários na promoção de projetos de abastecimento de água e o saneamento de águas residuais?

Sim. Qual? _____

Não

17. Avalie as seguintes fontes de financiamento com apoio público em termos do interesse para promover projetos de abastecimento de água e o saneamento de águas residuais (1. Nada Eficaz; 5. Muito Eficaz)

Fontes de Financiamento	1	2	3	4	5
Subsídio a fundo perdido					
Subsídio reembolsável					
Outra. Qual? _____					

18. Numa situação de inexistência de subsídios/subvenções não reembolsáveis, avalie as seguintes fontes de financiamento em termos da adequação para promover os projetos de abastecimento de água e o saneamento de águas residuais que pretende desenvolver. (1. Nada Adequado; 5. Muito Adequado)

Fontes de Financiamento	1	2	3	4	5
Linhas de crédito					
Sistema de garantias para redução de riscos permitindo obtenção de crédito com custo e maturidades adequados					
Bonificação de juros					
Outra. Qual? _____					
Outra. Qual? _____					

19. Que valor acrescentado podem trazer os instrumentos financeiros para promover os projetos de abastecimento de água e o saneamento de águas residuais que pretende desenvolver. (1. Nada Relevante; 5. Muito Relevante)

Dimensões	1	2	3	4	5
Custo do financiamento					
Condições e períodos de carência					
Custos ou comissões					
Outra. Qual? _____					
Outra. Qual? _____					

20. Qual o mix de percentagem de fundos que considera adequado à implementação de projetos de abastecimento de água e o saneamento de águas residuais? (o somatório tem de ser 100%)

% capitais próprios (contrapartida nacional)

% fundos comunitários através de subsídio a fundo perdido

% fundos comunitários através de subsídio reembolsável

21. Avalie em que medida reconhece os vários tipos de instrumentos financeiros disponíveis para promover os projetos de abastecimento de água e o saneamento de águas residuais que pretende desenvolver. (1. Total Desconhecimento; 5. Grande Conhecimento)

Dimensões	1	2	3	4	5
Subscrição de fundos de contragarantia a garantias prestadas por entidades especializadas na emissão de garantias					
Bonificação de taxa de juro de empréstimos a conceder por bancos comerciais					
Financiamento de empréstimos comerciais a outras entidades, mobilizando conjuntamente fundos comunitários com financiamento comercial					

22. Como vê a possibilidade de uma única instituição financeira ficar a gerir o Instrumento Financeiro que utiliza os fundos comunitários?

Concordo. Porquê? _____
 Não Concordo.

23. Como vê a possibilidade de várias instituições financeiras poderem desenvolver soluções de financiamento tendo por base o uso de fundos comunitários, utilizando para isso um protocolo com a entidade gestora dos fundos comunitários?

Concordo. Porquê? _____
 Não Concordo.

24. Genericamente, quais os potenciais fatores de sucesso de futuras intervenções enquadradas no domínio da otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes (ciclo urbano da água) e da otimização e gestão eficiente dos recursos hídricos: (indique uma ou mais opções da lista seguinte)

- Existência de um mecanismo facilitador de acesso a financiamento
- Disponibilização de melhores condições de financiamento relativamente à atual oferta bancária (menores taxas de juro, *spreads* mais reduzidos, prazos mais alargados de pagamento,...)
- Simplificação de procedimentos de acesso e fácil interpretação da regulamentação associada ao IF
- Aumento dos orçamentos de investimento da entidade.
- Redução de custos, com reflexo na diminuição da fatura das famílias e empresas.
- Atribuição de fundos comunitários a fundo perdido
- Maior adesão das populações/empresas às Redes/Sistemas.
- Outros. Quais? _____

2.5. Sessões Focus Group

Quadro 16. Sessão Focus Group: Eficiência Energética - Entidades Convidadas (Lote 3)

Entidade Convidadas
1. ADENE - Agência para a Energia
2. AEP - Associação Empresarial Portuguesa
3. ANMP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses
4. ANP - Associação Nacional de Proprietários
5. APB - Associação Portuguesa de Bancos
6. APESENERGIA - Associação Portuguesa de Empresas de Serviços de Energia
7. BPI - Banco Português de Investimento
8. Camões IP - Instituto da Cooperação e da Língua (Ministério dos Negócios Estrangeiros)
9. CGD - Caixa Geral de Depósitos
10. CGRIG - Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (Ministério da Presidência e dos Assuntos Parlamentares)
11. DGAEP - Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (Ministério das Finanças)
12. DGEE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (Ministério da Educação e Ciência)
13. DGEG - Direção Geral de Energia e Geologia
14. DGIE - Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos (Ministério da Administração Interna)
15. DGRNSSM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (Ministério da Agricultura e do Mar)
16. DGRSP - Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (Ministério da Justiça)
17. DRCIE - Direção Regional do Comércio, Indústria e Energia (Madeira)
18. DREn - Direção Regional de Energia da Região Autónoma dos Açores
19. Equipa responsável elaboração dos IF: Eficiência Energética (Dr. Carlos de Almeida)
20. Equipa responsável elaboração dos IF: Gestão Eficiente das Águas (Dra. Helena Freixinho)
21. ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
22. IDN - Instituto de Defesa Nacional (Ministério da Defesa Nacional)
23. IGMSS - Inspeção-Geral do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)
24. IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
25. IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (Ministério da Economia)
26. INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P. (Ministério da Saúde)

Fonte: Equipa Técnica (2015)

Quadro 17. Sessão *Focus Group*: Gestão Eficiente das Águas - Entidades Convidadas (Lote 3)

Entidade Convidadas
1. ADRA - Águas da Região de Aveiro
2. Águas de Cascais
3. Águas do Centro Alentejo
4. Águas do Mondego
5. Águas do Planalto
6. AMP - Área Metropolitana do Porto
7. AMRAA - Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores
8. AMRAM - Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira
9. ANMP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses
10. APA - Agência Portuguesa do Ambiente
11. BPI - Banco Português de Investimento
12. CGD - Caixa Geral de Depósitos
13. CIMA - Comunidade Intermunicipal do Algarve
14. CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central
15. CIMMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
16. CIMRL - Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria
17. CMB - Câmara Municipal do Barreiro
18. CMO - Câmara Municipal de Ourém
19. EPAL - Empresa Pública das Águas Livres
27. Equipa responsável elaboração dos IF: Eficiência Energética (Dr. Carlos de Almeida)
28. Equipa responsável elaboração dos IF: Gestão Eficiente das Águas (Dra. Helena Freixinho)
20. ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
21. FAGAR - Faro, Gestão de Águas e Resíduos
22. INDAQUA Matosinhos
23. SIMARSUL - Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal
24. SIMTEJO - Sistema Integrado de Saneamento dos Municípios do Tejo

Fonte: Equipa Técnica (2015)

Quadro 18. Sessão *Focus Group*: Estratégia - Entidades Convidadas (Lote 3)

Entidade Convidadas
1. Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P (AD&C)
2. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR Norte)
3. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro)
4. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo)
5. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR Lisboa e Vale do Tejo)
6. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve)
7. Instituto de Desenvolvimento Regional da Madeira (IDR)
8. Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais Açores (DRPFE)
9. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)
10. Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)

Quadro 19. Sessão *Focus Group*: Eficiência Energética - Entidades e Participantes (Lote 3)

Entidade e Participantes	
1. ADENE - Agência para a Energia	Eng.º Dinis Rodrigues Dr. Amádis Santos
2. ANP - Associação Nacional de Proprietários	Eng.º Manuel Gonçalves
3. APESENERGIA - Associação Portuguesa de Empresas de Serviços de Energia	Eng.º Jorge Borges de Araújo
4. BPI - Banco Português de Investimento	Dra. Lurdes Pinho
5. Camões IP - Instituto da Cooperação e da Língua	Dra. Paula Barros
6. DGEG - Direção Geral de Energia e Geologia	Eng.º João Bernardo Eng.º Cristina Cardoso
7. Direção Regional de Energia da Região Autónoma dos Açores	Prof. Doutor José Rosa Nunes
8. ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos	Dr. Paulo Oliveira Eng.º Isabel Apolinário
9. IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana	Dr. Vítor Reis
10. INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica	Dr. Pedro Lavinha

Quadro 20. Sessão *Focus Group*: Gestão Eficiente das Águas - Entidades e Participantes (Lote 3)

Entidade e Participantes	
1. ADRA - Águas da Região de Aveiro	Eng.º Carlos Sarmento Póvoa Eng.º Fernando Vasconcelos
2. ANMP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses	Dr. Fernando Caeiros
3. APA - Agência Portuguesa do Ambiente	Dr. Pedro Mendes Eng.º Margarida Costa
4. CIMMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	Dra. Maria do Céu Albuquerque
5. CIMRL - Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	Dr. Ricardo Santos
6. CMB - Câmara Municipal do Barreiro	Eng.º Rita Isidro Eng.º Carla Costa
7. CMO - Câmara Municipal de Ourém	Dr. Nazareno do Carmo Eng.º Paula Couto
8. EPAL - Empresa Pública das Águas Livres	Eng.º Basílio Martins
9. ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos	Dr. Filipe Ruivo Eng.º Ana Ramos
10. SIMARSUL - Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal	Eng.º Alexandra Fernandes Eng.º Lisete Epifânio
11. SIMTEJO - Sistema Integrado de Saneamento dos Municípios do Tejo	Eng.º Ana Lúcia Macheco

Quadro 21. Sessão *Focus Group*: Estratégia - Entidades e Participantes (Lote 3)

Entidade e Participantes	
1. Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P (AD&C)	Dr. Pedro Mendes
2. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR Norte)	Eng.º Mário Neves
3. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro)	Dr. Luís Filipe
4. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve)	Dra. Ana Neto Eng.º Vivaldo Gonçalves
5. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)	Dr. Pedro Franco
6. Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)	Dr. Carlos de Almeida Eng.º Ana Cláudia

2.6. Fichas Metodológicas para o Cálculo da Falha de Mercado e da Necessidade de Investimento (Setor e NUTS II)

Quadro 22. Cálculo da Falha de Mercado e da Necessidade de Investimento: Administração Local

Passo	Indicador	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total	
1. Estimativa do Nível Potencial de Investimento	Exercício de referência ao cálculo do investimento									
	Montante de investimento necessário (€) (Fonte: Inquérito destinatários finais)	Para um universo de 331 municípios e CIM, a taxa de resposta foi de 44,7% (148 respostas validadas). O montante estimado de investimento é de 226.528.750 €. Do inquérito, conclui-se que 90,1% têm intenções de investimento em EE no período 2014-2020, sendo que 62,9% dos municípios/CIM apontam como principal tipologia de intervenção a melhoria dos sistemas de iluminação. Com base nos consumos de energia elétrica (iluminação das vias públicas), por município (INE, 2013), conclui-se que os municípios com respostas validadas representam 45,6% do consumo total nacional. Assumindo que o comportamento da procura estará associado aos rácios de consumo (obtenção de poupanças energéticas) e com base nesta representatividade da "amostra", a extrapolação do investimento estimado para o universo potencial total cifra-se nos 496,8 M€								
	Consumo de energia elétrica: iluminação das vias públicas - 2013 (% total nacional) (Fonte: INE)	30,9	27,2	20,8	8,2	5,6	2,2	5,1	100	
	Extrapolação investimento estimado em EE no período 2014-2020 (€) (*)	153.848.084	135.112.106	103.244.549	40.764.105	27.960.243	10.701.197	25.143.291	496.773.575	
	Exercícios complementares/alternativos de cálculo do investimento									
	Iluminação Pública (€) (Fonte: INE)	155.093.470	136.205.826	104.080.305	41.094.086	28.186.579	10.787.822	25.346.824	500.794.913	
	Avaliação Estratégica EE (€) (Fonte: Avaliação Estratégica EE)	146.817.744	128.937.937	98.526.621	38.901.322	26.682.554	10.212.188	23.994.327	474.072.692	
	Monitorização do PNAEE (€) (Fonte: PNAEE)	142.852.785	125.455.840	95.865.812	37.850.753	25.961.965	9.936.398	23.346.337	461.269.890	
	(*) MÉTODO DE CÁLCULO: ((investimento estimado pelos inquiridos x % remanescente dos "não respondentes" em termos de consumo de energia elétrica) / % de consumo de energia elétrica dos municípios com respostas validadas) / % do consumo de energia elétrica - iluminação das vias públicas, por NUTS II)									
	Pressupostos-base: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Da extrapolação do investimento estimado (exercício de inquirição): Os municípios/CIM que responderam (44,7% do universo) representam cerca de 45,6% do consumo anual de eletricidade em iluminação pública. O racional de extrapolação parte deste pressuposto (proximidade relativa entre a "amostra" e o potencial de consumo) - assume-se que os montantes apresentados representam 45,6% do potencial global de investimento. ➤ Do exercício "iluminação pública": Existem 175.000 pontos de luz, nos concelhos de Sintra, Lisboa, Mafra, Amadora (estes quatro concelhos representam 9,7% do consumo de energia elétrica por município - iluminação de vias públicas; INE, 2012). O custo de substituição (luminária/LED) ronda os 300 €/luminária, pelo que a mudança de 60% destes pontos de luz representa um investimento de 31.500.000 €. Em função da representatividade dos quatro municípios no consumo de energia elétrica (iluminação de vias públicas), a extrapolação direta para o universo gera um investimento próximo dos 315 M€. Admitindo que a iluminação pública representa cerca de 63% do investimento passado (fonte: Avaliação Estratégica EE) e das intenções de investimento (fonte: inquérito aos destinatários finais), o potencial total de investimento em EE será de 500.794.913 €. 									

Passo	Indicador	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total
1. Estimativa do Nível Potencial de Investimento	Pressupostos-base:								
	<p>➤ Do exercício "Avaliação Estratégica EE" (Estudo "Avaliação Estratégica do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) - Contributo das Intervenções do QREN em Contexto Urbano para o Aumento da Eficiência Energética"): No período 2007-2013, foram concluídas pela Administração Local 101 intervenções, num total de 13.389.637 € de investimento elegível. O investimento médio por intervenção foi de 132.571 €. Neste período (2007-2013), os municípios promoveram intervenções associadas sobretudo à instalação de sistemas solares térmicos, em piscinas e recintos desportivos, à instalação de reguladores de fluxo como garante da melhoria de eficiência energética na iluminação pública e à substituição das fontes luminosas nos sistemas de controlo de tráfego e peões (tecnologia LED). Segundo o inquérito, continua a existir esta estratificação das prioridades: na reabilitação energética dos edifícios e equipamentos da Administração Local (65,7%); na aquisição e instalação de sistemas eco eficientes de iluminação pública (62,9%); na integração de água quente solar (35,2%). A extrapolação do investimento médio para 90,1% dos municípios (que possuem intenções de realizar investimento, segundo o inquérito), gera um investimento de 39,5 M€. Contudo, no passado, em termos relativos observa-se uma forte predominância das intervenções de pequena escala e de reduzida dimensão financeira. Admite-se que com as novas preocupações com a EE, com a necessidade de redução da fatura energética, de garantir o cumprimento de compromissos/metasp e o aparecimento de novas tipologias de apoio, os investimentos possam incrementar-se significativamente face aos valores registados no passado. Com as ponderações realizadas, estima-se um investimento potencial de 474.072.692 €.</p> <p>➤ Do exercício "Monitorização do PNAEE": Segundo a documentação produzida no âmbito da Monitorização do PNAEE, a redução de tep (2008-2013), com base nas Medidas Certificação Energética (5%), Iluminação Pública eficiente (98%) e ECOAP foi de 7.298 tep. As estimativas de custo associado, em função das diversas fontes de financiamento disponibilizadas (QREN, Fundo de Eficiência Energética, Orçamentos Municipais, ...), ascendem a 30.689.183 €. Assim, o custo médio por tep poupado foi de 2.336 €. Efetuando uma extrapolação deste custo médio/tep poupado para o cumprimento da Meta preconizada no Portugal 2020, obtém-se um investimento necessário de 461.269.890 €.</p> <p>➤ O intervalo de investimento estimado em EE no período 2014-2020 resulta da assunção do valor de referência, enquanto limiar máximo, e do valor do exercício de monitorização do PNAEE, como limiar mínimo de investimento.</p>								
	Indicador	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total
	Investimento estimado em EE no período 2014-2020 (M€)	142,8 – 153,8	125,5 – 135,1	95,9 – 103,2	37,9 – 40,8	25,9 – 27,9	9,9 – 10,7	23,3 – 25,1	461,3 - 496,8
Passo	Indicador	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total
2. Estimativa do Nível de Financiamento Necessário	Valor médio percentual para financiamento que as entidades da administração local pretendem solicitar para realizar intervenções de EE no período 2014-2020 (%) (Fonte: inquérito destinatários finais)	Do inquérito, conclui-se que 90,1% têm intenções de investimento em EE no período 2014-2020, sendo que 84% dos municípios/CIM pensam recorrer a financiamento. O valor médio percentual de financiamento apontado foi de 80,4%. Com base no potencial de investimento necessário (496 M€) e deduzindo os investimentos a realizar sem recurso a financiamento (apontados nos inquéritos aos destinatários finais), foi aplicado o valor médio percentual para financiamento que as entidades da administração local pretendem solicitar (80,4%), obtendo-se um valor 369,9M€. Este montante traduz um valor médio percentual final de financiamento de 74,5%.							
	Consumo de energia elétrica: iluminação das vias públicas - 2013 (% total nacional) (Fonte: INE)	30,9	27,2	20,8	8,2	5,6	2,2	5,1	100
	Extrapolação do Nível de Financiamento Necessário no período 2014-2020 (M€) (*)	105,5 - 114,6	92,9 - 100,6	71,0 - 76,9	27,9 - 30,4	19,1 - 20,8	7,5 - 7,9	17,4 - 18,7	341,4 - 369,9
	(*) MÉTODO DE CÁLCULO: (((intervalo do investimento estimado em EE no período 2014-2020 – investimento realizado através de capitais próprios) x valor médio percentual para financiamento que as entidades da administração local pretendem solicitar para realizar intervenções de EE no período 2014-2020)) / % do consumo de energia elétrica (iluminação das vias públicas), por NUTS II)								

	<p>Pressupostos-base:</p> <p>➤ Indicador “Valor médio percentual para financiamento que as entidades da administração local pretendem solicitar para realizar intervenções de EE no período 2014-2020”: resultado do processo de inquirição aos municípios/CIM - amostra representativa das entidades que se candidataram a apoios públicos no anterior período de programação (2007-2013). Desagregação por NUTS II: inquéritos respondidos sem representatividade. Foi aplicado o valor relativo de cada NUTS no consumo de energia elétrica (iluminação das vias públicas), por falta de representatividade regional na taxa de resposta.</p>
--	---

Passo	Indicador	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total
3. Percentagem de financiamento necessário que o mercado consegue assegurar	Financiamento que as entidades da Administração Local conseguiram obter face ao montante solicitado no período 20012-2014 (%) (Fonte: Stakeholders/municípios)	-	-	-	-	-	-	-	64,2
	Extrapolação do financiamento necessário que o mercado consegue assegurar no período 2014-2020 (M€) (*)	73,6	64,6	49,4	19,5	13,4	5,1	12,0	237,5
	Financiamento que as ESE conseguiram obter face ao montante solicitado no período 20012-2014 (%) (Fonte: Stakeholders/APESE)	-	-	-	-	-	-	-	70
	Extrapolação do financiamento necessário que o mercado consegue assegurar no período 2014-2020 (M€) (*)	73,8 - 80,2	65,0 - 70,4	49,7 - 53,8	19,6 - 21,3	13,4 - 14,6	5,3 - 5,6	12,2 - 13,1	239,0 - 258,9
	(*) MÉTODO DE CÁLCULO: (Nível de Financiamento Necessário no período 2014-2020 x percentagem de financiamento que as entidades da administração local conseguiram obter face ao montante solicitado no período 2012-2014). NUTS II - inquéritos respondidos sem representatividade								
<p>Notas:</p> <p>➤ Indicador “Financiamento que as entidades da administração local conseguiram obter face ao montante solicitado no período 2012-2014”: Com base no histórico recente e após consulta de alguns Municípios, identificando, em função da sua capacidade de endividamento e relação com a banca comercial, nos últimos três anos, qual o valor médio de empréstimos obtidos face aos valores solicitados, adotou-se o seguinte racional: nos municípios em rutura/pré-ruptura financeira (36), a banca não concede empréstimos; nos municípios que não estando em situação de rutura integram o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) (74), a banca assegura o empréstimo de 40% do montante solicitado; nos restantes municípios (101), atualmente a banca tem capacidade para financiar 85% dos projetos de empréstimos solicitados (admite-se uma taxa de quebra do empréstimo, normal, de 15%)</p> <p>➤ Indicador “Financiamento que as ESE conseguiram obter face ao montante solicitado no período 2012-2014”: Com base no histórico recente e após consulta da APESE, identificando a relação com a banca comercial para determinados projetos-tipo, nos últimos três anos, o valor médio de empréstimos obtidos face aos valores solicitados foi de 70% (empresas de maior dimensão como a EDP, conseguem obter valores de -80% e, em alguns casos, 100% - últimos projetos; as restantes, mais pequenas, esses valores rondam os 65% a 70%).</p> <p>➤ A opção metodológica de adotar, igualmente, um indicador sustentado nas ESE, priorizando esta dimensão, parte de um pressuposto/resposta a um dos principais constrangimentos identificados - opção de não onerar a dívida/endividamento público e, conseqüentemente, garantir a participação das ESE e o financiamento desta procura.</p>									

Fonte: Equipa Técnica (2015)

Quadro 23. Cálculo da Falha de Mercado e da Necessidade de Investimento: Administração Central

Passo	Indicador	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total	
1. Estimativa do Nível Potencial de Investimento	Exercício de referência ao cálculo do investimento									
	Montante de investimento necessário (€) (Fonte: Inquérito destinatários finais)	Para um universo de 173 entidades, a taxa de resposta foi de 21,6% (33 respostas validadas). O montante estimado de investimento é de 30.100.000 €. Do inquérito, conclui-se que 46,4% têm intenções de investimento em EE no período 2014-2020. Com base numa extrapolação para o universo de entidades do setor institucional das Administrações Públicas (648) e com base no histórico (93,5% dos inquiridos afirmou não ter realizado intervenções de investimento em EE no passado; necessidade de cumprir as metas definidas no ECO.AP), o investimento estimado para o universo potencial total cifra-se nos 590.196.078 €								
	Consumo de energia elétrica: iluminação dos edifícios do Estado - 2013 (% , total nacional) (Fonte: INE)	26,9	19,7	33,0	8,3	5,1	4,0	3,0	100	
	Extrapolação investimento estimado em EE no período 2014-2020 (€) (*)	159.139.210	116.375.566	194.794.093	48.836.269	29.835.707	23.659.605	17.555.628	590.196.078	
	Exercícios complementares/alternativos de cálculo do investimento									
	Avaliação Estratégica EE (€) (Fonte: Avaliação Estratégica EE)	147.178.748	107.629.101	180.153.908	45.165.870	27.593.337	21.881.415	16.236.195	545.838.574	
	Monitorização do PNAEE (€) (Fonte: PNAEE)	158.308.838	115.768.330	193.777.677	48.581.446	29.680.027	23.536.152	17.464.024	587.116.495	
	(*) MÉTODO DE CÁLCULO: ((investimento estimado pelos inquiridos x entidades remanescentes potencialmente com investimentos em EE)/ entidades com respostas validadas) / % do consumo de energia elétrica, iluminação dos edifícios do Estado, por NUTS II)									
	Pressupostos-base:									
	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Da extrapolação do investimento estimado (exercício de inquirição): As entidades que responderam representam 21,6% da amostra, mas apenas 5,1% do potencial universo (entidades do setor institucional das Administrações Públicas). O racional de extrapolação parte do princípio que os montantes apresentados representam igual percentagem do potencial global de investimento. Este racional sustenta-se igualmente, em duas dimensões: 1. com base no inquérito, apenas 46,4% têm intenções de investimento em EE no período 2014-2020, mas que será necessário cumprir as metas definidas no ECOAP (30%); 2. o histórico recente (2007-2013) comprova que quase 94% das entidades da Administração Central não realizou qualquer investimento em EE. ➤ Do exercício "Avaliação Estratégica EE" (Estudo "Avaliação Estratégica do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) - Contributo das Intervenções do QREN em Contexto Urbano para o Aumento da Eficiência Energética"): No período 2007-2013, foram concluídas pela Administração Central 23 intervenções, num total de 6.919.250 € de investimento elegível em rubricas de EE. O investimento médio por intervenção foi de 300.827 €. Conhecendo o histórico das tipologias de equipamentos apoiados (cultura, desporto e ensino superior), assume-se uma ponderação incremental do investimento médio (3,5), com alargamento do espectro de tipologias a equipamentos com maiores níveis de consumo/potencial de poupança (saúde, educação, defesa e segurança, justiça) Admitindo que 80% das entidades (648) realizarão investimentos, para cumprir as metas definidas no ECOAP, gera-se um investimento necessário de 545.938.574 €. ➤ Do exercício "Monitorização do PNAEE": Segundo a documentação produzida no âmbito da Monitorização do PNAEE, a redução de tep (2008-2013), com base nas Medidas Certificação Energética dos Edifícios do Estado e ECOAP (95%) e Iluminação Pública Eficiente (2%), foi de 18.137 tep. As estimativas de custo associado, em função das diversas fontes de financiamento disponibilizadas (QREN - contribuiu apenas com 25% para os resultados -, Fundo de Eficiência Energética) ascendem a 38.025.752 €. Assim, o custo médio por tep poupado foi de 2.097 €. Efetuando uma extrapolação deste custo médio/tep poupado, para o cumprimento da meta preconizada no PNAEE para estas Medidas em 2020, obtém-se um investimento necessário de 587.116.495€. ➤ O intervalo de investimento estimado em EE no período 2014-2020, resulta da assunção do valor de referência, enquanto limiar máximo, e do valor do exercício de Avaliação Estratégica EE, como limiar mínimo de investimento. 									
	Indicador	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total	
	Investimento estimado em EE no período 2014-2020 (M€)	147,2 - 159,1	107,6 - 116,4	180,1 - 194,8	45,2 - 48,8	27,6 - 29,8	21,9 - 23,7	16,2 - 17,6	545,8 - 590,2	

Passo	Indicador	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total
2. Estimativa do Nível de Financiamento Necessário	Valor médio percentual para financiamento que as entidades da administração central pretendem solicitar para realizar intervenções de EE no período 2014-2020 (%) (Fonte: inquérito destinatários finais)	Do inquérito conclui-se que 46,4% têm intenções de investimento em EE no período 2014-2020, sendo que 76,9% das entidades pensam recorrer a financiamento. O valor médio percentual de financiamento apontado foi de 73,3%. Com base no potencial de investimento necessário (590 M€) e deduzindo os investimentos a realizar sem recurso a financiamento (apontados nos inquéritos aos destinatários finais), foi aplicado o valor médio percentual para financiamento que as entidades da administração central pretendem solicitar (73,3%), obtendo-se um montante de 429,5 M€. Este traduz um valor médio percentual final de financiamento de 72,8%.							
	Consumo de energia elétrica: iluminação das vias públicas - 2013 (% total nacional) (Fonte: INE)	26,9	19,7	33,0	8,3	5,1	4,0	3,0	100
	Extrapolção do Nível de Financiamento Necessário no período 2014-2020 (M€) (*)	106,7 - 115,8	78,1 - 84,7	130,8 - 141,8	32,9 - 35,5	20,2 - 21,7	15,9 - 17,2	11,9 - 12,8	396,5 - 429,5
	(*) MÉTODO DE CÁLCULO: ((intervalo do investimento estimado em EE no período 2014-2020 – investimento realizado através de capitais próprios) x valor médio percentual para financiamento que as entidades da administração central pretendem solicitar para realizar intervenções de EE no período 2014-2020) / % do consumo de energia elétrica, em iluminação dos edifícios do Estado, por NUTS II								
	Pressupostos-base: ➤ Indicador “Valor médio percentual para financiamento que as entidades da administração central pretendem solicitar para realizar intervenções de EE no período 2014-2020”: resultado do processo de inquirição às entidades - amostra representativa das entidades que se candidataram a apoios públicos no anterior período de programação (2007-2013). Desagregação por NUTS II: inquéritos respondidos sem representatividade. Foi aplicado o valor relativo de cada NUTS II no consumo de energia elétrica (iluminação dos edifícios do Estado), por falta de representatividade regional na taxa de resposta.								

Passo	Indicador	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total
3. Percentagem de financiamento necessário que o mercado consegue assegurar	Financiamento que as entidades da Administração Central conseguiram obter face ao montante solicitado no período 2012-2014 (%) (Fonte: Stakeholders)	-	-	-	-	-	-	-	58,6
	Extrapolação do financiamento necessário que o mercado consegue assegurar no período 2014-2020 (M€) (*)	67,9	49,6	83,1	20,8	12,7	10,1	7,5	251,7
	Financiamento que as ESE conseguiram obter face ao montante solicitado no período 2012-2014 (%) (Fonte: Stakeholders/APESE)	-	-	-	-	-	-	-	70
	Extrapolação do financiamento necessário que o mercado consegue assegurar no período 2014-2020 (M€) (*)	74,7 - 81,1	54,7 - 59,3	91,6 - 99,2	23,0 - 24,9	14,1 - 15,2	11,1 - 12,0	8,3 - 8,9	277,6 - 300,7
	(*) MÉTODO DE CÁLCULO: (Nível de Financiamento Necessário no período 2014-2020 x percentagem de financiamento que as entidades da administração central conseguiram obter face ao montante solicitado no período 2012-2014). NUTS II - inquéritos respondidos sem representatividade								
<p>Notas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Indicador "Financiamento que as entidades da administração local conseguiram obter face ao montante solicitado no período 2012-2014": Com base no histórico recente e após consulta de algumas entidades da Administração Central, identificando, em função da sua capacidade de endividamento e relação com a banca comercial, nos últimos quatro anos, do valor médio de empréstimos obtidos face aos valores solicitados, adotou-se o seguinte racional: nas entidades que não poderão financiar-se no mercado, assumindo-se o Orçamento de Estado como a fonte de empréstimo (268), não existirão solicitações à banca; para as restantes entidades (380), atualmente a banca tem capacidade para financiar 85% dos projetos de empréstimos solicitados (admite-se uma taxa de quebra do empréstimo, normal, de 15%) ➤ Indicador "Financiamento que as ESE conseguiram obter face ao montante solicitado no período 2012-2014": Com base no histórico recente e após consulta da APESE, identificando a relação com a banca comercial para determinados projetos-tipo, nos últimos três anos, o valor médio de empréstimos obtidos face aos valores solicitados foi de 70% (empresas de maior dimensão como a EDP, conseguem obter valores de 80% e, em alguns casos, 100% - últimos projetos; as restantes, mais pequenas, esses valores rondam os 65% a 70%). ➤ A opção metodológica de adotar, igualmente, um indicador sustentado nas ESE, priorizando esta dimensão, parte de um pressuposto/resposta a um dos principais constrangimentos identificados - opção de não onerar a dívida/endividamento público e, conseqüentemente, garantir a participação das ESE e o financiamento desta procura. 									

Fonte: Equipa Técnica (2015)

Quadro 24. Cálculo da Falha de Mercado e da Necessidade de Investimento: Habitação (particular)

Passo	Indicador	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total
1. Estimativa do Nível Potencial de Investimento	Edifícios com necessidade de reparação - 2011 (n.º) (Fonte: INE)	353.416	298.357	126.866	94.096	44.818	-	-	917.553
	Edifícios com necessidade de reparação média/grande e com mais de 25 anos - 2011 (n.º) (Fonte: INE)	120.646	104.590	38.755	33.054	14.005	-	-	311.050
	Edifícios principalmente residenciais com 1 alojamento - 2011 (%) (Fonte: INE)	86,84	92,03	66,42	91,06	83,83	-	-	420,2
	Edifícios por regime de propriedade: proprietários ou coproprietários - 2011 (%) (Fonte: INE)	71,30	80,77	66,06	75,78	69,51	-	-	363,4
	Edifícios com necessidade de reparação média/grande com mais de 25 anos, residenciais com 1 alojamento, em regime de proprietário – 2011 (n.º) (Fonte: INE)	74.699	77.748	17.003	22.808	8.160	-	-	200.418
	Habitacões, com mais de 25 anos, com classe energética "C, D, E e F" - 2015 (n.º) (Fonte: ADENE)	-	-	-	-	-	-	-	84.479
	Habitacões, com mais de 25 anos, com classe energética "C, D, E e F" - 2015 (%) (Fonte: ADENE)	-	-	-	-	-	-	-	92,5
	Edifícios com necessidade de reparação média/grande (com mais de 25 anos), residenciais com 1 alojamento, em regime de proprietário e com classe energética "C, D, E e F" (n.º) (Fonte: INE e ADENE)	69.097	71.917	15.727	21.097	7.548	-	-	185.386
	Custo médio/alojamento (€) (Fonte: Avaliação Estratégica EE no QREN)	2.874	-	-	-	-	-	-	2.874
Extrapolacão investimento estimado em EE no período 2014-2020 (€) (*)	198.584.073	206.688.901	45.200.383	60.633.834	21.693.625			532.800.816	

1. Estimativa do Nível Potencial de Investimento	(*) MÉTODO DE CÁLCULO: (((edifícios com necessidade de reparação média/grande e com mais de 25 anos x % edifícios principalmente residenciais com 1 alojamento) x (edifícios por regime de propriedade: proprietários ou coproprietários) x % de habitações, com mais de 25 anos, com classe energética "C, D, E e F")) x custo médio/intervenção/alojamento QREN)																									
	Pressupostos-base:																									
	<p>➤ Indicador "Edifícios com necessidade de reparação média/grande com mais de 25 anos, residenciais com um alojamento, em regime de proprietário": Ao número de edifícios com necessidade de reparação média/grande e com mais de 25 anos (fonte: INE), foi aplicada a % de edifícios principalmente residenciais com um alojamento e, posteriormente, a % de edifícios em função do regime de propriedade: proprietários ou coproprietários (fonte: INE). Estas opções de segregação do universo decorreram de uma apreciação dos <i>stakeholders</i> na sessão <i>focus group</i> e nas entrevistas realizadas: 1. nas frações arrendatárias, nem o senhorio, nem o arrendatário terão capacidade/oportunidade de realizar investimentos; 2. nos edifícios, com múltiplos alojamentos, existe uma dificuldade de difícil superação – o acordo unânime dos condóminos para realizar investimentos; 3. para garantir um aumento de dois níveis no Desempenho Energético, terão de existir/ser executadas medidas ativas e passivas que apenas se justificam/se conseguem realizar em edifícios "antigos", com problemas estruturais.</p> <p>➤ Indicador "Edifícios com necessidade de reparação média/grande (com mais de 25 anos), residenciais com um alojamento, em regime de proprietário e com classe energética "C, D, E e F"": Ao indicador anterior, foi aplicada a % de habitações, com mais de 25 anos, com classe energética "C, D, E e F" (fonte: ADENE), em função dos requisitos que constam no POSEUR: os projetos a apoiar deverão resultar "num aumento em pelo menos dois níveis no Certificado de Desempenho Energético - CDE".</p> <p>➤ Indicador "Custo médio/alojamento": No contexto do QREN (período 2007-2013), o apoio à eficiência energética em habitação apenas se processou pontualmente, no âmbito da Habitação Social (PO Norte) e da Iniciativa JESSICA. Assumindo como valores referência o exemplo de um projeto integrado desenvolvido em Bragança: 261 fogos apoiados, investimento elegível 750.000 € (redução 598 tep), obtém-se um investimento médio por habitação apoiada de 2.874 €.</p> <p>➤ O intervalo de investimento estimado em EE no período 2014-2020 resulta da assunção do valor de referência, enquanto limiar máximo, e de um valor mínimo estimado com base numa correção de 8% face ao valor de referência (Fonte: <i>Stakeholders</i>). Esta correção/taxa de quebra resulta, por um lado, da localização das habitações (integrando ARU e, por essa via, potencialmente alvo de apoio através de outro IF) e, por outro lado, de um condicionante (obrigatoriedade de acréscimo de 2 níveis de Certificação Energética), que potencialmente pode limitar a procura pelo IF e/ou o resultado final da intervenção (dificuldade/impossibilidade de concretização).</p>																									
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Indicador</th> <th>Norte</th> <th>Centro</th> <th>Lisboa</th> <th>Alentejo</th> <th>Algarve</th> <th>Açores</th> <th>Madeira</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Investimento estimado em EE no período 2014-2020 (M€)</td> <td>182,7 - 198,6</td> <td>190,2 - 206,7</td> <td>41,6 - 45,2</td> <td>55,8 - 60,6</td> <td>20,0 - 21,7</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>490,3– 532,8</td> </tr> </tbody> </table>									Indicador	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total	Investimento estimado em EE no período 2014-2020 (M€)	182,7 - 198,6	190,2 - 206,7	41,6 - 45,2	55,8 - 60,6	20,0 - 21,7	-	-
Indicador	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total																		
Investimento estimado em EE no período 2014-2020 (M€)	182,7 - 198,6	190,2 - 206,7	41,6 - 45,2	55,8 - 60,6	20,0 - 21,7	-	-	490,3– 532,8																		

Passo	Indicador	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total
2. Estimativa do Nível de Financiamento Necessário	Valor médio percentual para financiamento que os particulares pretendem solicitar para realizar intervenções de EE no período 2014-2020 (%) (Fonte: <i>Stakeholders</i>)	-	-	-	-	-	-	-	88
	Extrapolação do Nível de Financiamento Necessário no período 2014-2020 (M€) (*)	160,8 - 174,7	167,4 - 181,9	36,6 - 39,8	49,1 - 53,4	17,6 - 19,1	-	-	431,5-468,9
	(*) MÉTODO DE CÁLCULO: (investimento estimado em EE no período 2014-2020 x valor médio percentual para financiamento que os particulares pretendem solicitar para realizar intervenções de EE no período 2014-2020)								
Pressupostos-base:									
➤ Indicador "Valor médio percentual para financiamento que os particulares pretendem solicitar para realizar intervenções de EE no período 2014-2020": resultado das entrevistas a diversos <i>stakeholders</i> . Admite-se que apenas a componente de investimentos associadas a auditorias/estudos/análises energéticas (quer os diagnósticos energéticos, quer as avaliações <i>ex post</i> serão cofinanciados, através de subsídios não reembolsáveis, se se concretizarem as principais medidas) será realizada com capitais próprios. Em média, segundo consulta ao mercado, estes dois momentos de avaliação energética terão um custo de 350€, o que representa cerca de 12% do custo médio da intervenção.									

Passo	Indicador	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total
3. Percentagem de financiamento necessário que o mercado consegue assegurar	Financiamento que os particulares conseguiram obter face ao montante solicitado no período 2012-2014 (%) (Fonte: <i>Stakeholders</i>)	-	-	-	-	-	-	-	69,7
	Extrapolação do financiamento necessário que o mercado consegue assegurar no período 2014-2020 (M€) (*)	112,1 - 121,8	116,7 - 126,8	25,5 - 27,7	34,2 - 37,2	12,3 - 13,3	-	-	300,8 – 326,8
	(*) MÉTODO DE CÁLCULO: (Nível de Financiamento Necessário no período 2014-2020 x percentagem de financiamento que os particulares conseguiram obter face ao montante solicitado no período 2007-2013). Assumiu-se a média nacional para o cálculo para as NUTS II, dado não existirem diferenciações regionalizadas no financiamento solicitado								
<p>Pressupostos-base:</p> <p>➤ Indicador “Financiamento que os particulares conseguiram obter face ao montante solicitado no período 2007-2013”: resultado, num primeiro momento, da entrevista às entidades bancárias gestoras da Iniciativa JESSICA e, num segundo momento, da consulta a alguns intermediários financeiros. Num primeiro momento, com base no histórico da Iniciativa JESSICA: setor energia, adotou-se como referencial a sua taxa de financiamento (investimento solicitado/financiamento concedido) que foi em termos médios de 36,5%. Contudo, dada a ausência de informação complementar sobre as razões que resultaram do “não apoio” (pode ter resultado de outros fatores - projetos não elegíveis, não significando, necessariamente, a presença de uma falha de mercado ou, pelo menos, de uma falha de dimensão diretamente proporcional à taxa de recusa do financiamento) e ao fato de serem projetos com outra escala e dimensão financeira, criando alguma incerteza nos pressupostos desta taxa e da possível comparação com as tipologias/operações a apoiar no âmbito do IF, e dado que nos últimos 3 anos a taxa “normal” de quebra de financiamento a particulares e à habitação, segundo os <i>stakeholders</i> consultados, ronda, em média, os 25% (melhoria significativa no último ano), considerou-se “prudente” para o presente exercício, adotar como referencial para projetos viáveis o valor intermédio, incrementado em 25%: 69,7%. Registe-se que os intermediários financeiros consultados, consideram uma boa opção metodológica, num quadro de evolução contextual mais favorável à concessão de crédito às famílias e na ausência/impossibilidade de identificar com rigor, as causas que podem estar subjacentes às taxas de recusa de financiamento para escalas de intervenção financeira previsivelmente reduzidas e para uma dimensão tão complexa e de difícil perceção do risco e da qualidade dos projetos a apresentar (independentemente de cada instituição financeira possuir os seus próprios modelos de previsão de incumprimento, que utilizam para decisões de concessão de crédito).</p>									

Fonte: Equipa Técnica (2015)

Quadro 25. Cálculo da Falha de Mercado e da Necessidade de Investimento: Empresas (Eficiência Energética)

Passo	Indicador	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total
1. Estimativa do Nível Potencial de Investimento	Empresas com 10 ou mais pessoas ao serviço - 2013 (n.º) (Fonte: INE)	16.412	8.585	11.204	2.175	1.703	785	924	41.788
	Instituições Particulares de Segurança Social (IPSS) - 2015 (n.º) (Fonte: Instituto da Segurança Social, Governo Regional da RAA e Governo Regional da RAM)	1.864	1.512	1.123	427	164	247	196	5.533
	Investimento médio apoiado por fundos comunitários em EE no período 2007-2013 por IPSS (€) (Fonte: Avaliação estratégica EE)	151.140	109.457	117.312	47.224	51.193	-	-	81.045
	Investimento médio estimado em EE no período 2014-2020 por empresa (€) (Fonte: Inquérito destinatários finais)	171.073	145.530	168.222	141.507	189.213	166.011	166.011	166.011
	Investimento médio estimado em EE no período 2014-2020 por empresa (com maiores consumos de energia registadas no SGCIE) (€) (Fonte: Inquérito destinatários finais)	-	-	-	-	-	-	-	1.834.543
	Percentagem de empresas que potencialmente poderão recorrer a financiamento para realizar intervenções de EE no período 2014-2020, corrigido a partir da solvabilidade das empresas em 2014, em que PT 0,40 = 100 (%) (Fonte: Stakeholders, PO e INE, 2014)	3,36 a 4,41	3,68 a 4,83	2,96 a 3,89	3,52 a 4,62	2,24 a 2,94	7,90 a 8,90	10,0 a 11,0	3,20 a 4,20
	Percentagem de IPSS que potencialmente poderão recorrer a financiamento para realizar intervenções de EE no período 2014-2020 (%) (Fonte: Avaliação Estratégica EE)	0,48	1,59	1,25	10,54	6,10	2,00	2,00	2,00
	Empresas (com maiores consumos de energia registadas no SGCIE) que potencialmente poderão recorrer a financiamento para realizar intervenções de EE no período 2014-2020 (n.º) (Fonte: Stakeholders, PO e inquérito destinatários finais)	8	22	6	3	3	3	3	46
	Extrapolação investimento estimado em EE no período 2014-2020 (M€) (*)	109,7 - 139,2	87,7 - 102,0	67,6 - 85,1	17,4 - 20,8	13,0 - 15,2	16,0 - 17,3	21,0 - 22,5	332,3 - 402,2

<p>1. Estimativa do Nível Potencial de Investimento</p>	<p>(*) MÉTODO DE CÁLCULO: $((\text{investimento médio apoiado por fundos comunitários em EE no período 2007-2013 por IPSS} / 2) \times (\text{IPSS} \times \text{percentagem de IPSS que potencialmente poderão recorrer a financiamento para realizar intervenções de EE no período 2014-2020}) + ((\text{investimento médio estimado em EE no período 2014-2020 por empresa} \times \text{empresas com 10 ou mais pessoas ao serviço}) \times \text{percentagem de empresas que potencialmente poderão recorrer a financiamento para realizar intervenções de EE no período 2014-2020, corrigido a partir da solvabilidade das empresas}) + (\text{investimento médio estimado em EE no período 2014-2020 por empresa com maiores consumos de energia registadas no SGCIE} \times \text{empresas com maiores consumos de energia registadas no SGCIE que potencialmente poderão recorrer a financiamento para realizar intervenções de EE no período 2014-2020}))$</p>
	<p>Notas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Indicador "Empresas com 10 ou mais pessoas ao serviço": Foram consideradas para efeitos de cálculo as empresas com 10 ou mais pessoas ao serviço (que correspondem a 2,8% do total de empresas existentes em Portugal), de acordo com o Anuário Estatístico de Portugal 2013 (pág. 353). A seleção deste indicador, efetuada a partir das entrevistas semiestruturadas aos <i>stakeholders</i> – designadamente as AG dos PO e as instituições financeiras – e da sessão <i>Focus Group</i>, permite uma aproximação do universo potencial de empresas que reúnem melhores condições para a apresentação de candidaturas a apoio financeiro, que não sob a forma de subvenção, para o desenvolvimento de intervenções de eficiência energética no âmbito dos PO regionais do Portugal 2020. ➤ Indicador "Instituições Particulares de Segurança Social (IPSS)": Todas as IPSS existentes em Portugal, de acordo com a informação disponível do Instituto da Segurança Social relativa a Portugal Continental, em http://www4.seg-social.pt/publicacoes?bundleId=868174, atualizada a 9 de fevereiro de 2015, do Governo Regional da RAA, em http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/58736FD0-764F-4FD8-BB7D-7789EDF54493/0/ListaContatosIPSSAcores.pdf e do Governo Regional da RAM (disponibilizada telefonicamente). ➤ Indicador "Investimento médio apoiado por fundos comunitários em EE no período 2007-2013 por IPSS": Corresponde ao investimento médio apoiado por fundos comunitários em EE realizado no período 2007-2013 que se encontra identificado no Estudo "Avaliação Estratégica do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) - Contributo das Intervenções do QREN em Contexto Urbano para o Aumento da Eficiência Energética". Para efeitos da extrapolação do investimento estimado em EE no período 2014-2020, o valor apresentado foi ponderado em 50%, em virtude das intervenções financiadas entre 2007-2013 terem sido apoiadas com subsídio não reembolsável, a que correspondeu uma taxa média de financiamento das despesas elegíveis de 67,1%. ➤ Indicador "Investimento médio estimado em EE no período 2014-2020 por empresa": resultado do processo de inquirição às empresas - amostra representativa de entidades empresariais que se candidataram a apoios públicos no anterior período de programação (2007-2013). Foi aplicado o valor médio nacional para a RAA e a RAM, por falta de representatividade na taxa de resposta. ➤ Indicador "Investimento médio estimado em EE no período 2014-2020 por empresa com maiores consumos de energia registadas no SGCIE: resultado do processo de inquirição às empresas com maiores consumos de energia registadas no âmbito do Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE). ➤ Indicador "Percentagem de empresas que potencialmente poderão recorrer a financiamento para realizar intervenções de EE no período 2014-2020, corrigido a partir da solvabilidade das empresas em 2014, em que PT 0,40 = 100": Corresponde à percentagem utilizada para calcular o número potencial de empresas (3,2% e 4,2%) que poderão apresentar candidaturas a apoio financeiro, que não sob a forma de subvenção, para o desenvolvimento de intervenções de eficiência energética no âmbito dos PO regionais do Portugal 2020. A definição destes valores foi efetuada a partir das entrevistas semiestruturadas aos <i>stakeholders</i> – designadamente as AG dos PO e as instituições financeiras – e da sessão <i>focus group</i>, bem como da análise dos indicadores dos PO regionais, designadamente do "Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio financeiro que não sob a forma de subvenção" na PI 4b, que identifica o número expectável de empresas a apoiar no domínio da eficiência energética (676 empresas ao nível nacional, correspondendo a 1,6% das empresas com 10 ou mais pessoas ao serviço em Portugal, mas com diferenças relevantes entre os vários PO regionais: Norte - 0,9%; Centro - 2,0%; Lisboa - 1,5%; Alentejo - 1,1%; Algarve - 4,5%; Açores - 7,9%; Madeira - 3,2%). Os valores regionais (por NUTS II) foram corrigidos utilizando um rácio económico-financeiro, designadamente a solvabilidade, em que PT = 0,40, de acordo com o Anuário Estatístico de Portugal 2013 (pág. 343). No caso da RA Açores, foi considerada a percentagem das empresas com 10 ou mais pessoas ao serviço que a região prevê apoiar no indicador do PO (7,9%). A definição deste valor foi efetuada a partir da auscultação realizada junto dos principais <i>stakeholders</i> regionais com responsabilidades nesta matéria (AG PO Açores e DREN), em virtude de ser expectável uma procura superior à que foi apurada com a metodologia anteriormente referida. Para o limiar máximo da procura, esse valor foi aumentado para 8,9%. No caso da RA Madeira, foi considerada a avaliação da AREAM, nos planos de ação da energia sustentável para a Madeira no horizonte temporal de 2020, concordante com o período de concretização do Portugal 2020, tendo-se utilizado, como limiares mínimos e máximos, os valores de 10% e de 11%, respetivamente.

1. Estimativa do Nível Potencial de Investimento	<p>Notas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Indicador "Percentagem de IPSS que potencialmente poderão recorrer a financiamento para realizar intervenções de EE no período 2014-2020 (%)": Corresponde ao valor percentual de IPSS (face ao universo em cada NUTS II) que foram apoiadas por fundos comunitários em Eficiência Energética no período 2007-2013, de acordo com o Estudo "Avaliação Estratégica do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) - Contributo das Intervenções do QREN em Contexto Urbano para o Aumento da Eficiência Energética". Foi aplicado o valor médio nacional para a RAA e a RAM, por inexistência de informação de base, pois o Estudo referido não englobou as RA. ➤ Indicador "Empresas (com maiores consumos de energia registadas no SGCIE) que potencialmente poderão recorrer a financiamento para realizar intervenções de EE no período 2014-2020": Corresponde ao número potencial de empresas enquadradas nesta tipologia que poderão apresentar candidaturas a apoio financeiro, que não sob a forma de subvenção, para o desenvolvimento de intervenções de eficiência energética no âmbito dos PO regionais do Portugal 2020. A definição deste valor foi efetuada a partir do processo de inquirição às empresas com maiores consumos de energia registadas no âmbito do SGCIE, das entrevistas semiestruturadas aos <i>stakeholders</i> – designadamente as AG dos PO e as instituições financeiras – e da sessão <i>focus group</i>, bem como da análise dos indicadores dos PO regionais, designadamente das verbas inscritas no quadro 7. Dimensão 1 – Domínio de Intervenção: "070. Promoção da eficiência energética em grandes empresas" no âmbito da PI 4. ➤ Procurou-se realizar um exercício da estimativa do nível potencial de investimento a partir do custo <i>tep</i> previsto nos PO regionais (considerando as verbas inscritas em cada PO regional nas categorias 068. Eficiência energética e projetos de demonstração nas PME e medidas de apoio e 070. Promoção da eficiência energética em grandes empresas (€) e as metas também inscritas nos PO regionais relativas à redução do consumo de energia primária nas empresas (<i>tep</i>). Contudo, as diferenças significativas entre PO no custo médio por <i>tep</i> (oscilando entre os 300,00 €/tep em Lisboa e os 3.280,32 € nos Açores), para um valor médio nacional de 911,89 € não permitiram a realização desse exercício.
---	--

Passo	Indicador	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total
2. Estimativa do Nível de Financiamento Necessário	Valor médio percentual para financiamento que as empresas pretendem solicitar para realizar intervenções de EE no período 2014-2020 (%) (Fonte: inquérito destinatários finais)	77,8	78,5	77,1	95,1	77,9	77,9	77,9	77,9
	Extrapolação do Nível de Financiamento Necessário no período 2014-2020 (M€) (*)	85,3 - 108,3	68,8 - 80,1	52,1 - 65,6	16,5 - 19,8	10,5 - 11,8	12,5 - 13,5	16,4 - 17,5	261,8 - 316,6
	(*) MÉTODO DE CÁLCULO: (investimento estimado em EE no período 2014-2020 x valor médio percentual para financiamento que as empresas pretendem solicitar para realizar intervenções de EE no período 2014-2020)								
<p>Notas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Indicador "Valor médio percentual para financiamento que as empresas pretendem solicitar para realizar intervenções de EE no período 2014-2020": resultado do processo de inquirição às empresas - amostra representativa de entidades empresariais que se candidataram a apoios públicos no anterior período de programação (2007-2013). Algarve, Açores e Madeira com média nacional - inquéritos respondidos sem representatividade. Foi aplicado o valor médio nacional para a RAA e a RAM, por falta de representatividade na taxa de resposta. 									

Passo	Indicador	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total
3. Percentagem de financiamento necessário que o mercado consegue assegurar	Financiamento que as empresas conseguiram obter face ao montante solicitado no período 2012-2014 (%) (Fonte: inquérito destinatários finais)	45,8	43,1	42,3	36,3	44,1	44,5	44,5	44,5
	Extrapolação do financiamento necessário que o mercado consegue assegurar no período 2014-2020 (M€*)	39,1 - 46,9	29,7 - 34,5	22,0 - 27,8	6,0 - 7,2	4,5 - 5,2	5,5 - 6,0	7,3 - 7,8	114,1 - 135,4
	(*) MÉTODO DE CÁLCULO: (Nível de Financiamento Necessário no período 2014-2020 x percentagem de financiamento que as empresas conseguiram obter face ao montante solicitado no período 2012-2014). Algarve, Açores e Madeira com média nacional - inquéritos respondidos sem representatividade)								
<p>Notas:</p> <p>➔ Indicador "Financiamento que as empresas conseguiram obter face ao montante solicitado no período 2012-2014": resultado do processo de inquirição às empresas - amostra representativa de entidades empresariais que se candidataram a apoios públicos no anterior período de programação (2007-2013). Foi aplicado o valor médio nacional para a RAA e a RAM, por falta de representatividade na taxa de resposta. Independentemente de cada instituição financeira possuir os seus próprios modelos de previsão de incumprimento, que utilizam para decisões de concessão de crédito, admite-se uma taxa de quebra do empréstimo, normal, de 15% (projetos não elegíveis, de reduzida qualidade e risco elevado de incumprimento).</p>									

Fonte: Equipa Técnica (2015)

Quadro 26. Cálculo da Falha de Mercado e da Necessidade de Investimento: Empresas de Transportes Coletivos dos Açores (Eficiência Energética)

Passo	Indicador	Açores
1. Estimativa do Nível Potencial de Investimento	Custo médio de um veículo de transporte coletivo de passageiros convertido para utilizar fontes de combustíveis mais limpas (gás) - 2015 (€) (Fonte: DRT Açores)	35.000
	Custo médio de um veículo de transporte coletivo de passageiros novo (gás) - 2015 (€) (Fonte: DRT Açores)	240.000
	Veículos de transporte coletivo de passageiros que as empresas pensam converter para utilizar fontes de combustíveis mais limpas (gás) no período 2014-2020 (n.º) (Fonte: Inquérito destinatários finais)	1
	Veículos de transporte coletivo de passageiros novos para utilizar fontes de combustíveis mais limpas (gás) que as empresas pensam adquirir no período 2014-2020 (n.º) (Fonte: Inquérito destinatários finais)	5
	Extrapolação dos veículos de transporte coletivo de passageiros que as empresas poderão converter para utilizar fontes de combustíveis mais limpas (gás) no período 2014-2020 (n.º) (Fonte: Cálculos próprios, a partir do inquérito destinatários finais)	2 -3
	Extrapolação dos veículos de transporte coletivo de passageiros novos para utilizar fontes de combustíveis mais limpas (gás) que as empresas poderão adquirir no período 2014-2020 (n.º) (Fonte: Cálculos próprios, a partir do inquérito destinatários finais)	12 -13
	Extrapolação do investimento necessário para apoiar a aquisição/conversão dos veículos de transporte coletivo de passageiros no período 2014-2020 (M€) (*)	2,950 - 3,225
<p>(*) MÉTODO DE CÁLCULO: ((veículos de transporte coletivo de passageiros que as empresas poderão converter para utilizar fontes de combustíveis mais limpas - gás no período 2014-2020 x custo médio de um veículo de transporte coletivo de passageiros convertido para utilizar fontes de combustíveis mais limpas - gás) + (veículos de transporte coletivo de passageiros novos para utilizar fontes de combustíveis mais limpas - gás que as empresas poderão adquirir no período 2014-2020 x custo médio de um veículo de transporte coletivo de passageiros novo - gás)</p> <p>Notas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Indicadores "Custo médio de um veículo de transporte coletivo de passageiros convertido para utilizar fontes de combustíveis mais limpas (gás)" e "Custo médio de um veículo de transporte coletivo de passageiros novo (gás)": As frotas de veículos das empresas de transporte coletivo de passageiros da RAA caracterizam-se por ser bastante heterogéneas na dimensão dos veículos, agrupados predominantemente em quatro grupos: veículos com capacidade de transporte de 25 a 37 passageiros; veículos com capacidade de transporte de 41 a 47 passageiros; veículos com capacidade de transporte de 53 a 59 passageiros; veículos com capacidade de transporte de 73 passageiros. Os valores médios que aquisição e de conversão dos veículos de transporte coletivo de passageiros que se apresentam – os quais foram disponibilizados pela Direção Regional de Transportes dos Açores – correspondem a veículos com capacidade de transporte de 53 a 59 passageiros, que deverão ser aqueles que as empresas irão converter ou adquirir no 2014-2020. ➤ O PO Regional dos Açores tem um valor-alvo de 15 veículos de transporte coletivo de passageiros (novos ou reconvertidos) apoiados em 2023 (PI 4e - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação - Quadro 5: Indicadores de realizações comuns e específicos do programa (pág. 226)). ➤ Indicadores "Veículos de transporte coletivo de passageiros que as empresas pensam converter para utilizar fontes de combustíveis mais limpas (gás) no período 2014-2020" e "Veículos de transporte coletivo de passageiros novos para utilizar fontes de combustíveis mais limpas (gás) que as empresas pensam adquirir no período 2014-2020": resultado do processo de inquirição às empresas de transporte coletivo de passageiros. ➤ Indicadores "Extrapolação dos veículos de transporte coletivo de passageiros que as empresas poderão converter para utilizar fontes de combustíveis mais limpas (gás) no período 2014-2020" e "Extrapolação dos veículos de transporte coletivo de passageiros novos para utilizar fontes de combustíveis mais limpas (gás) que as empresas poderão adquirir no período 2014-2020": extrapolações realizadas a partir das respostas ao inquérito às empresas de transporte coletivo de passageiros, na proporção da taxa de resposta (40%) e com arredondamento para unidades, por defeito e por excesso em ambos os casos (2 a 3 nos veículos novos e 12 a 13 nos veículos a converter). 		

Passo	Indicador	Açores
2. Estimativa do Nível de Financiamento Necessário	Valor médio percentual para financiamento que as empresas poderão solicitar para aquisição e conversão dos veículos de transporte coletivo de passageiros no período 2014-2020 (%) (Fonte: Inquérito destinatários finais)	75
	Extrapolação do nível de Financiamento Necessário para apoiar a aquisição/conversão dos veículos de transporte coletivo de passageiros no período 2014-2020 (M€) (*)	2,213 - 2,419
	(*) MÉTODO DE CÁLCULO: (investimento necessário para apoiar a aquisição/conversão dos veículos de transporte coletivo de passageiros no período 2014-2020 (€) x valor médio percentual para financiamento que as empresas poderão solicitar para aquisição desses veículos no período 2014-2020)	
	Notas: ➤ Indicador "Valor médio percentual para financiamento que as empresas poderão solicitar para aquisição e conversão dos veículos de transporte coletivo de passageiros no período 2014-2020": resultado do processo de inquirição às empresas de transporte coletivo de passageiros, o qual foi discutido e validado com a DRT dos Açores.	
Passo	Indicador	Açores
3. Percentagem de financiamento necessário que o mercado consegue assegurar	Financiamento que o mercado pode assegurar no período 2014-2020 (M€) (Fonte: <i>Stakeholders</i> e inquérito destinatários finais)	0,720
	Notas: ➤ Pressupõe-se que o mercado possa assegurar o financiamento na aquisição de quatro veículos de transporte de passageiros, um por cada uma das quatro maiores empresas da RAA (quatro autocarros - um por grande empresa, financiados a 75%). Este pressuposto resulta da informação recolhida na entrevista semiestruturada com a DRT dos Açores e dos resultados do processo de inquirição às empresas de transporte coletivo de passageiros.	

Fonte: Equipa Técnica (2015)

Quadro 27. Cálculo da Falha de Mercado e da Necessidade de Investimento: Entidades Gestoras de Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (Gestão Eficiente de Águas)

Passo	Indicador	Portugal Continental
	Investimentos a realizar para o setor do Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais enquadrados no PENSAAR 2020 em tipologias de ação suportadas por IF no período 2014-2020 (M€) (Fonte: PENSAAR 2020 e APA)	2.344
	Investimento total estimado no período 2014-2020 em tipologias de ação suportadas por IF (M€) (Fonte: Inquérito destinatários finais)	456
	Extrapolação do investimento estimado para a GEA (tipologias de ação suportadas por IF no período 2014-2020) (M€) (*)	1.676
	(*) MÉTODO DE CÁLCULO: ((Investimento total estimado no período 2014-2020 em tipologias de ação suportadas por IF x número de entidades gestoras de serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais) / entidades gestoras de serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais que responderam ao inquérito)	
1. Estimativa do Nível Potencial de Investimento	<p>Notas:</p> <p>➤ Indicador “Investimentos a realizar para o setor do Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais enquadrados no PENSAAR 2020 em tipologias de ação suportadas por IF no período 2014-2020”:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ “O PENSAAR 2020 “Uma nova estratégia para o setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais” corresponde ao instrumento de política pública no setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais. Procura assegurar uma abordagem global e integrada e contemplar a existência de estratégias, materializadas num instrumento estratégico, de âmbito nacional e a médio prazo, correspondendo à visão do Estado para o setor e para a sociedade ▪ Neste contexto, e partindo do balanço do PEAASAR II, do diagnóstico da situação atual e dos aspetos mais relevantes referidos no enquadramento setorial do documento, foram definidos cinco objetivos estratégicos – também designados por Eixos – que suportam a visão para o setor e constituem os pilares de uma estratégia setorial a implementar no período 2014-2020. Nesses eixos, encontram-se as dimensões que estão previstas utilizar IF, designadamente os investimentos promovidos pelas Entidades Gestoras de Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais destinados a proporcionar a otimização e gestão eficiente dos recursos (redução de perdas, valorização de lamas, reabilitação e renovação dos sistemas de abastecimento e de saneamento de águas residuais), que estão definidas no Eixo 2 Melhoria da Qualidade dos Serviços Prestados e no Eixo 3 Otimização e gestão eficiente dos recursos do PENSAAR 2020 ▪ Estas dimensões estão contempladas no OE2: Otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes, garantindo a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas, no âmbito do ciclo urbano da água da PI 6ii do POSEUR (Investimento no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros) ▪ O PENSAAR 2020 apresenta o montante dos investimentos a realizar no período 2014-2020, o qual foi estimado a partir da identificação das principais intervenções a realizar nos sistemas multimunicipais e dos resultados dos estudos existentes mais atualizados sobre as necessidades de investimento nos sistemas municipais, apresentados detalhadamente no instrumento de política pública. O montante global é de 3.700 M€ ▪ Deste modo, e assumindo o POSEUR, no OE 2 da PI 6ii, que os investimentos a realizar no continente para o setor do Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais encontram-se enquadrados no PENSAAR 2020, considerou-se o potencial de investimento a utilizar no âmbito deste exercício (tipologias de investimentos em que se prevê a utilização de IF) corresponde ao inscrito nos seguintes Objetivos Operacionais (OO) dos Eixos 2 e 3 do PENSAAR 2020 (a seleção dos OO considerados foi realizada com o apoio da APA): OO 2.1. – Melhoria da Qualidade do Serviço de Abastecimento de Água (514 M€); OO 2.2. – Melhoria da Qualidade do Serviço de Saneamento de Águas Residuais (225 M€); OO 3.2. – Redução das Perdas de Água (516 M€); OO 3.3. – Controlo das Infiltrações e de Afluências Indevidas (279 M€); OO 3.4. – Gestão Eficiente de Ativos e Aumento da sua Reabilitação (698 M€); OO 3.5 – Valorização de Recursos e Subprodutos (107 M€); OO 3.6 – Alocação Eficiente dos Recursos Hídricos (5 M€) ▪ O nível potencial de investimento identificado no PENSAAR 2020 é de 2.344 M€ <p>➤ Indicador “Investimento total estimado no período 2014-2020 em tipologias de ação suportadas por IF”: Corresponde ao investimento total previsto para o período 2014-2020 em tipologias de ação suportadas por IF, tendo por base as respostas ao inquérito aos destinatários finais. O inquérito foi enviado a todas as entidades gestoras de serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais - 294, tendo respondido 80 (taxa de resposta de 27,2%). As entidades gestoras que responderam ao inquérito abrangem vários sub modelos de gestão, designadamente concessionárias multimunicipais, concessionárias municipais, empresa municipal, empresa intermunicipal, parceria Estado/Município, serviço municipal, serviço municipalizado e serviço intermunicipalizado.</p>	

Passo	Indicador	Portugal Continental
2. Estimativa do Nível de Financiamento Necessário	Valor médio percentual para financiamento que as entidades gestoras pretendem solicitar para realizar intervenções de Gestão Eficiente de Águas no período 2014-2020 (%) (Fonte: <i>Stakeholders</i> e inquérito destinatários finais)	70,0 - 79,9
	Extrapolação do Nível de Financiamento Necessário no período 2014-2020 (M€) (*)	1.173,2 - 1.339,1
	(*) MÉTODO DE CÁLCULO: (Investimentos a realizar para o setor do Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais enquadrados no PENSAAR 2020 em tipologias de ação suportadas por IF no período 2014-2020 x valor médio percentual para financiamento que as entidades gestoras pretendem solicitar para realizar intervenções de Gestão Eficiente de Águas no período 2014-2020)	
	<p>Notas:</p> <p>➤ Indicador “Valor médio percentual para financiamento que as entidades gestoras pretendem solicitar para realizar intervenções de Gestão Eficiente de Águas no período 2014-2020”: resultado do processo de inquirição às entidades gestoras de serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais (79,9%). Foi considerado um intervalo entre 70,0% e 79,9%, definido a partir das entrevistas semiestruturadas aos <i>stakeholders</i> – designadamente à APA, à ERSAR e às instituições financeiras – e da sessão <i>focus group</i>.</p>	

Passo	Indicador	Portugal Continental
	Dívidas a instituições financeiras + suprimentos e empréstimos bancários face ao investimento acumulado em 2013 (%) (Fonte: ERSAR)	25,9
	Financiamento que as entidades gestoras poderão obter face ao montante a solicitar para realizar intervenções de Gestão Eficiente de Águas no período 2014-2020 (%) (Fonte: Stakeholders)	65,0
	Extrapolação do financiamento necessário que o mercado consegue assegurar no período 2014-2020 (M€) (*)	762,6 - 870,4
(*) MÉTODO DE CÁLCULO: (Nível de Financiamento Necessário no período 2014-2020 x percentagem de financiamento que as entidades gestoras poderão obter face ao montante a solicitar para realizar intervenções de Gestão Eficiente de Águas no período 2014-2020)		
Notas:		
3. Percentagem de financiamento necessário que o mercado consegue assegurar	<p>➤ Indicador “Dívidas a instituições financeiras + suprimentos e empréstimos bancários face ao investimento acumulado em 2013 (Ativo fixo bruto)” - informação de base disponibilizada pela ERSAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Dívidas a instituições financeiras + suprimentos: correspondem aos montantes em dívida e suprimentos face ao investimento acumulado em 2013 (Ativo fixo bruto) por parte das Entidades Gestoras de Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais em Alta e em Baixa ▪ Empréstimos bancários: correspondem aos montantes em dívida relativos a empréstimos bancários face ao investimento acumulado em 2013 (Ativo fixo bruto) por parte das Entidades Gestoras de Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais de Gestão Direta (Câmaras e Serviços Municipais). Os níveis de empréstimos (possíveis de apurar) e o investimento acumulado dizem apenas respeito aos serviços de abastecimento de água, águas residuais e resíduos sólidos (por não ser possível uma maior desagregação desta informação entre a água e os resíduos sólidos) ▪ O valor percentual apresentado no indicador foi calculado a partir do somatório das dívidas a instituições financeiras + suprimentos e empréstimos bancários (3.377.465.060 €) e do somatório do investimento acumulado em 2013 (Ativo fixo bruto) (13.034.265.540 €) de todas as entidades gestoras anteriormente referidas (universo em Portugal Continental) 	
	<p>➤ Indicador “Financiamento que as entidades gestoras poderão obter face ao montante a solicitar para realizar intervenções de Gestão Eficiente de Águas no período 2014-2020”: Corresponde ao valor relativo (%) de financiamento necessário que o mercado deverá conseguir assegurar no período 2014-2020, o qual foi discutido e validado com a ERSAR e com as instituições financeiras contactadas pela Equipa Técnica. Independentemente de cada instituição financeira possuir os seus próprios modelos de previsão de incumprimento, que utilizam para decisões de concessão de crédito, admite-se uma taxa de quebra do empréstimo, normal, de 15% (projetos de reduzida qualidade e risco elevado de incumprimento). O cálculo deste valor relativo atendeu, ainda, a dois pressupostos de partida, discutidos neste processo de validação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Por um lado, considerando que os investimentos no âmbito dos Serviços de Água foram fortemente apoiados ao longo dos períodos de programação anteriores, em particular no QREN (2007-2013), sob a forma de subvenções não reembolsáveis, o esforço de investimento nem sempre foi suportado por recurso ao mercado de financiamento, o que não acontecerá no atual período de programação nos investimentos da GEA. ▪ Por outro lado, e de acordo com o PENSAAR 2020, “as tarifas são determinantes para assegurar rácios de autofinanciamento e endividamento bancário satisfatórios para a cobertura dos custos de investimento. O recurso a endividamento será sempre necessário para todos os cenários analisados, sendo esse financiamento fulcral para o desenvolvimento do setor e para o sucesso da estratégia. Por isso, o problema do endividamento deverá ser resolvido de uma forma global atendendo às dificuldades no acesso ao financiamento bancário, limites de endividamento e importância em conseguir condições adequadas ao setor como sejam maturidades longas, equivalentes aos períodos de vida útil dos ativos, e juros baixos para um setor que fornece um bem social. É necessário que o risco do setor seja baixo, nomeadamente no que se refere à recuperação sustentável dos gastos, através de receitas que garantam o serviço da dívida.” Ou seja, reconhecendo que “o acesso ao financiamento e a oferta de condições mais favoráveis, por exemplo, através da bonificação das taxas de juro, teria um impacto importante na sustentabilidade financeira das EG e apoiaria simultaneamente a melhoria do desempenho, facilitando também a sustentabilidade social das tarifas aplicadas na recuperação dos gastos”, o PENSAAR reconhece que o acesso ao financiamento e o risco (do setor) percecionado pelas instituições financeiras serão também condicionados pela questão tarifária, bem como pelo impacto (positivo) do novo Regulamento Tarifário dos Serviços de Água. Em síntese, é expectável que, com a regulamentação das tarifas, seja gerado um comportamento esperado do setor (desenho e funcionamento), passando o perfil de risco a ser reduzido, concorrendo para que as instituições financeiras alterem os seus procedimentos no financiamento à GEA. 	

Fonte: Equipa Técnica (2015)



CEDRU – Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda

Rua Fernando Namora, 46ºA
1600-454 Lisboa

T. +351 21 712 12 40
F. +351 21 712 12 50

geral@cedru.com